

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POSITIVA SOBRE A DITADURA: A
NARRATIVA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1970-1983)**

CAROLINA JÚLIA PINTO DOS SANTOS

VILA VELHA
JULHO / 2018

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POSITIVA SOBRE A DITADURA: A
NARRATIVA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1970-1983)**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

CAROLINA JÚLIA PINTO DOS SANTOS

VILA VELHA
JULHO / 2018

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

S237c Santos, Carolina Julia Pinto dos.
A construção da memória positiva sobre a ditadura: a narrativa da Federação das indústrias do Estado do Espírito Santo (1970-1983) / Carolina Julia Pinto dos Santos – 2018.
159 f.: il.

Orientador: Vitor de Angelo.
Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -
Universidade Vila Velha, 2018.
Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Ditadura. I. Angelo, Vitor.
II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

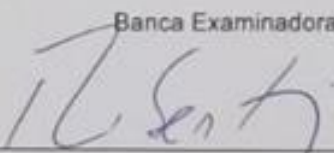
CAROLINA JULIA PINTO DOS SANTOS

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POSITIVA SOBRE A DITADURA: A
NARRATIVA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1970-1983)

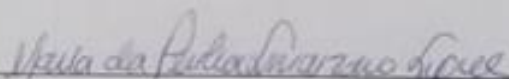
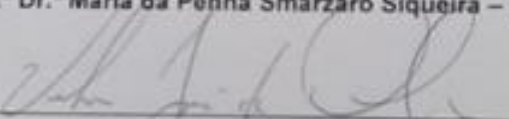
Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política,
para a obtenção do grau de Mestra em
Sociologia Política.

Aprovada em 04 de julho de 2018.

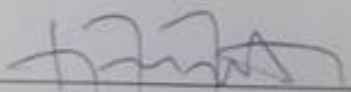
Banca Examinadora



Prof. Dr. Riberti Almeida Felisbino – UVV


Prof.ª Dr.ª Maria da Penha Smarzaró Siqueira – UVV

Prof. Dr. Uéber José de Oliveira – UFES



Prof. Dr. Vitor de Angelo – UVV

Orientador

Dedico este trabalho em memória do dono do Sítio Santo Antônio, João Pinto, que deixou o campo para os filhos estudarem, trabalharem e conhecerem o mar. A ele a certeza de que o êxodo não foi em vão.

À minha mãe, Irene Maria, pelas palavras exatas na hora certa, pelo mingau de couve, que restaura a alma, quando as coisas não dão certo, pelo carinho com meus pequenos e por tudo que representa nesta trajetória de estudos.

Aos meus meninos, Heitor Francisco e João Manoel, pelas horas roubadas: *“Mamãe está estudando não pode fazer bagunça nem um pouquinho! Agora pode! Eba!”* – São essas memórias que me fizeram seguir com as leituras.

Depois não venham dizer golpistas que não avisamos! Ainda vamos vê-los velhinhos saudando a “Revolução de 16”.

Rodrigo Garcia Lopes

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecimento, aqui quero, ao começar a fazê-lo, novamente citar meu pai: “Nós somos os amigos que temos!” Quero agradecer a todos os que serão citados e aqueles que ficarão nas entrelinhas.

Fazer mestrado sem licença não foi tarefa fácil, mas necessária, afinal, em tempos de crise, a melhor coisa foi estudar sociologia política. Entender a tradução e os tradutores foi fundamental nesses anos de renúncias.

A meus irmãos, Eustáquio, Aparecida, João e Maria da Penha. A caçula, sempre teve quatro escudeiros à sua volta.

Aos meus sobrinhos coube a responsabilidade de me inspirar para prosseguir nos estudos.

A Maria José, minha amiga desde o ensino médio, a qual me acompanha no desafio de estudar, trabalhar e ser mãe. Uma guerreira! A ela toda minha admiração.

Aos meus sogros, José Manoel e Adalgisa Santos, pelos cuidados com o pequeno João Manoel.

Aos amigos Layla e Junior Zaneti, Lais e Bruna, pelo apoio e refúgio.

À minha amiga e comadre Cíntia, pela ausência na vida de Bia. Foi minha confidente e companheira em momentos difíceis. E a Carlos, que as acompanhou na torcida.

Aos alunos e funcionários da Escola Maria de Novaes, especialmente Eliane, Danielle Ceruti, Betinha e Bruna, Erlinton, Márcia e Daniele, Carlos e Tatiany, Branca, Geralda e Karina. Sem esses funcionários públicos dedicados, eu não teria conseguido conciliar o inconciliável.

Aos companheiros da Educação da Superintendência Regional de Educação Silvana, Vilma Siqueira, Antonia, Carlos, pelo apoio. E ao meu supervisor, compadre e fiel viador desta nova fase, José Amorim.

À professora Elda Coelho Azevedo Bussinger, por seus elogios e pela figura ímpar que é na defesa dos direitos humanos. Elda para mim é um ideal a ser perseguido.

Ao amigo e também mestrando Cleber Santos, que defendeu primeiro e me ajudou na organização das revistas, e a Robinho, pela aula de análise de conteúdo.

A Francisco Carlos Peixoto e Luiz Antônio da Silva Bittencourt, pela convivência virtual e pelas correções pedidas sempre em cima da hora. Francisco virou amigo para os desabafos acadêmicos.

Ao historiador e amigo Cassius Gustavo, mestrando na Sorbone, ainda assim parou e discutiu comigo todas as linhas da dissertação. Foi fundamental no contato com ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, graças a sua reconhecida relação como depoente. Temos muitos artigos para escrever juntos, a partir de nossas angústicas sobre as narrativas e fontes primárias do desenvolvimento econômico capixaba. E a Alexandre Silva, nosso contador e amigo, que, como Cassius, me deu força e vimbrou a cada etapa vencida.

Ao ex-governador doutor Arthur Carlos Gerhardt Santos, por nos receber pela quarta vez, atencioso e lúcido, ter-me dado valiosas pistas sobre sua narrativa sobre a Findes e o desenolvimento do Espírito Santo.

Ao professor doutor da Universidade Federal de Roraima Flávio Lírio Corsini, meu amigo de lutas partidárias. Ajudou-me a entender Giovanni Sartori, entre outras importantes leituras e refinamento teórico.

Aos professores do mestrado Alceu, Paulo, Pablo, Tereza, Riberti, especialmente a Maria da Penha Smarzaró Siqueira, que me acolheu com muito carinho, orientou-me e encorajou em todo o período da qualificação. É minha principal referência teórica sobre Espírito Santo, desde a graduação.

Aos colegas do mestrado Alfredo, Bruna Lorenzon, Carlos Eduardo, Diana, Eliz, Vanessa, Fernanda e Mariana. Alfredo e Fernanda foram meus exemplos de coragem por tudo que passamos juntos, pelas discussões quentes sobre a narrativa do novo Golpe de 2016 e pela solidariedade acadêmica.

A Antônio, bibliotecário da Findes, competente e muito sensível a minhas excepcionalidades. Facilitou todo o processo de pesquisa de maneira ímpar, anulando os efeitos das negativas institucionais.

Aos queridos professores da Universidade do Espírito Santo, pela amizade que me inspira. Ao meu outro pai, **Valter Pires Pereira**, citado no decorrer da pesquisa e requisitado pelo que representa na minha trajetória acadêmica.

A **Uéber José de Oliveira**, outra importante referência deste estudo, cujo processo nos reaproximou novamente. Tenho muita admiração por este outro filho do Valter e orgulho de ser citada em seu mestrado, doutorado e publicações sobre o partido dos trabalhadores. Foi coorientador, crítico, apoiando-me de forma generosa.

E ao professor e amigo **Josemar Machado de Oliveira**, por tudo que representa a amizade de 21 anos. Quando selecionada, fui aconselhar-me com ele sobre o orientador, depois de muitos elogios ao professor Vitor. Fez-me prometer que não iria arrumar encrenca. Aqui aproveito para pedir desculpas. Não consegui! A Josemar, ainda devo algumas tortas de limão pelas leituras dos textos em francês e pelos livros que pegou em seu nome na Ufes.

Ao colega historiador e marido **Francisco José dos Santos**, por suas críticas duras, pela apresentação do professor orientador. Também me fez prometer não arrumar confusão com professor Vitor. Francisco fez a leitura crítica, apontou livros e aguentou todas as fases.

Finalmente ao professor orientador, doutor Vitor Amorim de Angelo. Ainda bem que, no caminho da orientação, há o convento da Penha! Metódico, pontual e organizado, prescreve a memória técnica das orientações. Agradeço ainda pela paciência e competência teórica. Foram dois anos de intenso aprendizado sobre teoria e organização acadêmica. Esta dissertação é uma amostra do que aprendi com sua convivência. Sua hipótese se confirmou, e as lacunas a serem preenchidas ainda existem. Que bom!

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Publicações Findes (2000-2016).....	49
Quadro 2 – Detalhamento dos Grandes Projetos.....	87
Quadro 3 – Categorias e subcategorias projetos industriais	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Indicadores macroeconômicos 1961-1982	83
Gráfico 2 – Histórico da Cotação Internacional do Café (1969-1983)	85
Gráfico 3 – Quantidade de conteúdo da Revista Indústria Capixaba por categoria de análise	107
Gráfico 4 – Categoria Grandes Projetos Complexo Siderúrgico	110
Gráfico 5 – Categoria Grandes Projetos Complexo Portuário	116
Gráfico 6 – Categoria Grandes Projetos Complexo Paraquímico	117
Gráfico 7 – Categoria Grandes Projetos Complexo Naval	118
Gráfico 8 – Categoria Pleitos da Findes	119
Gráfico 9 – Quantidade de conteúdo da Revista Indústria Capixaba analisado por governo	123
Gráfico 10 – Categoria Memória Positiva do Golpe	124
Gráfico 11 – Quantidade de conteúdo prospectado na Revista Indústria Capixaba por ano	131

LISTA DE ABREVIATURAS

ABERJ – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
ACV – Associação Comercial de Vitória
AI – Ato institucional
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDM – Centro de Documentação e Memória
CEV – Comissão Estadual da Verdade
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CINDESS – Centro da Indústria do Espírito Santo
CIVIT – Centro Industrial de Vitória
CODEC – Companhia de Desenvolvimento Econômico
CODES – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo S/A
CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo
COFAVI – Companhia Ferro e Aço de Vitória
COMLESTE – Comissão Desenvolvimento Economico do Médio Leste
COPLAN – Comissão de Planejamento Industrial do Espírito Santo
CONSIDER – Conselho Siderúrgico
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica do Brasil
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
DER – Departamento Estradas e Rodagem
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
FECOMERCIO – Federação do comércio
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento de Atividade Portuária
FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
GERES – Grupo Executivo de Recuperação Econômica
IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadoria
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
INEDE – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e Econômico
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SIDERBRÁS – Siderurgia Brasileira
SNI – Serviço Nacional de Informação
SUDEN – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPPIN – Superintendência de Planejamento e Polarização Industrial
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

DOS SANTOS, Carolina Júlia Pinto, Universidade Vila Velha – ES, junho 2018. **A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POSITIVA SOBRE A DITADURA: A NARRATIVA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO ESPÍRITO SANTO (1970-1983).** Orientador: Prof. Dr. Vitor de Angelo.

Esta pesquisa tem como proposta estudar a memória política institucional da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), referente às políticas de desenvolvimento econômico implementadas no regime militar entre 1970 e 1983, que compreendem, respectivamente, os governos de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), Élcio Álvares (1975-1979) e Eurico Rezende (1979-1983). Desse modo, nosso estudo pretende preencher uma lacuna da historiografia capixaba acerca do construto da memória positiva do Golpe de 1964 e da ditadura militar no estado do Espírito Santo, bem como verificar como esses autores e instituições colaboraram para a consolidação dessa ideia que pretendeu ser predominante na sociedade. A hipótese é que a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo colaborou na construção da memória positiva acerca do Golpe de 1964 e da ditadura, quando fez a narrativa de que o Estado foi beneficiado com o Golpe e o regime militar em virtude da implantação dos Grandes Projetos Industriais. A metodologia utilizada nesta pesquisa é análise histórico-sociológica, com análise documental múltipla, pois os estudos utilizaram vários instrumentos, tais como análise bibliográfica sobre as temáticas memória, ditadura militar, análise documental de origem primária e secundária, análise de conteúdo, tendo por principal referência as assertivas de Bardim (2011), e na produção e uso da história oral, fundamentada no depoimento do ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos. O primeiro capítulo dedica-se à discussão teórica acerca dos conceitos de memória e elites. O segundo aborda as narrativas construídas pelas elites regionais acerca do Golpe de 1964 e da ditadura militar, com os rebatimentos no contexto do Estado. E, por fim, o último capítulo trata da leitura do passado pelo presente, analisando e utilizando o método de análise de conteúdo, para entender a tradução que a Findes fez por meio dos conteúdos narrados na Revista Indústria Capixaba, entre 1970 e 1983.

PALAVRAS-CHAVE: memória, golpe de 1964, ditadura, estado do Espírito Santo.

ABSTRACT

DOS SANTOS, Carolina Júlia Pinto, Vila Velha University – ES, jun 2018. **THE CONSTRUCTION OF POSITIVE MEMORY ON THE DICTATORSHIP: THE NARRATIVE OF FEDERATION OF INDUSTRIES OF THE ESPÍRITO SANTO STATE (1970-1983)**. Orienting: Prof. Dr. Vitor de Angelo.

This research aims to study the institutional politics of Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) [Federation of Industry of Espírito Santo State] about the politics of economic development done during period the military .This research is from 1970 to 1983, during the government of Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), Élcio Álvares (1975-1979) and Eurico Rezende (1979-1983). Then, our study objective to fill a gap in the Espírito Santo historiography about how the positive memory of military coup in 1964 and the military government in Espírito Santo State uppermost in thoughts as well as to verify how these businessmen and Findes contributed to consolidate it on the mindset of capixaba society. The hypothesis is that Federation of Industry of Espírito Santo State collaborated to build the positive recall of the military coup of 1964 and the military government when it said that Espírito Santo State benefited from the military coup and government that created projects to install great industrial sites in Espírito Santo. The research methodology is historical-sociological it was developed based on the analysis of various documents because this study used many analytical methods as bibliographical review about the theme memory and military dictatorship, primary and secondary documentation analysis, content analysis based mainly on Bardim (2011) and about the production and uses of oral History based on testimonial of ex-governor Arthur Carlos Gerhardt Santos. The first chapter is about the theoretical discussion of concepts of memory and elite. The second is about the established narratives by regional elites about the coup of 1964 and the dictatorship government and its effects in Espírito Santo. The last chapter is the reading of the past by the present, using the content analysis method to understand how Findes talked about this period on its magazine Revista Industrial Capixaba (Capixaba Industrial Magazine), from 1970 and 1983.

KEYWORDS: memory, coup of 1964, dictatorship, Espírito Santo State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – MEMÓRIA E HISTÓRIA: USOS PÚBLICOS E INSTITUCIONAIS ..	19
1.1 Conceituando memória	19
1.2 Memória da ditadura: um projeto: algumas traduções e muitos silêncios! Benéfico para quem?	26
1.3 Memória empresarial: usos públicos da história institucional	39
1.3.1 Panorama histórico do uso da memória pelas empresas e entidades setoriais	43
1.3.2 A metodologia adotada na constituição da memória institucional	46
1.3.3 Federação das Indústrias do Espírito Santo e a tradução das ideias do desenvolvimento econômico do Espírito Santo	49
1.4 Conceituando elites	52
1.4.1 Análise do papel da sociologia política: uma leitura de Giovanni Sartori.....	52
1.4.2 Conceituando elite política e empresarial	58
1.4.3 Elite empresarial e elite econômica	64
CAPÍTULO 2 – ELITES REGIONAIS: DISPUTAS E NARRATIVAS EM TORNO DO GOLPE DE 1964 E A DITADURA	69
2.1 João Goulart: visões e construções divergentes: análise de uma narrativa em disputa.....	69
2.2 A narrativa do golpe e da ditadura: as defesas e o papel exercido pelo empresariado e pelas elites capixabas.....	73
2.3 Os Grandes Projetos e a desautonomia relativa	80
2.4 Balanço da narrativa: memória hegemônica e manipulada?	91
CAPÍTULO 3 – A LEITURA DO PASSADO PELO PRESENTE	96
3.1 A formação da Findes	96
3.2 Análise do conteúdo da Revista Indústria Capixaba entre 1970 e 1983	104
3.2.1 A caracterização da revista	104
3.2.2 O método análise de conteúdo.....	106
3.2.3 As categorias de análise	107
3.2.4 Apresentando as categorias e subcategorias e os resultados	109
3.2.4.1 Grandes Projetos Complexo Siderúrgico	110
3.2.4.2 Categoria Grandes Projetos Complexo Portuário	115
3.2.4.3 Grandes Projetos Complexo Parquímico	117
3.2.4.4 Grandes Projetos Complexo Paraquímico	118

3.2.4.5 Categoria Pleitos da Findes	119
3.2.4.6 Categoria Memória Positiva do Golpe	122
3.3 A narrativa do desenvolvimento econômico capixaba: a tradução da Findes para além dos Grandes Projetos	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	140
FONTES PRIMÁRIAS	148
REFERÊNCIAS DAS REVISTAS	149
ANEXOS	151
Anexo A – Presidente Médice visita o Sesi e o ministro Pratini de Moraes recebe a medalha do mérito industrial da Findes.....	152
Anexo B – Severo Gomes: Usina Siderúrgica de Tubarão será construída	153
Anexo C – Simonsen e CNI apoiam prorrogação do DL-880	154
Anexo D – Tubarão – a siderurgia confirmada para o Espírito Santo.....	155
Anexo E – Aureliano Chaves na Findes: as reivindicações dos empresários capixabas	156
Anexo F – O Espírito Santo, o Estado da CST	157
Anexo G – Discurso de Geisel sobre a CST.....	158

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta estudar a memória política institucional da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), referente às políticas de desenvolvimento econômico implementadas no regime militar, no período entre 1970 e 1983, que compreendem, respectivamente, os períodos dos governos Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), Élcio Álvares (1975-1979) e Eurico Rezende (1979-1983).

O que emerge, quando se propõe estudar uma temática, são justamente as razões e as circunstâncias pelas quais optamos: o olhar do pesquisador sobre os documentos não lidos, os não revelados e o silêncio institucional acerca do Golpe e da ditadura instaurada em 1964.

Passados mais de 50 anos do Golpe de 1964, o país ainda se surpreende com descobertas e novas narrativas sobre esse período tão controverso e com narrativas tão díspares. A tradução de tantas contradições é justamente porque há ainda, apesar de mais de meio século, uma narrativa em disputa.

Nosso problema consiste em compreendermos a Findes em perspectiva, para entender a narrativa e tradução que a elite empresarial capixaba construiu sobre o desenvolvimento industrial capixaba desse período, colaborando para uma visão positiva sobre o Golpe de 1964 e a ditadura e, desse modo, preenchermos uma lacuna sobre a visão construída sobre essa memória positiva dos Grandes Projetos Industriais.

Feitas inicialmente essas considerações, a dissertação aqui apresentada priorizou a metodologia de pesquisa, o método histórico sociológico com a base analítica de abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica para dar conta da problemática teórica que envolve o tema, produção de história oral. Para o terceiro capítulo, foi privilegiado o método de análise de conteúdo para a leitura da Revista Indústria Capixaba.

Nesse contexto de uma pesquisa sócio-histórica de caráter qualitativo, produzimos história oral com base no depoimento do ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, único ex-governador vivo desse período. A memória individual de Arthur Carlos Gerhardt Santos se confunde com a memória coletiva do desenvolvimento econômico do Espírito Santo. Com 89 anos de idade, trouxe-nos importantes pistas tanto sobre o papel exercido pela Findes, não somente no seu

governo, quanto sobre o desenvolvimento econômico do Espírito Santo. O depoimento foi concedido a mim na sede de sua empresa em Vitória. Foi transcrito na íntegra e ficará sob a guarda no núcleo de pesquisa da Universidade de Vila Velha.

Diante do exposto pela temática proposta por nosso trabalho, discutimos, no primeiro capítulo – Memória e história: usos públicos e institucionais –, o conceito de memória, utilizando as principais literaturas sobre o conceito de memória, para situar nosso objetivo com base no conceito de memória coletiva de Halbwachs (1925, 2006) e Pollack (1992). Em seguida, discutimos o papel da sociologia política na tradução das ideias políticas em Sartori (1972) e Perrissionotto (2004), para discorrermos sobre o conceito de elites em Heinz (2006) e Costa (2010, 2014), compreendendo o papel dessas elites políticas e empresárias na tradução das ideias sobre o desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

Ao concluirmos a discussão acerca da memória: usos públicos e institucionais, vamos abordar o papel exercido pela memória institucional, visando entender as nuances da construção desses espaços como espaços privilegiados de memória, resgatando a constituição de um pensamento hegemônico que as instituições buscam constituir sobre o período da história do Estado mediante a leitura da memória institucional da Findes.

No segundo capítulo, denominado Elites regionais: disputas e narrativas do Golpe de 1964 e a ditadura, verificamos, com base nas análises de autores como Ferreira (2011), Fico (2004), Skidmore (1979), entre outros, as narrativas em torno do Golpe de 1964 e da personalidade política do presidente deposto João Goulart, apresentando um panorama histórico dessa construção social. Apoiados nessa narrativa, discutimos os rebatimentos do Golpe e o apoio que as elites capixabas empreenderam ao novo regime.

Nesse contexto ditatorial, as elites capixabas, oriundas da crise do café, viram no Golpe de 1964 e na instauração do regime militar uma “janela de oportunidades”. Villaschi (2011), para inserir o Estado no processo de modernização autoritária e finalmente buscar apoio para industrializar o Estado. Nesse sentido, os incipientes empresários capixabas e políticos capixabas saudaram o golpe e a ditadura, em manifestos públicos nos jornais.

Assim, entendemos como foi a participação dessas elites regionais no estado do Espírito Santo, que, por conseguinte, possibilitaram a compreensão de

como a Findes e as elites políticas e empresariais apoiaram o Golpe de 1964 e a ditadura, usando a narrativa que os Grandes Projetos industriais beneficiariam o Espírito Santo, que até então tinha uma industrialização incipiente.

No terceiro capítulo, denominado A leitura do passado pelo presente, utilizamos o método de análise de conteúdo em Bardin (2011), aliado aos métodos de análise bibliográfica, fizemos a análise das Revistas Indústria Capixaba, publicação institucional da Findes entre 1970 e 1983.

No campo de análise envolvendo a leitura de 128 exemplares da revista disponíveis no acervo da biblioteca da Findes, seguindo a pista deixada por Bardin (2011), fizemos a leitura flutuante dos conteúdos e separamos por categorias e subcategorias.

Depois, realizamos as inferências e, por fim, a análise e a interpretação dos dados com base na caracterização dos Grandes Projetos Industriais (SIQUEIRA, 2010) e na própria dinâmica de atuação da Findes, por meio desses pleitos específicos, como a política de incentivos fiscais para os empresários de médio e pequeno porte.

O trabalho que segue focalizou a Findes como representante de uma elite empresarial composta por pequenos e médios empresários que se aproveitaram do processo de modernização autoritária para alavancar a industrialização do Espírito Santo.

E nesse bojo fez a defesa positiva do Golpe de 1964 e a ditadura, de forma articulada e organizada. Ademais, ao mesmo tempo que imprimiu uma narrativa positiva, narrou e disputou a pauta de seus interesses empresariais, como as reivindicações por mais incentivos fiscais e controle de algumas autarquias estaduais, como forma de igualmente imprimir sua visão de desenvolvimento e de poder.

1. CAPÍTULO

MEMÓRIA E HISTÓRIA: USOS PÚBLICOS E INSTITUCIONAIS

1.1 *Conceituando Memória*

Neste capítulo, nosso objetivo é primeiramente a construção da memória positiva da ditadura no Estado, para refletir sobre o seu papel na consolidação desse discurso hegemônico. Nesse sentido, observar-se-á a instituição Federação das Indústrias do Espírito Santo como *locus* privilegiado do pensamento empresarial desse período.

Considerando que a temática memória é ampla e fruto de inúmeros estudos, tanto das ciências sociais quanto das ciências biológicas, e que reúne definições e conceitos muitas vezes divergentes, analisamos o conceito de memória e suas interações sociais.

Partimos do conceito memória de um dos seus precursores, Halbwachs (1877-1945), que produziu *Les Cadres Sociaux de La Mémoire* (1925), *La Topographie Lendaire des Evangiles em Terre Saine* (1941) e *La mémoire* (1950), publicado postumamente (SANTOS, 2003). Especificamente, a última obra é a mais importante para entendermos o conceito de memória coletiva, de Halbwachs, o qual se baseia no filósofo Henri Bergson, considerado seu mestre em relação aos estudos sobre a memória (SANTOS, 2003).

De acordo com Cordeiro (2015), Bergson (1907) considerou que a memória funciona com a conservação do passado, dentro do campo de uma subjetividade do conhecimento. Sobre o pensamento de Bergson, Halbwachs (2006, p. 97) observa: “Para Bergson, o passado permanece inteiro em nossa memória, exatamente como foi para nós; mas certos obstáculos, em especial o comportamento de nosso cérebro, impedem que evoquemos todas as partes”.

Contudo, para Halbwachs, ao olharmos para o passado, estamos sempre o reinterpretando, pois, do ponto de vista histórico, é impossível reconstruí-lo de forma integral. O olhar para o passado é um ato analítico e contém as intencionalidades do tempo presente.

Outra importante influência sobre Halbwachs foi a do sociólogo Émile Durkheim, que é considerado um dos fundadores da sociologia, uma figura importante ao lado de grandes pensadores sociais, tais como Karl Marx e Max

Weber. Durkheim (1984) trabalha o “fato social”, cujo conceito será básico para ancorar a ideia de memória coletiva, desenvolvida por Halbwachs, devido ao fato de este tratar como basilar o ambiente social para a produção da memória coletiva, conceito que vamos debater (CORDEIRO, 2015).

Halbwachs considera a memória como um fenômeno coletivo, mas esse construto se iniciou, de fato, em sua primeira obra – *Os Quadros Sociais da Memória* (1925) –, na qual analisa a memória com função mais sociológica, acreditando no rememorar como um ato social e buscando certas subjetividades. Essa abordagem inaugura a chamada morfologia social e contém os traços sociológicos presentes na obra *O Suicídio*, de Durkheim (2000) (CORDEIRO, 2015).

Segundo Santos (2003), com a obra *Quadros Sociais da Memória* (1925), Halbwachs busca interagir com os demais saberes, como a psicologia, sobretudo quando analisa o pensamento de Freud, a filosofia de Bergson e a sociologia de Durkheim.

De acordo com Santos (2003), Halbwachs, ao juntar esses saberes, constitui o estudo postulando como a sociologia da memória, pois, mediante esse ensaio, o estudo da memória ganhará um caráter mais social, capaz de entender as nuances dos grupos sociais e dos indivíduos dentro de um contexto histórico. Sendo assim, neste momento Halbwachs abandona a filosofia de Bergson e suas subjetividades, pois seus estudos focarão a memória como um fato social e, portanto, socialmente construído.

Ao que podemos averiguar, para Halbwachs (1925, 2006), o ato de lembrar e esquecer está intimamente ligado ao ser social e traz consigo a série de intencionalidades e representações de ordem lógica, cronológica ou topográfica. Significa que as memórias são constituídas com base nas lembranças, o que seria um sistema geral de localizar o passado no presente.

Desse modo, Halbwachs (2006) cria o conceito de memória coletiva, evidenciando a memória como um fenômeno coletivo, pois nossa memória individual só existe porque nos relacionamos socialmente e adquirimos noção de pertencimento a determinados grupos sociais:

Les deux problèmes d'ailleurs non seulement sont solidaires, mais n'en, font qu'un. On peut dire aussi bien que l'individu se souvient en se plaçant au

*point de vue du groupe, et que la mémoire du groupe se réalise et se manifeste dans les mémoires individuelles*¹ (HALBWACHS, 1925, p. 9).

Desse modo, para Halbwachs (2006), as memórias individuais não se sustentam sem que haja um grupo, pois nossas lembranças permanecem coletivas e não são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos nos quais somente estivemos envolvidos e de objetos que somente vimos. Só recordamos porque interagimos:

Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível. Aliás, não seriam suficientes. Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos e objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas conseguem reconstruir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2006, p. 31).

Para Halbwachs (2006), a memória coletiva é a concepção de que a nossa memória é formada por uma série de núcleos coletivos: primeiramente, a nossa família; depois, os amigos da infância; em seguida, os grupos em que nos inserimos na escola e ao longo de toda nossa vida, como associações, sindicatos, partidos. Essas vivências múltiplas nesses núcleos coletivos constituem-se em grau de envolvimento e de noção de pertencimento farão nossa identidade ser mais ou menos forte em relação aos fatos a serem rememorados por nós.

Diante dessa formulação, Halbwachs (2006) também assevera que todos os grupos sociais constroem uma memória do próprio passado coletivo, a qual faz parte de uma identidade que os diferencia dos demais grupos. As características individuais somadas se tornam o perfil identitário de um grupo específico.

Concluimos que o conceito de memória coletiva desenvolvido Halbwachs (2006) se relaciona com conceito de memória social, apresentada em seu primeiro escrito, *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925). Para Halbwachs, há um privilégio do fator social, pois, na sociedade, as pessoas adquirem suas memórias.

Podemos perceber, na obra de Halbwachs (2006), que, de fato, há uma predominância e uma valorização do coletivo, o que é pertinente, ao considerarmos que Durkheim igualmente privilegiou, em toda sua obra, a pertinência do social na vida dos indivíduos como fator determinante. Senão, vejamos:

¹ Tradução da autora. Os dois problemas, portanto, não somente são solidários, mas são um só. Pode-se dizer também que o indivíduo se lembra colocando-se no ponto de vista do grupo e que a memória do grupo se realiza e se manifesta nas memórias individuais.

Não basta reconstruir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destas para aquele e vice-versa, **o que será possível se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade**, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2006, p. 39, grifo nosso).

A reflexão sobre essas questões envolve entendimentos diversos: entendendo-se igualmente nessa ótica que a memória possui elementos individuais e coletivos, Pollak (1992), influenciado por Halbwachs (2006), advoga que a memória é um fenômeno coletivo, individual e ligado intimamente às questões sociais. O autor assim argumenta:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, **como um fenômeno coletivo e social**, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201, grifo nosso).

No intuito de entender as nuances do fenômeno social “memória”, Pollak (1992, p. 201) analisa que a memória, tanto individual quanto coletiva, possui elementos que interagem com pessoas e lugares. A construção de nossa história ocorre de forma particular e simultaneamente aos grupos com os quais os indivíduos se relacionam, o que ele denomina “vivenciados por tabela”.

A memória de grupo, fruto de uma memória compartilhada e herdada, é um construto de personalidades, que, em muitos casos, não estão necessariamente localizadas cronologicamente em nosso tempo. É em função dessa memória herdada que a história se solidifica e constrói a nossa história. Por exemplo, pelas memórias pessoais adquiridas na infância, lembramos histórias e “causos” contados pelos mais velhos e, com o passar do tempo, adquirimos a impressão de aquilo ter sido vivenciado por nós, tornando-se registros afetivos.

A dinâmica estabelecida por Pollak (1992) permite entender que memória coletiva e memória individual podem ser entendidas como memória social, pois ambas constroem um pertencimento que igualmente constituiu a identidade de um grupo e do indivíduo, já que memória é, antes de tudo, um fenômeno construído.

Desse modo, entendemos que Pollak (1992) evidencia que a memória não se restringe à vida de uma pessoa em particular, mas a uma construção coletiva, organizada e ordenada por meio de elementos e intencionalidades do

tempo presente. Ora, se é um fenômeno construído individual e socialmente e o outro (grupo, sociedade) faz parte dessa construção, é natural o conflito entre a memória individual e a memória alheia; assim, “[...] a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Em um bom entendimento, podemos afirmar que Pollak (1992) e Halbwachs (2006) consideram que a memória é fundamental para a criação do sentimento de identidade. Contudo, Pollak (1992) afirma que a memória, seja individual, seja coletiva, possui três elementos constitutivos: os acontecimentos, as pessoas (e/ou personagens) e os lugares.

Nessa perspectiva, é preciso evidenciar que os mesmos acontecimentos, pessoas e lugares compõem as experiências diretas dos indivíduos e dos grupos e as memórias se alteram quando registradas em forma de lembranças, não correspondendo de modo totalmente fiel à realidade. As memórias podem, ainda, envolver elementos que transcendem o espaço-tempo dos indivíduos e grupos, evocando passagens míticas e fantásticas.

Assim, podemos entender que a memória e a identidade têm sempre um caráter relacional, podendo resultar em conflitos e variar, mas deverá sempre ser de algum nível de concordância das novas representações com aquelas já existentes. Contudo, uma vez constituídas, as lembranças tendem a realizar trabalho de conservação em prol da manutenção das representações do grupo. E pode ser palco de disputas e conflitos. Em Halbwachs (2006), fica evidente a característica relacional e pactuada da memória em virtude da participação do indivíduo na constituição dessas lembranças.

Nora (1993) faz uma análise profunda acerca do que denomina “os lugares da memória”. Trata-se dos arquivos, bibliotecas, dicionários, museus, cemitérios, coleções, comemorações, eventos festivos, monumentos, santuários, associações, testemunhos de um determinado tempo, que trazem consigo a noção de pertencimento e de reconhecimento a determinados grupos sociais.

Ao seguir essa lógica, Nora (1993) analisa que há uma frenética corrida da história no mundo atual e essa corrida leva o passado a ser facilmente descartado e – por que não? – fluido, líquido, fazendo com que, nesse círculo dinâmico e veloz, a visão de totalidade se perca rapidamente. Para ele, esse processo acaba por aumentar a curiosidade pelos espaços de certo modo

privilegiados pela memória, onde ele se cristaliza e se esconde nesse novo espectro de vivenciar a história, o tempo presente e a ruptura com o passado.

Nessa esteira, Nora (1993) afirma que é preciso preservar e valorizar os espaços privilegiados da *memória*, pois, num contexto de grande aceleração da história que mais rapidamente produz um passado morto, a percepção de algo desaparecido fica para trás. E ainda advoga:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas e censura ou projeções (NORA, 1993, p. 9).

Essas considerações nos habilitam a compreender a construção efetiva da memória e sua relevância efetivação da história. No caso específico de nosso estudo, é necessário compreender a construção da memória positiva, para entender igualmente a tradução e as versões da história da ditadura militar brasileira.

O ponto-chave é igualmente entender que os traços e os vestígios de memória se tornam uma maneira de lutar contra a devastação causada pela rapidez e compreender como a memória e a história, às vezes, se tornaram opostas, conforme assevera Nora (1993).

Nora (1993) avalia que, embora o passado faça parte do mesmo objeto, essa memória precisa ser analisada, entendida para ser, de certa forma, transformada, conforme sentenciou o historiador francês, ao afirmar que existem duas memórias: a tradicional, que é imediata, e a memória transformadora, que, ao nosso olhar, precisa ser construída.

Ao levar em conta todas essas nuances entre a história e a memória, Le Goff (2012) prescreveu que a memória pode ser entendida com a propriedade de conservar certas informações e nos remete, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou as que ele considera como passadas.

Segundo os argumentos de Le Goff (2012, p. 408), a memória coletiva possui um importante papel na busca por transformação social, a saber:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. **Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva** (grifo nosso).

Nessa perspectiva de Le Goff (2012, p. 11), a história e a memória cumprem um papel de revelar as memórias não ditas, não escritas, numa visão em que “[...] a história é uma prática social, uma questão política e que é legítimo observar a leitura da história do mundo se articula sobre a vontade de transformá-lo”. Desse modo, busca-se entender, neste estudo, quando os esquecimentos seletivos e intencionais da história e da narrativa sobre o regime militar construíram a memória positiva acerca da historiografia e da memória nacional brasileira.

Diante dessa reflexão sobre o domínio e o uso público da memória coletiva a bem das classes que imprimem a memória oficial sobre os acontecimentos, Ricoeur (2008) aprofunda a discussão acerca do papel da memória e dos esquecimentos que, por muito tempo, no caso brasileiro, tentaram imprimir na sociedade a visão unilateral do nosso passado. Ricoeur (2007, p. 423) tanto debate o papel social desse esquecimento intencional para a preservação da memória e da cultura hegemônica da sociedade quanto advoga que o “[...] esquecimento continua a ser inquietante ameaça que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória e da história”.

De acordo Ricoeur (2007), há três tipos de esquecimento: primeiro, o esquecimento profundo; segundo, o por apagamento dos rastros; e terceiro, o de reserva, que redimensiona o estatuto do esquecimento e leva este a cooperar para a reversão dos rastros, tanto dos esquecimentos quanto de outros papéis.

Para Ricoeur (2007), a problemática do esquecimento tem importância em razão dos abusos da memória. No caso capixaba, no tocante ao regime militar, tanto a cultura hegemônica disseminada acerca dos grandes projetos quanto os esquecimentos intencionais colaboraram para a noção e a consolidação da memória positiva do Golpe; por isso, estudar o seu construto é um desafio importante para a história capixaba.

A análise de Ricoeur (2007, p. 7) sobre a prática do esquecimento é muito pertinente para compreendermos o caso brasileiro acerca das memórias sobre o período ditatorial.

A prática da anistia vem-me com o famoso decreto promulgado em Atenas em 403 a.C., segundo o qual é interdito recordar os crimes cometidos pelos dois partidos, crimes que chamamos de ‘infelicidade’. Daí o juramento pronunciado pelos cidadãos um a um: ‘não recordarei as infelicidades’ (mnesikakein-contra-memória). Muitas democracias modernas fazem amplo uso desse gênero de esquecimento por imposição por honrosas razões que visam à manutenção da paz social. [...] Cada um de nós tem o dever de não esquecer, mas de dizer o passado, de um modo pacífico, sem cólera, por mais doloroso que seja.

De fato, o que ocorreu no fim do regime militar (REIS FILHO, 2014), com a política da chamada anistia ampla, geral e irrestrita, foi o apagamento das memórias e a busca do esquecimento apaziguador como forma de arquivar a memória nacional em que prevalece a memória social hegemônica unilateral dos fatos. Passados mais de 50 anos da ditadura brasileira, ainda há todo um processo de lacunas a serem preenchidas num esforço para entender o outro lado de nossas infelicidades, pois o processo da anistia política, que absolveu torturadores, algozes, necessita de que continuemos a revistar documentos, narrativas para que se proceda à leitura do passado pelo presente. É nessa direção que se move nossa pesquisa.

Percebe-se, aplicando o conceito de memória coletiva (HALBWACHS, 2006), a instituição Findes como protagonista, guardiã e sobretudo tradutora dessa memória coletiva do grupo de interesse empresarial. Para compreender como a Findes articulou essas memórias individuais e coletivas, privilegiando seus rastros, esquecimentos e intencionalidades, este estudo foi organizado da seguinte forma:

1.2 Memória da ditadura: um projeto: algumas traduções e muitos silêncios! Benéfico para quem?

Nosso objetivo é analisar o construto da memória da ditadura brasileira em âmbito nacional e local, destacando nuances e construções sociais e relevando seus atores e suas construções sociais. Para tal propósito, começemos a observar as análises de Reis Filho (2014), segundo o qual, a história política brasileira é repleta desses silêncios intencionais, como o caso da ditadura Vargas e depois a ditadura civil-militar instaurada em 1964, pois esses esquecimentos cumprem um papel de política oficial defendida pelo Estado Brasileiro:

Mas por que esse silêncio em relação a regimes historicamente tão importantes? No que se refere ao Estado Novo, depois de 1945, apenas alguns liberais interessaram-se por esmiuçar os desvãos do regime varguista. Vozes no deserto. Prevaleceu o silêncio (REIS FILHO, 2014, p. 25).

Desse modo, o projeto de República nacionalista perdeu-se em 1964, e, no novo regime, inaugurou-se outro cenário: “Ganhou a parada o projeto de modernização autoritária, surpreendendo a todos que apostavam na ‘utopia do impasse’. Sob a ditadura, construía-se um modelo cujo legado ainda persiste”, como assevera Reis Filho (2014, p. 12).

E passados 50 anos do Golpe de 1964 e da ditadura militar, como bem afirmam Fico (2004) e Reis Filho (1997, 2014), a história brasileira necessita de informações e ainda reverberam opiniões difusas que consideram somente os militares como articuladores do Golpe, e isso teve uma intencionalidade. De fato, conforme afirmam Reis Filho (2014) e Fico (2004, 2008), o Golpe instaurado em 1964 foi civil e militar, cuja prerrogativa teve razão de ser. Esse fato implica ainda dizer que a memória política desse período precisou ocupar-se em entender o papel de cada segmento nesse longo processo que foi a ditadura brasileira. De acordo com Angelo (2011):

No caso brasileiro, especificamente, a construção da memória social a respeito da ditadura ocorreu num momento de ruptura político-institucional, de forma que esse *continuum* entre passado e presente precisou levar em consideração a fissura entre ditadura e democracia (ANGELO, 2011, p. 182).

Portanto, com base nessa perspectiva de fissuras, de esquecimentos, a política do apaziguamento constituiu parte da memória política desse longo período da história brasileira. Nossa discussão assume uma postura amplamente defendida por alguns dos pensadores da temática *memória*. Assim sendo, para compreender a memória nacional e os respectivos discursos oficiais, é preciso percorrer os rastros, os lugares privilegiados onde se encontram os documentos, os monumentos, a história e suas intencionalidades, ditas e não ditas (POLLAK, 1989).

No que concerne ao que preconiza Halbwachs (2006), a memória é um fenômeno coletivo, pois a memória individual só existe porque nos relacionamos socialmente e adquirimos noção de pertencimento a determinados grupos sociais.

Desse modo, nossa tratativa com o conceito de memória aqui arrolado ficará com a visão ampliada de memória e história, numa perspectiva de acreditar que a memória se constituiu de lembranças individuais e de lembranças coletivas dos grupos a que socialmente pertencemos.

Dito isso, nossa discussão aceita o fato de existir uma memória coletiva, fruto de interações sociais, que podemos denominar *memória social*, constituída, conforme bem explica Pollak (1992), como um fenômeno social e seletivo, pois, segundo ele, a organização dessa memória social está ancorada em inquietações pessoais e políticas do momento, sendo um objeto de disputa, sobretudo a memória nacional, palco de conflitos para definir datas e fatos históricos que serão solidificados na memória coletiva (HALBWACHS, 2006).

Ao tratarem dessa seletividade, Fico (2004), Reis Filho (2014) e Rollemberg (2010) destacam que a memória hegemônica dominante sobre o regime militar era aquela defendida pelos seus protagonistas: a ditadura foi necessária e funcionou com uma espécie de contragolpe para impedir o avanço da república sindicalista e comunista. E, depois com o advento da anistia, veio o perdão, o esquecimento, e o silêncio se impôs criando uma nova versão dos episódios acerca do período militar. Com base nessa construção social, outros setores sociais passaram a inscrever suas memórias, organizações civis, que vislumbravam outra versão da mesma história.

Nessa perspectiva, o construto da memória política capixaba acerca do Golpe e do regime militar se formou e se reorganizou numa memória oficial que também contribuiu para a constituição da memória social brasileira sobre esse período. Daí nosso desafio de discutir o referencial teórico acerca da memória, debatendo as importantes contribuições dos principais pensadores clássicos e mais contemporâneos, o que nos permitiu recortar teorias que se encaixam, em nosso ver, perfeitamente no caso da memória em que a Findes busca evidenciar um construto positivo desse período.

Nossa análise sobre a memória positiva do Golpe de 1964 no Espírito Santo assume o pressuposto que se coaduna com a visão de Fico (2004), Reis Filho (2014), Pereira e Marvilha (2005), Siqueira (2010), Angelo e Fagundes (2014), pois esses advogam que a visão positiva do golpe civil-militar no Brasil, e igualmente no Espírito Santo, foi construída com base em uma visão que privilegiou a versão dos protagonistas do regime.

Em solo capixaba, o Golpe de 1964 e a ditadura militar foram recebidos com entusiasmo por setores empresariais e por políticos ligados à ala mais conservadora da política espírito-santense. Do ponto de vista do empresarial, capitalizado, ou não, pela Federação das Indústrias do Espírito Santo, também se manifestará em apoio ao que chamam de Movimento Revolucionário de 31 de março. Sobre esse período, o primeiro presidente da Findes, Américo Buaiz, destaca que “A Revolução de 1964 não prejudicou o Espírito Santo, tendo inclusive escolhido nomes ligados à Findes” (GURGEL, 1998, p. 49). É preciso ainda prescrever que os quatro governadores biônicos do período militar tiveram estreitas ligações com a Findes. Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971), Arthur Carlos Gerhardt Santos

(1971-1975) – participantes do primeiro conselho técnico de 1958; Élcio Álvares (1975-1979) e Eurico Rezende (1979-1982), ambos foram advogados da Findes.

Cariê Lindenberg é empresário e representante da elite capixaba, herdeiro de ex-governador e senador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, empresário proprietário da Rede Gazeta de Comunicação. Em seu depoimento à Findes, revelou seu apoio ao Golpe, mesmo dizendo ser amigo íntimo de João Goulart. Em sua fala, ele o denominou “Revolução de 1964”.

Quando ele foi deposto, eu era diretor comercial da Gazeta e fiquei um tanto agitado. Achava que o Exército havia usurpado uma função do Congresso Nacional. Eu era a favor que tirassem Jango no poder. Ele deveria ter sido retirado pelo congresso. **Eu era a favor da sua saída, porque ele estava conduzindo o país para uma república sindicalista. Isso não era bem o que queríamos** (CINDES/FINDES, 2013, p. 121, grifo nosso).

Ao analisarmos a conjuntura política do Golpe e da ditadura no estado do Espírito Santo, podemos concluir que os setores políticos ligados tradicionalmente aos partidos conservadores e aos empresários – estes igualmente estavam vinculados a essa mesma categoria política – apoiaram o Golpe e o fizeram defendendo o conhecido discurso de combate ao comunismo, à reorganização do Estado nos moldes autoritários para a garantia da ordem e do progresso. Evidentemente, da mesma forma houve setores que reagiram ao Golpe: militantes dos partidos de esquerda e estudantes universitários foram os primeiros a organizar passeatas e resistências, tendo, na Universidade Federal do Espírito Santo, um espaço de organização desse debate (PINTO, 2001; OLIVEIRA, 2008).

Entre os militantes históricos dessa memória capixaba, podemos citar Perly Cipriano, Rogério Medeiros, Iran Caetano, Brice Bragato, Vitor Buaiz, conforme ressaltam Pinto (2001), Pereira e Marvilha (2005), Santos (2013).

Sobre o advento do regime militar no estado do Espírito Santo, o ex-preso político Perly Cipriano² (2001), em seus depoimentos, rememora que ficou preso dez anos. De Pernambuco foi transferido para o Rio de Janeiro. Sobre o que denomina anos de chumbo, destaca as torturas que sofreu. E chama a atenção para o fato de que um de seus torturadores se tornou reitor da Universidade de Pernambuco.

² Perly Cipriano, ex-preso político, fundador do PT no Espírito Santo, 3.º presidente estadual, ajudou a articular o PT ainda em 1979, no presídio Frei Caneca, quando participou da histórica greve de fome com demais presos políticos. Quando regressa ao Espírito Santo com Vitor Buaiz e Rogério Medeiros, ajuda a fundar o PT. Foi secretário nacional de Direitos Humanos do primeiro e segundo governos Lula. Fundador e idealizador com o secretário Nilmário Miranda da Comissão Nacional da Verdade (PINTO, 2001; SANTOS, 2013).

Segundo o depoimento de Perly Cipriano, essa contradição é a consequência direta da ditadura brasileira que não criminalizou a tortura. Em suas memórias, destaca que, anos depois, já em tempos de democracia, recebeu um convite de formatura do filho de um amigo, igualmente exilado, e, ao ler o convite, verificou que o referido reitor que assina o convite havia sido seu torturador. Essa é uma característica marcante da ditadura brasileira que, ao contrário das demais ditaduras, não tipificou tortura como crime, característica da chamada *anistia ampla geral e irrestrita brasileira*, diferentemente do que ocorreu em outros países da América, como Argentina (ROLLEMBERG, 2010; PINTO, 2001).

Em relação a esse período dos anos de chumbo no Espírito Santo, Pereira e Marvilha (2005) destacam que, no Espírito Santo, diferentemente do que a visão oficial construiu, houve o endurecimento do regime com práticas de torturas e prisões.

A repressão político-militar igualmente se intensificou durante os mandatos dos governadores da Arena, ambos biônicos, escolhidos pelos presidentes gerais, sobretudo nos governos de Dias Lopes Filho e Gerhardt Santos (PEREIRA; MARVILHA, 2005). Os pesquisadores desmistificaram a ideia de que a repressão policial e a tortura só ocorreram nas grandes capitais, como no Rio de Janeiro, São Paulo. Aqui no Espírito Santo também ocorreram. Vejamos a importante revelação:

O advogado e jornalista de O Diário, de Vitória, Ewerton Montenegro Guimarães, defensor dos direitos humanos e da democracia face ao regime militar, em 1969, ano da edição do AI5, denunciou a existência da organização do grupo de extermínio 'Esquadrão da morte' além do detalhes sobre a ação dessa organização paramilitar, afirma que o comando do grupo de extermínio, do qual participavam polícias civis e militares, tinha seu braço forte dentro do Palácio Anchieta, mais precisamente na Secretaria de Segurança Pública, então dirigida por José Dias Lopes, irmão do governador Christiano Dias Lopes (Revista de Informação Jurídica). O 'Esquadrão de Morte' é a péssima herança do regime militar. A ele foram atribuídos assassinatos de pessoas consideradas criminosas ou suspeitas, enterradas em cova rasa [...] A organização teve seu início no Rio de Janeiro e, na década de 1980, tornou-se sucessora da *Escuderia Le Coq*, cuja estrutura original foi transferida do Rio de Janeiro para o Espírito Santo, sobrevivendo como braço armado do crime organizado (PEREIRA; MARVILHA, 2005, p. 111).

Após essa longa e necessária citação, podemos afirmar, com base nas assertivas dos autores, que, no Estado, a prática da repressão e do aparato policial funcionou nos mesmos moldes dos demais estados da federação e, de igual forma,

legou-nos um estado com fortes vínculos com o crime organizado, práticas de torturas, forte repressão e desrespeito aos direitos humanos.

Por outro lado, seguindo a pista da revisão proposta por Pereira e Marvilha (2005), a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em consonância com essa lei da Comissão Nacional da Verdade criou, por meio da Portaria n.º 487, de março de 2013, a Comissão Estadual da Verdade, com o objetivo de apurar as violações de direitos humanos ocorridos no período da ditadura até 1988. Ademais, averiguar os atos praticados contra seus profissionais, professores, funcionários e estudantes.

O relatório da CEV da Ufes arrolou uma série de documentos e provas das torturas e violações dos direitos humanos sofridos por sua comunidade à época do regime ditatorial. Esses documentos comprovam o que já mencionamos em Pereira e Marvilha (2005): a outra face do Golpe e da ditadura militar no Estado.

Esse é um legado que intencionalmente desapareceu, fruto de uma construção social hegemônica que cultivava, de várias formas e sobretudo nos meios sociopolíticos, que o Golpe e o regime militar foram a salvação econômica do Espírito Santo, em razão dos Grandes Projetos Industriais. Em concordância com as assertivas de Angelo e Fagundes (2014), os grandes projetos também geraram grandes esquecimentos.

É preciso prescrever que essa memória coletiva desse grupo político hegemônico articula lembrança e esquecimento, conforme bem lembra Le Goff (2012, p. 456): “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. É um fenômeno complexo que envolve lembranças e esquecimentos de maneira consciente e inconsciente (RICOEUR, 2007). É essa construção positiva, alusiva e controversa que buscamos entender no último item deste capítulo.

A visão positiva do período militar foi construída no pensamento da elite econômica e política, consolidando a visão dominante de uma época. Construído com base na ideia defendida por ocasião da bipolaridade da guerra fria, o pensamento anticomunista, que, em hipótese alguma, admitiria outra Cuba na América Latina (FICO, 2004).

Essa construção ideológica ancora-se, sobretudo, na questão econômica construída no imaginário social brasileiro por meio de mecanismos persuasivos, propaganda explícita e sobretudo implícita, em que o regime militar trouxe condições

de tranquilidade política para o Brasil voltar a crescer. Sabemos e já discutimos as controvérsias dessa afirmativa, mas tal fundamento busca, nos dados econômicos desse período, sua argumentação, pois é verdade que, segundo o IBGE, entre 1968 e 1973, o emprego cresceu num índice médio de 4,3%, maior que o crescimento demográfico, que foi 2,9%.

Quanto a essa euforia presente nos anos 1970, como advoga Couto (1999), a verdade é que, nesse período de crescimento acelerado, a sensação dominante em todas as classes sociais era de ganho. Couto (1999) ainda destaca, de forma ilustrativa, um comentário do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva:

Eu acho que a gente tem que dividir o regime militar entre a intenção dos militares que deram o golpe em 1964 e aquilo em que se transformou depois do golpe, a revolução. Pois eu acho que houve uma deformação. Agora, com toda a deformação, se você tirar fora as questões políticas, as perseguições e tal, do ponto de vista da classe trabalhadora, o regime militar impulsionou a economia do Brasil de forma extraordinária. Hoje a gente pode dizer que foi conta da dívida externa, milagre brasileiro, e tal, mas o dado concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. Ora, por quê? Porque era a época de pleno emprego (COUTO, 1999, p. 117).

Contudo, após a euforia do milagre econômico³, conseqüentemente o pleno emprego caiu, e o mesmo sindicalista que avaliou, de forma positiva, o governo do presidente Médici começa a articular, em 1979, as greves. Os movimentos sindicais e sociais colaboraram para o processo de distensão política, mas o imaginário político nos anos de ouro do período militar ainda se sobrepõe ao que Reis Filho e outros críticos denominam anos de chumbo. Por quê?

Para responder a essa questão, frisa-se, desde logo, a opinião de Reis Filho (1997): a partir de 1979, o período iniciou-se com o processo de revogação do Ato Institucional de n.º 05, posteriormente à Lei de Anistia e a revisão de Lei de Segurança Nacional, tendo por consequência a libertação dos presos políticos. No

³ De acordo com Prado e Sá (2003), em razão do afastamento de Costa e Silva, houve a escolha de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), em cujo governo o chamado milagre brasileiro vai ocorrer. A expressão *milagre econômico* foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental, para designar a rapidez com que a Alemanha Ocidental se recuperou desde 1950. Mais tarde, o mesmo termo foi utilizado para se referir à rápida recuperação econômica do Japão em 1960. E, seguindo essa lógica de designar o rápido crescimento e *boom* econômico, chegou ao Brasil, na década de 1970. Médici deu continuidade à política econômica de Costa e Silva, inclusive com a manutenção de Delfim Neto na pasta da Fazenda. No penúltimo ano, com a crise do petróleo, os vultosos investimentos diminuiram, mas o presidente Médici se manteve com bons índices de popularidade, fruto do chamado pleno emprego e das grandes propagandas embaladas pela euforia da Copa de 1970. PRADO, L. C. D.; SÁ, F. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integrado internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil republicano, o tempo da ditadura**. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 209-240.

seu bojo, vieram também as ações de perdão por parte dos protagonistas do Golpe, a qual trouxe consigo a ideia de esquecimento e, por conseguinte, o silêncio intencional sobre o assunto. Para que os esquecimentos intencionais não continuem escrevendo a história desse período, Reis Filho (1997) defende esta ideia:

O trabalho dos profissionais da memória precisa tratar de determinar o quê, o como, o porquê dos acontecimentos terem acontecido. Com muita isenção e objetividade, caberia a eles pesquisar, encontrar, selecionar, explicar e narrar. E promover alguns acontecimentos à condição histórica (REIS FILHO, 1997, p. 32).

De acordo com Angelo e Fagundes (2014, p. 151), no caso do Espírito Santo, essa construção social da memória se consubstanciou,

[...] por exemplo, porque uma memória positiva a respeito das mudanças políticas, econômicas e sociais pelo estado entre as décadas de 1960-1980 se impôs sobre o conjunto de outras visões divergentes sobre mesmo período histórico? (ANGELO; FAGUNDES, 2014, p. 151).

Concordando com os pensadores arrolados neste capítulo, esse legado da memória positiva do Golpe ainda se faz presente em nossa história. A visão de ditadura militar ainda bastante divulgada, que, de certo modo, não deixa esclarecido o papel da sociedade civil e de grupos empresariais que apoiaram o regime militar e dele participaram, é uma memória cuja presença maior é o silêncio.

Ao considerarmos a importância de (re)construir essa memória social e partirmos do pressuposto de ser ela coletiva e pertencente a um grupo social, igualmente fizemos uso das percepções de Reis Filho, que problematiza a questão do silêncio instituído, quando o assunto é memória política, sobretudo no tocante aos períodos ditatoriais da história contemporânea brasileira:

Tais tradições devem seu triunfo, ao menos em parte, às duas ditaduras: a do Estado Novo, entre 1937 e 1945, e a civil militar, entre 1964 e 1979. No entanto, de forma aparentemente paradoxal, a sociedade construiu em relação às ditaduras uma combinação de rejeição e memória do silêncio. Muito pouco se fala e menos ainda se estuda sobre as complexas relações estabelecidas, em distintas temporalidades, entre a sociedade e as suas ditaduras. **Um senso comum raso atribui o fato a uma suposta escassa memória social, mas isso significa esquecer que o silêncio é uma forma de memória** (LABORIE, apud REIS FILHO, 2014, p. 25, grifo nosso).

Ao corroborarem a tese de Reis Filho (2014) sobre a memória positiva do golpe e as intencionalidades do esquecimento, Angelo e Fagundes (2014) analisam a narrativa que se construiu sobre grandes projetos, uma memória que envolve também grandes esquecimentos. E, ainda que esses esquecimentos cumpram um

papel na história nacional e local, as memórias sobre a ditadura militar e seu legado para o país são um exemplo ilustrativo a esse respeito.

No que se refere ao período militar desde os anos 1960 e 1970, no Espírito Santo existe uma memória positiva que se fundamentou, em grande medida, na avaliação positiva feita por intermédio de um grupo hegemônico empresarial por que, em face dos Grandes Projetos Industriais, o estado obteve um *boom* de desenvolvimento econômico e industrial que, sem a ditadura e o governo autoritário, não seria possível. Porém, seguindo a linha de raciocínio de Angelo e Fagundes (2014), Pereira e Marvilha (2005), percebemos que essa visão pode ser questionada; afinal, existe outro lado divergente sobre a memória social desse período.

Desse modo, é possível questionarmos por quais razões essa visão positiva se constituiu e como esse grupo de interesse conseguiu sobrepor-se às demais visões acerca do mesmo período. Essas são questões a que buscamos responder mais adiante.

A construção da memória positiva do Golpe foi internalizada pela sociedade em razão dos grupos que dela fizeram uso e defenderam, de forma acentuada e de certa forma oficial, os benefícios econômicos, fato que perpassou inclusive o período militar. Quando ocorreu o cinquentenário do Golpe, o ex-governador Gerson Camata, embora tenha sido eleito pelo MDB, partido que fez oposição à ditadura civil-militar, declara, conforme apresentam Angelo e Fagundes (2014), em entrevista:

Economicamente, não sei se o regime militar foi bom para o Brasil, mas, no Espírito Santo, nós ganhamos a CST, a primeira siderúrgica do hemisfério sul, ganhamos as linhas expressas para exportar minério, ganhamos o Porto de Tubarão, a Aracruz Celulose, todas as estradas. A última grande obra foi a Terceira Ponte, que eu deixei quase pronta. Nada mais foi feito em 50 anos (GAZETA, 2014, p. 22, apud ANGELO; FAGUNDES, 2014, p. 149).

Esse é um pensamento recorrente tanto para aqueles que fizeram parte desse movimento golpista quanto para muitos que, em determinado momento, fizeram oposição a ele. O então presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Eliezer Batista, rememora esse período denominando a ditadura civil-militar assim: “Em 1964 eu saí da Companhia Vale do Rio Doce por causa da revolução de 64. Eu fui trabalhar lá no grupo Antunes” (BATISTA, 13 fev. 2004). Podemos, portanto, afirmar que há uma grande maioria de personalidades dentro e fora da

política e dos meios acadêmicos que concordam com a tese de que, apesar de a ditadura ter sido benéfica para o país e, no nosso caso, para o Espírito Santo, tal tese precisa ser revisitada ao nosso olhar. Para Angelo e Fagundes, essa memória positiva é fruto de uma construção da elite política e empresarial:

[...] no presente, a memória construída pelos grupos que apoiaram a ditadura foi herdada por segmentos e entidades empresariais num processo de construção de uma espécie de memória do triunfo. Nesta versão, que procura hegemonizar o debate sobre o significado do passado capixaba, a memória da década de 1970 é apresentada sempre em tom de celebração (ANGELO; FAGUNDES, 2014, p. 152).

É nesse contexto que os Grandes Projetos Industriais mudam o perfil da economia capixaba. Esses projetos, de acordo com Siqueira (2010, p. 22), mostram “[...] que a partir de 1970 a dinâmica da economia capixaba é marcada pelo processo de modernização, a partir de uma nova ótica de acumulação de capital: a industrialização”. Já os economistas Rocha & Morandi (2012) advogam que a modernização da economia capixaba foi a alternativa ante a grave crise da cafeicultura. Nesse sentido, o governo do estado do Espírito Santo e seus técnicos fomentaram parceiros externos e internos para articular nacionalmente a economia local.

É verdade que, antes disso, desde as décadas anteriores aos anos 1960, o Estado já busca alternativas para a economia cafeeira, no intuito de superar a ideia de “barreira verde”. As primeiras tentativas de reverter os problemas econômicos do estado foi inseri-lo na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), mas perdeu o *lobby* para os políticos influentes do Nordeste.

Tal fracasso acabou colaborando para o movimento de reivindicação da inclusão do Estado na política industrial nacional, que encontrou uma bandeira levantada pela Findes, recém-criada, em 1958, por um grupo de empresários locais ainda incipientes do ponto de vista da capacidade industrial, como relata Américo Buaiz, e também pelo primeiro governador biônico Christiano Dias Lopes Filho (GURGEL, 1998).

Entretanto, é preciso problematizar a questão econômica do Espírito Santo dentro de um modelo de desenvolvimento capitalista que privilegiou uma matriz de desenvolvimento centrada nos grandes capitais estrangeiros, vertente de um estado centralizador e conservador. Há, em nosso entendimento, uma contradição, pois a crise do café iniciou em 1929 e teve seu ponto crítico na Era Vargas (1930-1945). Então, dizer que o regime militar (1964-1985), com sua matriz

de desenvolvimento industrial, tirou o Estado da crise econômica em razão da derrocada do café, isto é, também proporcionado pela erradicação dos cafezais no decorrer dos anos 1960, é passível de questionamento.

O desenvolvimento industrial do estado do Espírito Santo ocorreu de forma tardia, quando o comparamos com os demais estados do Sudeste. Não foi somente em virtude da crise do café, mas também em razão de especificidades políticas e da visão de personalidades políticas ligadas aos latifúndios, que não pensaram o Estado em uma política de fomento da pequena propriedade, típica do povoamento ocorrido no Estado. Os políticos ligados às oligarquias e à monocultura igualmente colaboraram para nosso atraso, pois não foi somente a crise do café (SIQUEIRA, 2010; VILLASCHI, 2010).

Frisamos, sobretudo, a tese de Siqueira (2010), que evidencia, com dados que comprovam a desigualdade social na Grande Vitória, a falta de política de saneamento habitação e de emprego, dentro do contexto do regime militar, no caso do advento dos grandes projetos. Aponta que o contingente advindo da erradicação dos cafezais desde 1960 veio para a Grande Vitória, sobretudo por ocasião do processo de industrialização que se acentuou nos anos 1970. Contudo, esse projeto de desenvolvimento industrial não efetivou políticas de planejamento urbano capaz de receber essa população, o que causou um grande contingente de pessoas sem ocupação.

Segundo Siqueira (2010), nos anos 1980, no caso do Espírito Santo, Vitória já estava abrigando 34,9% da população do total da região metropolitana. Esse crescimento desordenado se acentuou e consigo trouxe a marca da pobreza no processo de desenvolvimento, com o aprofundamento das desigualdades entre as regiões no interior das metrópoles.

Essa é uma marca inequívoca do legado da modernização autoritária, que não planejou a inclusão social e produtiva desse contingente populacional, ocasionando aos futuros governos uma dívida social indelével. Sendo assim, entendemos que há uma herança negativa que os discursos dos ideólogos dos grandes projetos não contabilizam como fruto das escolhas políticas dessa matriz de desenvolvimento típica do período autoritário.

Esse contra-argumento à memória positiva que os grandes projetos trouxeram desenvolvimento inegável para o Estado também é feito em recente

análise por Angelo (2014), que se contrapõe à tese de Villa⁴ (2014). Para Angelo (2014), ao valorizar os feitos econômicos do período militar e buscar diminuir os danos, tais como problemas ambientais, além da tortura e repressão, são indícios que demonstraram uma leitura, de certa forma positiva, da ditadura, um dos elementos que permite a Villa (2014) diferenciá-la de regimes autoritários, como os do Chile e da Argentina.

Essa observação de Angelo e Fagundes (2014) sobre a tese de Villa (2014) cabe perfeitamente para comprovar a vivacidade ainda presente na memória do ex-governador biônico Arthur Carlos Gerhardt Santos (2017). Em entrevista para fins de nossa pesquisa, Gerhardt Santos evidencia que, primeiro, sem o regime de exceção, não seria possível desenvolver os grandes projetos no Estado. E, quando perguntado sobre a tortura e a censura, primeiro esqueceu, voltou a falar da crise do café e, num outro momento, argumentou que aqui, no Espírito Santo, não ocorreu do mesmo modo que no Rio de Janeiro. Sobre os episódios de repressão, destaca o caso Miriam Leitão:

Você quer ver um caso, aqui Miriam [Leitão] **fizeram um inquérito dela no Rio. Ela era comunista né**, fazia parte do diretório aqui. Prenderam ela aqui no batalhão, e ela trabalhava na Rádio Espírito Santo, e eu era governador aqui. E quando ela sai, **por aqui não teve aqueles problemas todos que tiveram lá no Rio de Janeiro, né. E quando ela saiu a secretaria que era a Euzi Moraes, você conhece?** [...] E disse para Euzi, admite ela, ora, ela não é boa funcionária, trabalhava direitinho, então admite. Não tive nenhuma reclamação de milico. Élcio [Álvares] assumiu e a demitiu. rsrs. Enfim [...] (SANTOS, 2017, p. 9, grifo nosso).

A construção social da memória positiva da ditadura se faz inclusive em parte, com base nessa retórica de minimizar os crimes de tortura, relativamente ao regime ditatorial no tocante à Lei de Segurança Nacional do governo federal. Na memória do ex-governador biônico Gerhardt Santos (1970-1974), essas *complicações* ficaram mais no Rio de Janeiro. Aqui no Espírito Santo, sobretudo, o seu governo ficou longe disso. Porém, até onde se sabe, a referida jornalista foi torturada com seu marido no batalhão de Vila Velha e mais tarde precisou mudar-se para o Rio de Janeiro.

⁴ Historiador ligado à Universidade de São Carlos-SP. Por ocasião dos 50 anos do golpe civil-militar, escreveu uma obra intitulada *Ditadura à brasileira*, cujo conteúdo trata de diferenciar o regime ditatorial brasileiro dos demais regimes políticos ditatoriais da América Latina, propondo inclusive uma nova periodização. O seu livro, de acordo com Angelo e Fagundes (2014), evidencia uma memória positiva do regime militar, pois, em sua argumentação, busca minorar os anos de chumbo, fala positiva da euforia econômica e cita obras de melhorias estruturais no desenvolvimento do país para justificar o lado benéfico do regime (ANGELO; FAGUNDES, 2014).

Esse episódio é bastante ilustrativo para comprovar a visão positiva da ditadura brasileira e sua interação no estado do Espírito Santo. Essa visão minimalista sobre a tortura e a valorização do legado dos grandes projetos aqui construídos sob a égide da modernização autoritária são uma forte característica da geração que protagonizou os grandes projetos e esteve à frente desses governos, conforme se referiu a esse processo (ANGELO; FAGUNDES, 2014).

Contudo, é preciso pontuar que, no caso específico de nossa pesquisa e tese de Oliveira (2013), não se observaram, de fato, questões pontuais relativas ao governo de Gerhardt Santos com episódios de tortura. Somente Pereira e Marvilha (2005) fazem menção direta ao aumento de repressão no Estado, no período de seu governo. Talvez, em razão de seu caráter técnico, o envolvimento de Gerhardt Santos não apareça diretamente ligado às práticas de tortura e repressão. Sobre essa política, em seu depoimento, Gerhardt Santos ressalva: *fiquei longe dos milicos!* (SANTOS, 2017).

Desse modo, consolidou-se a memória positiva do regime militar, valorizando a euforia econômica dos anos 1970, que pouco se sustentou (SINGER, 1976; REIS, 2010, 2014; FICO, 2010, 2014), diminuindo os impactos dos problemas sociais, causados pelo fim do milagre brasileiro, e reforçando a matriz social de um país que se constituiu economicamente com fortes desigualdades sociais (SIQUEIRA, 2010).

Essa construção social em que as classes dominantes imprimem hegemonicamente o seu pensamento na sociedade encaixa-se perfeitamente no caso específico das memórias da ditadura militar no estado do Espírito Santo. O construto social da memória numa prática social ideológica privilegiou o silêncio como política de Estado, em se tratando do outro lado das memórias⁵ (ANGELO; FAGUNDES, 2014).

⁵ A Comissão Estadual da Verdade foi criada pela Lei n.º 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela Medida Provisória n.º 632. A sanção da Lei n.º 12.528/2011 conferiu um marco normativo abrangente para os trabalhos da CNV, em sintonia com as experiências mais bem-sucedidas de comissões da verdade no mundo. Além de estabelecer como finalidade geral da CNV o exame e o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 e 1988, com a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, a lei elegeu objetivos específicos a serem cumpridos, assegurando poderes para sua execução. A CNV fez valer suas prerrogativas e conferiu concretude à Lei n.º 12.528/2011, em face de desafios inerentes a uma instituição nova e temporária.

Com base nessas revelações que, ao nosso olhar, colaboraram para o preenchimento de uma importante lacuna para a análise social da memória política desse período, podemos concluir que, apesar de a elite política e empresarial buscar inscrever que o regime civil-militar foi benéfico para o Estado em razão dos empreendimentos econômicos ligados às instalações dos Grandes Projetos Industriais, o fato é que existe, para além dos problemas de desigualdade social já mencionados, um legado traumático de repressão, tortura e violação dos direitos de cidadãos capixabas que não podem ser minimizados em virtude dos ditos grandes projetos.

Desse modo, à guisa de conclusão, entendemos que essa visão positiva do regime civil-militar no Estado resulta da ideologia dominante e da prática social em que a elite política e econômica representa e constrói uma memória social hegemônica de uma época, traduzindo para si mesma o modo de existência do jeito como é vivenciado diretamente por elas. Contudo, as representações dessas ideias quase sempre invertidas diferem segundo as classes e as experiências de cada uma delas sobre a existência nas relações de produção.

1.3 Memória empresarial: usos públicos da história institucional

Era preciso desenterrar o passado dos escombros do esquecimento. Os fatos estavam lá, à espera, ocultos pelos véus da ignorância, como diamantes nas trevas da terra, aguardando a luz do olhar arguto do garimpeiro (REIS FILHO, 2014).

Neste item, inicialmente vamos abordar o papel exercido pela memória institucional, visando entender as nuances da construção desses espaços institucionais como espaços privilegiados de memória e resgatando a constituição de um pensamento hegemônico que as instituições buscam constituir sobre a história do desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo. Nosso propósito é dialogar sobre os conceitos do “dever e abusos” da memória, entendendo o papel dos “esquecimentos” e o *modus operandi* da construção do legado historiográfico da história institucional.

Conforme já dissemos no primeiro item sobre memória, nosso estudo focaliza a constituição da memória política institucional da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo entre 1979 e 1983. Para tanto, discutimos, nesta seção, os usos e abusos dessa memória institucional na legitimação de uma memória hegemônica acerca do período já caracterizado pelos seus pares como o período

dos grandes projetos de desenvolvimento do Espírito Santo. Os críticos consideram que os grandes projetos trouxeram consigo os grandes esquecimentos (ANGELO; FAGUNDES, 2014).

Uma vez que alguns conceitos já foram arrolados na seção conceitual sobre a memória, aqui assumimos aqueles anteriormente definidos, destacando as assertivas de Halbwachs (2006), Le Goff (2012), Pollack (1989), Huyssen (2004) e Ricoeur (2007).

É importante salientar a escritura e a interpretação da história institucional, seus usos e manipulações à época dos regimes autoritários, sobretudo na América Latina e especificamente no Brasil.

De fato, desnudar os esquecimentos oficiais e militantes não é tarefa fácil, mas é de suma importância preencher lacunas relevantes e revelar às novas gerações as possibilidades de outras versões dos mesmos fatos e das memórias, ainda não revelados pelo esquecimento do autoritarismo do regime ditatorial de mais longa duração.

Nesse processo de tessitura do passado mediante as indagações e as lacunas do presente, busca-se discutir como a memória institucional oficial se constituiu, conforme advoga Paul Ricoeur (2007), em esquecimentos, usos e abusos da memória como forma de legitimar o *statu quo* e personificar a visão unilateral dos fatos, tratados como verdade oficial.

Nessa perspectiva de entendermos o papel da história institucional na consolidação de um pensamento hegemônico, com base no que sentenciou Lobo (1997), as empresas são parte da sociedade, e não é possível estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais.

Desse modo, utilizar-se desse construto de memória como um instrumento de poder significa usá-la tanto para os fatos memoráveis quanto para os fatos fadados ao esquecimento. Assim, paradoxalmente, esquecer faz parte do conjunto da memória, conforme afirma Huyssen (2004).

O contexto historiográfico em que se insere esta discussão na França é exatamente a década 1970, quando a academia francesa começou a discutir sobre os usos e a manipulação da história institucional, ganhando força no fim dos anos 1980, com a publicação *Os lugares da Memória* (1993), de Pierre Nora. A publicação de Nora evidencia a preocupação com os lugares da memória nesse processo de

aceleração da história. Para Nora (1993, p. 9), há locais de memória porque não existem mais meios de memória. Ele advoga ainda:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. **A memória** é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do **esquecimento**, inconsciente de suas deformações, vulnerável a todos os **usos e manipulações**, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (grifo nosso).

Tais considerações nos levam a concordar com Nora (1993) e incluí-lo numa perspectiva sociológica de entender o processo de institucionalização, com base no qual a memória empresarial tipificou a “aceleração da história”, que altera o fenômeno da continuidade e da conservação das memórias do passado e evidencia a necessidade de lembrar o tempo todo para não esquecer, o medo de esquecer e ser esquecido, levando à busca da identidade.

Nesse processo, é comum as empresas organizarem suas memórias com base nas premissas de que é preciso preservar o passado, para que as futuras gerações não se esqueçam do legado e da trajetória de sucesso que constituiu aquele patrimônio. A prescrição e publicidade dessa instituição constituem um legado que passa por um processo que igualmente Pollack (1992) categorizou como enquadramento, o que evidencia como quer ser visto. A seleção das narrativas e das personalidades vai ajudar a contar sua trajetória.

Ao considerar igualmente a importância de revitalizar o construto memória e história, numa perspectiva de revistar as memórias dos eventos traumáticos da história, como a Segunda Guerra Mundial, Pollak (1989) analisa que o silêncio tem razões bastante complexas e cumpre vários papéis, concordando com o postulado dos pensadores franceses acerca do conceito.

No caso do Brasil, a luta pela memória do regime militar brasileiro e a luta por novas versões da mesma história são narradas em razão dos usos, manipulações e esquecimentos oficiais que caracterizaram o processo de abertura política no fim dos anos 1980. A anistia política impôs uma característica peculiar à memória desse período, no caso do Brasil, diferentemente dos demais países do cone sul, prevalecendo ainda uma política de Estado que atuou com o *esquecimento/silenciamento e apagamento da memória*, como forma de perpetuar a visão positiva dos motivos e razões das circunstâncias em que se constituiu o regime militar brasileiro (REIS FILHO, 2014).

Especificamente, no caso brasileiro, não podemos esquecer, tampouco deixar de entender, conhecer toda história, visto que a política de memória do regime militar foi apagar os rastros e tentar construir o silêncio.

No Brasil, diferentemente de países em que também existiram ditaduras e processos envolvendo torturadores, como na Argentina, só começaram a ser abertas, nos anos 1990, as discussões sobre as responsabilidades do Estado no que concerne às torturas, assassinatos. Porém, somente com a constituição da Comissão Nacional da Verdade, em 2003, ocorreu, de fato, o resgate de toda essa memória, por meio de documentos, depoimentos que corroboram a montagem dos processos que procuram revisar o papel dos entes oficiais do Estado, sobretudo em relação à política de torturas (REIS FILHO, 2010).

Huysen (2004) ainda ressalta a importância do uso mais sofisticado da análise da memória e do esquecimento, saindo da binariedade, pois é campo do comum. Às vezes, para seguir em frente, faz-se necessário esquecer no intuito de formar uma nova narrativa.

Conforme dito por Ricoeur (2007), o esforço da memória é um ato coletivo. No entanto, instituições das mais diversas têm também feito uso de suas memórias como forma de preservar e/ou apresentar um discurso oficial sobre si mesmas. E, para pensar esse campo, Huysen (2004, p. 3) nos alerta para sermos mais sofisticados.

É necessário localizar o esquecido em um campo de termos e fenômenos, tais como silêncio, ausência de comunicação, desarticulação, evasão, apagamento, erosão, repressão — todos os quais revelam um espectro de estratégias tão complexas quanto as da memória. Ricoeur sugere algumas distensões básicas: Esquecimento como *mémoire empêchée* (memória impedida), que é primeiramente relacionada à do inconsciente freudiano e à repetição compulsiva; segundo, esquecimento como *mémoire manipulée* (memória manipulada), que é inerentemente relacionada à narrativa, no sentido que qualquer narrativa é seletiva e implicará, passiva ou ativamente, um certo esquecimento de como a história poderia ter sido contada de maneira diferente; terceiro, *l'oubli commandé* (o comando para esquecer) **o esquecimento institucional que se refere, neste caso, à anistia** (grifo nosso).

A memória está não somente no campo do humano, mas também no campo das instituições. A maneira como estas constroem esse uso é de suma importância para revitalizarmos os debates acerca do papel das instituições que corroboram o legado ideológico hegemônico sobre a história do país. Desse modo, é igualmente relevante analisar sua evolução como peça fundamental na luta ideológica em torno da memória.

1.3.1 Panorama histórico do uso da memória pelas empresas e entidades setoriais

Devemos lançar mão do entendimento sobre memória empresarial. O termo, além de se referir ao processo metodológico, possui uma finalidade mercadológica. Mas há uma vertente acadêmica que discute o assunto à luz de literaturas que discutem o pensamento sobre o desenvolvimento econômico com base nas análises das instituições (LOBO, 1997).

Quanto ao viés mercadológico, atende ao nicho de negócios que atuam na prestação de serviço da comunicação corporativa e relações públicas, academicamente devemos conceituar como História dos Negócios, em que a memória empresarial é um componente metodológico.

Tal corrente surgiu no início do século XX, na Europa, para dar organicidade aos arquivos empresariais, pois estes já continham uma boa quantidade de documentos com fins históricos. Na década de 1920 do mesmo século, chega aos Estados Unidos, em Harvard, pelo curso de Administração, o qual batizou esta cadeira de *Business History* ou História Empresarial (BOECHAT, 2016; GAGETE; TOTINI, 2004; AUSTIN et al., 2017).

Harvard dá a tônica como problema de pesquisa: “[...] como a história poderia ser usada para educar os gestores das maiores empresas dos Estados Unidos?” (AUSTIN et al., 2017, p. 2). A finalidade era entender os empreendedores e a maneira como administravam seus negócios.

Do ponto de vista acadêmico, a área de conhecimento de Harvard alimentava a instituição com dados para a cadeira de Administração. Logo, o estudo histórico desses empreendedores, seus negócios e modelos de gestão não se restringem ao ambiente histórico, mas emergem nos manuais dos cursos de Administração e de Economia, evidenciando a intencionalidade dos estudos. Eles foram realizados nos países onde os negócios modernos foram mais bem-sucedidos. Ao espalhar-se pelo mundo, e sob a perspectiva de Harvard, buscou-se entender por que os negócios americanos eram mais eficazes quando comparados com outras economias emergentes (AUSTIN et al., 2017).

Na Europa das décadas de 1940/50, o foco deixa de ser estritamente econômico e começa a abordar processos internos das empresas e suas mudanças organizacionais.

No entanto, convém observar o movimento de Harvard mais ligado ao universo da administração, enquanto o movimento europeu era mais ligado ao

cotidiano. O marco está no estudo de Alfred Chandler (1956), *Management Decentralization: Historical analysis*. O foco foram os processos internos de mudança organizacional em relação à competição tecnológica e mercadológica. Ele utilizou um conjunto misto de documentos, como biografias empresariais, relatórios anuais, livros e revistas de negócios, e passou a relatar o processo evolutivo das organizações (BARBOSA, 2013).

Todavia, não se constituem como estudos nos Estados Unidos e na Europa dois modelos, mas são complementares ao que hoje determinamos mercadologicamente como “memória empresarial”.

Na década de 1960, nos EUA, surge a temática da estratégia de negócios *versus* a estrutura empresarial, enquanto na Europa se debatiam os novos rumos da história em razão da Nova História. O objeto “empresa” rompe com o flanco econômico e o debate marxista é elevado ao universo simbólico pela nova corrente, sendo considerado também como unidade de significado sociocultural. Já na França, nos anos 1970, as empresas passam a contratar um historiador para seus quadros (LOBO, 1997).

A história como elemento da comunicação no campo da prestação de serviço iniciou-se nos Estados Unidos, ainda na década de 1960. Tais exemplos mostram outra forma de fazer uso da história e da memória. O que temos, então? Empresas utilizam sua trajetória como elemento de apresentação à sociedade, neste caso, seu público interessado: clientes, fornecedores, acionistas. Nos anos 1960, o estudo da história empresarial chega às academias brasileiras e, nos anos 1980 e 1990, saem do campo acadêmico e surgem as primeiras agências de história e memória empresarial, prestando serviço a empresas no campo da comunicação corporativa (GAGETE; TOTINI, 2004).

Desse modo, historicamente o uso e o abuso da memória empresarial seguem uma lógica institucional de adaptação ao mercado. As empresas a usam para a construção de um discurso em que há o reforço de sua imagem, da identidade e dos valores institucionais, visando agregar valor à marca (ou *branding*, na linguagem corporativa), aos produtos e construir e consolidar nos seus consumidores uma memória coletiva e/ou social (BOECHAT, 2016).

O uso da memória também demonstra seus abusos, como bem atenta Todorov (2000), no caso específico da memória nos regimes totalitários, que houve

manipulação, uso e controle da memória em favor da defesa de um pensamento hegemônico dos grupos políticos.

Partindo dessa análise, esta seção nos move no sentido de buscar elementos que evidenciem as dimensões do papel estratégico da memória institucional na construção das identidades das instituições que constroem suas histórias, organizam seus arquivos e acervos documentais que produzem e reproduzem sua história dentro de uma perspectiva que busca reforçar uma identidade e seus valores, privilegiando fatos, atos e, por vezes, esquecendo outros.

O mundo empresarial é organizado, e a criação de discursos é uma constante pela necessidade de colocar produtos no mercado e mostrar seus benefícios. O mesmo ocorre para a imagem institucional (*branding*). Existe um posicionamento da empresa, que é a forma de ela se apresentar. De acordo com Huyssen (2004), temos uma memória sendo manipulada, não considerando o manipulado numa perspectiva negativa, mas o fato de fazer escolhas do que informar sobre aquela instituição-empresa e esquecê-la.

Ao observarmos a memória institucional traduzida pelas empresas, percebemos que predomina uma visão de uma memória seletiva e, de certa forma, manipulada dos fatos. Na verdade, são os arquivos organizados e a história ali descrita em forma de livro institucional, ou na própria seleção das séries documentais, que já possuem uma seletividade e/ou predileção daquilo que a empresa julga ser necessário evidenciar ou ocultar.

No Brasil, existe a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), focada na comunicação interna e externa. Ela orienta seus associados a desenvolver campanhas com foco em memória empresarial, normatizando o que vem a ser esse tipo de memória, por meio do que denomina Responsabilidade Histórica. Nassar (2007, p. 25) ressalta:

Um dos principais objetivos da entidade [Aberje], nesse campo, é demonstrar a importância da história como processo de autoconhecimento das organizações, o que promoverá o entendimento das suas origens e sinalizará caminhos para o futuro, mas, principalmente, pontuará sua responsabilidade e registrará seu legado para a comunidade.

Sobre a responsabilidade histórica, Nassar afirma que a

Responsabilidade histórica é o conjunto das responsabilidades corporativas – a comercial, ambiental, social e cultural – examinado ao longo da história da organização, de seu presente e de sua visão. Este olhar verifica a coerência dos discursos produzidos pela empresa frente as suas ações e comportamentos que produzem a sua história. Frente ao exame da história e das memórias organizacionais é possível verificar se o que a empresa

está expressando não é apenas uma jogada de marketing. Diante de uma comunicação empresarial destinada a produzir muitas vezes o esquecimento, é preciso resgatar as memórias não administradas, involuntárias, proustianas, que formam a reputação das empresas (NASSAR, 2010, p. 25).

Com essas referências, conseguimos entender a razão de várias empresas investirem em memória institucional, mesmo sendo uma estratégia antiga. A estrada de ferro Vitória a Minas, quando era empresa, possuía um livro sobre seus 50 anos relatados pelo engenheiro Delencarliense de Alencar Araripe. Mas atualmente se vê a existência de um pensamento mais sofisticado no uso da memória. Se, para Alencar, era uma forma de registro, com a visão de um engenheiro nos anos 1950, para a Aberje, é uma visão de manipulação e construção de uma memória como porta-voz de um posicionamento estratégico de marca, como forma de agregar valor ao *branding equity*, ou o valor da marca institucional.

Assim sendo, o contexto chamado por Huysen (2004) de *boom* da memória, fenômeno típico da contemporaneidade, rapidamente se consubstanciou no Brasil, pois, nesse apelo memorialístico às empresas na década de 1990, investiram na criação de centro de documentação e memória, os chamados CDM. Entre essas empresas, estão grandes grupos empresárias, tais como a Companhia Vale do Rio do Doce (atual Vale S/A), o grupo Gerdau, Sadia, Nestlé, Sony, Shell, Odebrechet, Eletropaulo, Light do Rio, Organizações Globo S/A, Firjan (ABERJE, 2000).

No Espírito Santo, os casos recentes são Museu Vale (1997); Chocolates Garoto (1999); Gráfica GSA (2005); Findes (2008); CST/ArcelorMittal Tubarão (2005); Grupo Águia Branca (2006); Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (Bandes, 2010); Vale (2012). Esses são os últimos trabalhos, somente para citar alguns, e foram feitos livros institucionais e/ou museus corporativos. Convém destacar a experiência dos livros corporativos, que são as peças mais utilizadas. A Vale, por exemplo, escreveu sua memória para celebrar os 40, 50, 60 e 70 anos da empresa⁶.

1.3.2 A metodologia adotada na constituição da memória institucional

Mas como as instituições constituem suas memórias e suas narrativas acerca de sua história? O que revelam? O que deixam evidente para consulta do

⁶ A Vale foi fundada em 2 de junho de 1942.

público e o que buscam não informar? E como os pesquisadores fazem uso desses arquivos?

No processo de institucionalização dessa memória, a empresa, instituição, organismos de classe, corporação e equivalentes buscam legitimar-se, mostrar eficiência na tentativa de aumentar sua credibilidade perante um determinado grupo social, ou de forma mais ampla na sociedade, formulando a reconstrução de sentidos por meio de discursos e narrativas (BOECHAT, 2016). É o que Pollack (1992, p. 206) tipificou de política de enquadramento. De acordo com o historiador francês:

Além do trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si. Ou seja, cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da Organização. Por exemplo, a partir do momento em que o Partido Comunista amarrou bem sua história e sua memória, essa mesma memória passou a trabalhar por si só, a influir na organização, nas gerações futuras de quadros, os investimentos do passado, por assim dizer, rendem juros.

As considerações de Pollack nos levam a afirmar que as empresas selecionam suas memórias, organizam seus acervos, montando seus bancos de depoimentos por meio do uso da história oral. Uma vez materializada essa memória, seu uso para ser instrumento já pronto de um roteiro de pesquisa que evidencia obviamente aquele que sua marca quer solidificar. Reserva, esquece, ou enquadra, aquilo que sua empresa prefere não evidenciar.

Desse modo, a metodologia de pesquisa utilizada para o resgate da história e a organização dos vários tipos de acervos consideram primeiramente o organograma e o fluxograma documental que a empresa já produz, e as séries documentais são criadas com base na lógica de busca já consolidada de informação de cada setor. Num primeiro momento, essas seleções são organizadas e sugeridas com o diálogo com o setor de comunicação e *marketing*, que geralmente coordena os trabalhos de feitura dos espaços dos centros de memória (GAGETE; TOTINI, 2004).

Num segundo momento, a prospecção das fontes primárias geralmente começa com a coleta dos documentos mais antigos da empresa, como as atas de fundação, os relatórios anuais da comunicação institucional, seguidos da leitura e organização dos boletins informativos e das revistas e/ou similares que a empresa possuir (GAGETE; TOTINI, 2004).

Num terceiro momento, tem-se a coleta dos depoimentos em que geralmente são referenciados os fundadores, os empregados mais antigos ou personalidades notáveis que têm alguma relação direta ou indireta com a empresa (GAGETE; TOTINI, 2004). Sobre a dificuldade metodológica de utilizar o recurso de história oral, Ferreira e Amado (1998, p. 11) advertem:

Trabalhar com história oral no Brasil em geral ainda consiste em gravar entrevistas e editar os depoimentos, sem explorá-los suficientemente, tendo em vista um aprofundamento teórico-metodológico; também é comum a utilização de entrevistas, em associação com fontes escritas, como fornecedoras de informações para a elaboração de teses ou trabalhos de pesquisa, sem que isso envolva qualquer discussão acerca da natureza das fontes ou de seus problemas.

Ferreira e Amado (1998) ressaltam a importância da produção da história oral como fonte importante nesse processo de constituição da memória de modo geral, nas instituições tanto públicas quanto privadas. Contudo, advertem que se faz necessário entender que as instituições precisam transformar as fontes orais tão preciosas no resgate histórico em fontes também com formatos disponíveis para outros pesquisadores. Ainda há necessidade de critérios mais rigorosos de coleta dos depoimentos, bem como seus armazenamentos e suas disponibilizações. Ferreira e Amado (1998, p. 25) destacam que,

[...] se o ofício do historiador se caracteriza pelo trabalho com fontes primárias, o fato de as entrevistas permanecerem 'ocultas', sem que sua consulta seja facultada aos demais interessados, impede-as de se tornar fontes plenamente legitimadas.

No construto da história institucional, as empresas colhem o depoimento, retiram as informações dos entrevistados, que, em muitos casos, se transformam em livros e painel para compor o *showroom* do espaço do CDM. Mas o teor dos referidos documentos fica de posse da empresa sem disponibilização para pesquisa, assim como o roteiro e contexto da pesquisa oral igualmente desaparecem, o que dificulta a pesquisa de vindouros pesquisadores. O uso da metodologia da história oral na maioria das instituições ocorre dessa maneira, o que acaba reduzindo o uso desse recurso para outras pesquisas.

A instituição, desse modo, solidifica um discurso oficial do passado com uma narrativa centralizada e única dos fatos e dos atos da instituição, prejudicando com isso a narrativa histórica por outro prisma.

Em relação à história oral, ressaltamos a sua importância como instrumento de pesquisa já consolidado no meio acadêmico, pois é uma metodologia

de coleta de informações que, quando somadas às demais fontes tradicionais, ajudam na construção de uma memória mais democrática do passado (THOMPSON, 1998). Contudo, no caso do uso dessa memória, é preciso entender também seus abusos, e, no caso específico da coleta, observam-se o conjunto de técnicas e o direcionamento das entrevistas que precisam ser problematizadas dentro dos conceitos da sociologia política, destacando o papel das memórias subalternas (NORA, 1993).

Nessa perspectiva, nossa análise concorda com a visão de Le Goff (2012): a memória é um elemento fundamental na feitura da identidade individual, coletiva e institucional; porém, não se pode negligenciar, sobretudo, que a memória não é somente uma conquista de indivíduos ou coletividades, mas principalmente um objeto e um instrumento eficaz de poder.

A memória institucional constitui uma forma de poder, de exercício diário de sobreposição de ideologias e crenças que formam o discurso sobre um determinado objeto. Aqui, especificamente no nosso estudo de caso, a Findes é um dessas instituições que têm um construto consolidado de sua trajetória, com um espaço e uma política específica de memória institucional, com usos e abusos do recurso da história oral de personalidades empresariais e políticas que, ao longo de sua história, ajudaram a consubstanciar sua visão sobre a política, a economia brasileira e a capixaba.

1.3.3 Federação das Indústrias do Espírito Santo e a tradução das ideias do desenvolvimento econômico do Espírito Santo

A Findes produziu a memória dos seus 40 e 50 anos, além de financiar microbiografias de empresários locais. Ademais, apoia e patrocina publicações de memória que publicitam personalidades estratégicas do meio empresarial e político. Vejamos o quadro:

Quadro 1. Publicações Findes (2000-2016)

Ano	Nome da obra	Síntese e conteúdo	Autor	Tipo de publicação
	Serviço Nacional da Indústria. 4.º Concurso Sesi de Poesia. Espírito Santo: Departamento Regional do Espírito Santo, 1997. 70 p.	A publicação de vários autores capixabas de empresas ligadas ao Sesi.	Vários autores capixabas/Findes.	Publicação coletiva autoral.

2000	Findes 40 anos.	Livro comemorativo dos 40 anos da Findes.	Antônio de Pádua Rangel. Jornalista.	Livro comemorativo dos 40 anos: utiliza bibliográficas sobre a economia capixaba; traz depoimentos dos presidentes e governos.
2006 2007 2008 2010	Espírito Santo empreendedor: história de quem constrói o nosso Estado: v. 14. Vitória: Sebrae, 2006. 286 p. v. 2, Sebrae: Findes. 2007. 269 p. v. 3. Vitória: Sebrae, 2008. 297 p. v. 4. Vitória: Sebrae; Findes, 2010. 239 p.	O livro traz coletâneas de história pessoais dos empreendedores e seus negócios.	Carolina Veiga. Jornalista.	As obras reúnem vários relatos biográficos da trajetória dos empreendimentos e dos empreendedores do ES. A base da pesquisa é história oral / entrevista com os empreendedores.
2011	Findes. Uma nova indústria capixaba: os resultados de uma gestão empreendedora. Vitória, 2011. 142 p.	A publicação faz um relatório dos resultados do desenvolvimento industrial do Espírito Santo.	Comunicação institucional da Findes.	A publicação utilizada dados positivos da gestão Findes, relatórios administrativos, atas de reunião de conselho.
2010	Findes: 50 anos: a história da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. Vitória: Findes, 2010. 258 p.	Livro comemorativo dos 50 anos.	Francisco Aurélio Ribeiro. Professor de Literatura aposentado da Ufes.	A publicação comemorativa traz referências bibliográficas sobre economia, política e se fundamenta em história oral, com grandes trechos de entrevistas dos depoimentos de ex-presidentes e empresários.
2013	Manual de caracterização, aplicação, uso e manutenção das principais rochas comerciais no Espírito Santo: rochas ornamentais. Cachoeiro de Itapemirim: IEL, 2013. 242 p.	A publicação destaca o papel do setor de rochas para o desenvolvimento industrial do Estado.	Instituto Euvaldo Lodi. Apoio Findes.	A obra analisa dados quantitativos do setor de rochas na economia capixaba. Fonte são relatórios econômicos produzidos com base em dados governamentais.
2013	Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. Contando histórias: memórias, contos e "causos" de grandes personalidades que marcaram a história política, econômica, cultural e social do estado	A publicação traz depoimentos das personalidades que construíram a Findes. Os primeiros depoimentos são	Comunicação institucional Findes.	História oral. O livro é uma coletânea de entrevistas com gravação de áudio e vídeo. O conteúdo, segundo o organizador, é uma transcrição direta dos conteúdos das

	do Espírito Santo e do Brasil. 1. ed. Vitória: Fines, 2013.	Arthur C. G. Santos, Élcio Álvares e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, o Cariê, entre outros.		entrevistas.
2016	Serviço Social da Indústria Departamento Regional do Espírito Santo. Cozinha capixaba: pescados, banana, café, mamão, morango: Volume I. Espírito Santo: Sesi DN/ES, 2016. 200 p.	A publicação destaca a agricultura capixaba.	Comunicação Fines e Sesi.	Análise de dados econômicos regionais e relatórios técnicos do setor.
2016	Serviço Social da Indústria Departamento Regional do Espírito Santo. Cozinha capixaba: milho, inhame, coco, carne e laticínios: Volume II. ES: Sesi DN/ES, 2016. 182.	A publicação destaca a economia capixaba e os respectivos produtos da agricultura.	Comunicação Fines e Sesi.	Análise de dados econômicos regionais e relatórios técnicos do setor.

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório da FINDES (2017).

Todos esses recursos são produtos e formas de como a instituição-empresa tem usado, principalmente desde os anos 1990, sua memória. Surge um grande paradoxo: se somos conhecidos como um país sem memória, são as empresas que estão atuando na construção de uma memória político-econômica do Brasil. Quais são as implicações desse fenômeno iniciado nos anos 1990?

À guisa de uma análise ainda preliminar, esse fenômeno colabora com a construção de uma memória positiva sobre si e sobre um determinado período conjuntural. É muito sintomático ao ver a maioria delas evitar visões negativas, explorar e/ou dar dados sobre momentos de dificuldades, sejam dos próprios negócios, sejam de uma conjuntura. São as memórias que forçadamente são esquecidas e as outras que são lembradas por repetição em um processo de construção. O que resta, então? O incansável trabalho de revisão.

É este o propósito de nossa pesquisa: entender, com base em que a instituição revela o que não foi dito, buscando entender os significados das ausências, dos silêncios intencionais, para quem sabe reescrever a outra versão dos grandes projetos, sem esquecimentos.

Os estudos sobre História Empresarial na América Latina caracterizam predomínio dos registros históricos e de memória por meio de biografias dos

empreendedores. Seus empreendimentos são predominantemente familiares. Ásia e África seguem esse padrão.

Numa ampla visão geográfica, a literatura sobre história empresarial na Ásia, África e América Latina destaca o papel do empreendedor como ator principal e há menos a dizer sobre grandes corporações e hierarquias empresariais como nos EUA, embora para alguns países europeus como a Bretanha há certamente uma significativa historiografia dos empreendedores. Para a África e América Latina, a proeminência de empreendedores na historiografia da história empresarial provavelmente reflete a necessidade de sobreviver e ter vantagens de condições adversas nos países caracterizados por vazios institucionais (AUSTIN et al., 2017, p. 9).

Podemos comprovar essa característica nos estudos sobre a Finde e seu universo. As principais personagens possuem biografias: Américo Buaid, Carlos Lindenberg e Arthur Carlos Gerhardt Santos. Além dos governadores biônicos Élcio Álvares e Eurico Rezende, que escreveram as próprias biografias, destacando os seus feitos políticos, com ênfase nas suas trajetórias políticas. Todos são exaltados de forma personalista por seus feitos. Considerando a lógica de análise de Harvard, não há junção do empreendedor, seu negócio/feito e sistema de negócio.

Nos Estados Unidos, as instituições são vistas como maiores que seus instituidores; na América Latina, elas sobrevivem “apesar deles”, os quais podem ser reconhecidos por marcos regulatórios pobres, ambiente de negócio adverso e/ou até mesmo uma ação do Estado intrusiva no ambiente de negócio. Os estudos nos Estados Unidos partem do pressuposto da permanência do negócio por meio de gerações futuras.

Nesse contexto em que as empresas e corporações empresariais constroem, com suporte na memória empresarial, uma narrativa que consolida uma identidade acerca das instituições e traduzem um pensamento sobre um determinado período, precisamos compreender quem são esses tradutores. E, para tamanho desafio, no próximo item passaremos a conceituar teoricamente essas Elites.

1.4 Conceituando elites

1.4.1 Análise do papel da sociologia política: uma leitura de Giovanni Sartori

Nosso objetivo, neste capítulo, é analisar o papel da sociologia política na tradução das ideias sociais para a política, buscando compreender as razões políticas pelas quais as pessoas, individual e coletivamente, e os grupos atuam de determinada maneira, focalizando a realidade política e econômica desse processo

histórico em que o grupo de interesse da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, no estudo de caso, está inserido.

Para tanto, analisamos, à luz da teoria de Sartori (1972), a contribuição da sociologia política nesse processo, o conceito da teoria das elites e seus críticos, e, por último, dentro da perspectiva apresentada pelas teorias primeiramente arroladas, apresentamos a caracterização da Findes como uma instituição que, ao nosso olhar, traduziu a ideia hegemônica de que o Golpe de 1964 e a ditadura foram benéficos para o estado do Espírito Santo em razão dos Grandes Projetos Industriais.

Sartori (1972) analisa o papel da sociologia política e os equívocos existentes entre sociologia política e sociologia da política. Desse modo, avalia que a expressão *sociologia da política* significa estrutura, o método ou o enfoque da investigação, que são de natureza sociológica.

Sendo assim, Sartori (1972) afirma que os sociólogos pressupõem que a sociologia política são estruturas políticas. Ademais, cada disciplina evita o foco de análise sobre o conjunto de variáveis em razão de considerá-las fatores externos, ditais e iguais. Contudo, é preciso saber separar e analisar cada variável, criando um parâmetro de análise. O autor assim considera:

Os parâmetros são determinantes sobre as quais se sabe ou suspeita que influenciam uma variável dependente, mas que, na investigação em andamento, se faz com que não variem (ou supõe-se que não variem). As variáveis operacionais são condições que se sabe ou suspeita que influenciam uma variável dependente e, no curso da investigação, faz-se ou consente-se que variem, de modo que a operação de uma ou algumas condições possa ser isolada, examinada (SARTORI, 1972, p. 108).

Diante da necessidade de cada disciplina manipular as próprias variáveis, considerando os parâmetros adotados, percebe-se que elas deparam o problema de construir modelos com base em inúmeras variáveis explanatórias, situando e relacionando as diversas escolas, estruturas e conceitos (SARTORI, 1972). Nessa perspectiva, as ciências sociais não podem negar a divisão de trabalho e estratégicas, para garantir uma análise que inter-relacione outras disciplinas.

Ao saber do desafio da sociologia política, que apresenta a necessidade de uma interação interdisciplinar, Sartori (1972) adverte que é preciso conjugar os ganhos da especialização com os ganhos férteis, para imbricar outros cruzamentos e construir pontes de ligação.

Nessa perspectiva, Sartori (1972) assume a defesa de que a sociologia da política está reduzida a uma visão analítica, conferindo às instituições, aos

partidos políticos apenas análises de condições estruturais e de variáveis de dependência sistêmica a serem somente explicadas por fatores socioeconômicos. Para ele, a sociologia política precisa de visão analítica mais abrangente, para evitar o reducionismo de certas análises sociais e levar igualmente ao reducionismo dos fenômenos políticos. Desse modo, para evitar esse recorrente reducionismo político nas análises, faz-se necessária a adoção de análise com base no viés da sociologia política.

Sartori (1972, p. 112) ressalta que a sociologia política é um “[...] híbrido interdisciplinar que tenta combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos (inputs) sugeridos pelo sociólogo e os sugeridos pelo cientista político”.

Com base nessa citação, pode-se prescrever que, para Sartori (1972), o pesquisador social deve ancorar-se nessa interdisciplinaridade para fugir dos reducionismos e valer-se da junção de variáveis comuns da sociologia, tais como as análises das estruturas sociais e as análises comuns das ciências políticas, das estruturas políticas.

Dessa maneira, é de suma importância evidenciar que Sartori adverte a necessidade de diferenciar sociologia política de sociologia da política. Enfim, no que concerne à tarefa de fazer uma ciência de modo interdisciplinar, é preciso primeiramente haver rompimento e superação do conceito reducionista e equivocado que pensa a sociologia política como um subcampo da sociologia.

A definição das particularidades acerca do debate teórico em torno do papel da sociologia política exige, a nosso ver, conforme assevera Sartori (1972), um diferencial pontual entre sociologia política e sociologia da política. Para Sartori (1972, p. 107), a sociologia política designa somente uma “[...] subdivisão do campo geral da sociologia, tais como a sociologia da religião, a sociologia do lazer, entre outros ramos da sociologia”.

Podemos perceber que Sartori (1972, p. 109) chama a atenção para o que, de fato, é sociologia política. Segundo ele, a “Ciência Política pode ser defendida como a disciplina que opta por condições político-estruturais como variáveis explicativas”. Sobre o papel a ser desenvolvido pela sociologia política, Sartori assim advoga:

Se a ‘sociologia da política lida com as razões não políticas pelas quais as pessoas atuam da maneira que atuam na vida política’, a **sociologia política deve incluir também as razões políticas pelas quais as pessoas atuam da maneira que atuam. Uma autêntica sociologia política é, pois,**

uma brecha transdisciplinar que busca modelos ampliados que reintroduzam como variáveis os 'dados' de cada fonte componente (SARTORI, 1972, p. 147, grifo nosso).

Ao focalizar a sociologia da política, Sartori (1972) evidencia que está especificamente abordando que a estrutura, o método, o foco pelos quais se destina a investigação são de natureza sociológica. Já no caso de usar a abordagem da sociologia política, não estão evidentemente prefigurados o método a ser utilizado, os conceitos a serem arrolados, nem as variáveis usuais da sociologia, nem muito menos os da ciência política.

Para Sartori, a frase “Sociologia Política não é clara” pode significar várias coisas, inclusive significar sinônimo de sociologia da política. Considerando essa problemática, o desafio da sociologia política é estabelecer ponte entre as duas dimensões do saber: entre a sociologia e a política. Como bem explica Sartori (1972), o problema da multiplicidade de abordagem sobre o social não se articula nem resolve forçando uma homogeneidade dos saberes sob um guarda-chuva das ciências sociais ou ainda estabelecendo a superioridade de ambas.

Sartori (1972) adverte que é impossível negar a separação do trabalho no desenvolvimento dos saberes à sociedade e precisamos valer-nos dos ganhos da especialização das ciências para estabelecer um diálogo entre elas. É nessa particularidade que, segundo ele, reside a diferença pontual da sociologia política, pois sua vocação é ser, de fato, uma ciência interdisciplinar e seu papel é construir “híbridos interdisciplinares” nas fronteiras dos saberes construídos. Ao estabelecermos a distinção entre ciência política e a sociologia, continua o desafio de buscar aproximar essas duas formas de produção do conhecimento.

Desse modo, segundo a discussão preconizada por Sartori (1972), evidencia-se a necessidade de separar nem confundir o que é sociologia política com sociologia da política, porque a tarefa de construir uma ciência de maneira interdisciplinar exige, de fato, a superação dos equívocos de reduzir a sociologia política a um mero subcampo da sociologia. É preciso criar realmente uma perspectiva oposta àquela apresentada por Bobbio (1987, p. 62) de que a “Sociologia política é uma parte da sociologia geral, e a ciência política é com respeito ao sistema social, um subsistema”.

Em virtude das mobilizações da sociedade numa perspectiva de participação do mundo político, esse fenômeno tem sua criação ainda no início século XX, quando os pensadores da área social ficaram em uma posição de

superioridade, com seus atores e literaturas, cujo conjunto político se impôs a analisar como a sociedade influenciava e determinava os processos políticos.

O fato é que a análise sociológica passou a focar o poder, o Estado e os demais atores políticos, a qual estava recheada de conceitos e visões da sociologia, formando mais especificamente uma sociologia política. Em outras palavras, podemos dizer que a produção de saberes pela sociologia de partidos em meados do século XX é de suma relevância para perceber as dificuldades iniciais enfrentadas pela sociologia política, até vislumbrar que sua vocação era interdisciplinar, uma junção de demais saberes correlatos.

Para Sartori (1972), a sociologia dos partidos políticos não logrou êxito no sentido de formar uma ciência interdisciplinar à sociologia política, tampouco conseguiu êxito em convencer que os fatores sociológicos explicam o comportamento político. De acordo com Sartori (1972), esse problema ocorreu em virtude da associação apressadamente sem base empírica, válida em três momentos distintos: a atração de classe, o apoio advindo da lealdade de classe e a representação dos verdadeiros de classes.

As análises dos dados demonstram que os operários não elegem os representantes dos partidos de esquerda. Esses dados são relevantes no intuito de entender que, para a sociologia política, é importante perceber, por meio dos exemplos históricos, a especificidade da sociologia política e a dificuldade em especificar seu objetivo e método de análise, pois ela não deve ser uma sociologia nem ciência política, mas o encontro dessas disciplinas.

Nessa perspectiva, o que mais importa do que explicar por que uma parte da classe operária vota no partido que apela para seu ideário seria entender por que a outra parte não vota nesse mesmo partido político.

De acordo com Sartori (1972), é necessária a inversão da hipótese. Para ele, não é a posição dos indivíduos na estrutura social que explica o comportamento político eleitoral. O voto de categoria é algo pontual e superficial, portanto não suficiente para apreender uma análise da ação política de forma deliberativa de uma classe que é, ao olhar de Sartori, bem mais complexa e ampla. Considerando essa assertiva, para a ciência seria melhor explicar como se dá a transição de uma posição de classe para um comportamento de classe (SOUZA, 2009).

Em outras palavras, o que Sartori (1972) sugere ante a nova hipótese é a própria investigação de uma ciência interdisciplinar com a sociologia política de ação

das instituições sociopolíticas, entre as quais os sindicatos. E, nesse exemplo específico, os próprios partidos, associações de classes, criariam as redes de solidariedade e identidade como força política estratégica que garantiria esse reconhecimento.

Concordando com Sartori (1972), Perissinotto (2004) avalia que a sociologia política precisa orientar-se de forma mais analítica. E ao pesquisador é necessário reconhecer a importância das condições sociais subjacentes aos fenômenos políticos sem cair no reducionismo sociológico.

Para Perissinotto (2004), a respeito dos estudos sobre elite, é preciso estudar as instituições em uma perspectiva de entender de que maneira ela fez a tradução de um dado momento histórico, e não de recair num politicismo, tipo das literaturas que analisam as instituições brasileiras que fazem uma análise formalista e negligenciam as condições socioestruturais, sobretudo quando estudam Estado, democracia e elites políticas.

Seguindo a assertiva de Sartori (1972), as dimensões social e política não podem ser separadas, mas articuladas, as quais, para a sociologia política, precisam ser analisadas juntas. Ademais, a dimensão social não é apenas refletida no campo da dimensão política, mas ainda traduzida. Sartori (1972, p. 114) atenta para a importância de compreender a tradução e seus tradutores:

O problema também consiste em que algumas visões não são traduzidas. Além disso, a importância da noção de tradução reside na implicação de que a tradução exige tradutores, **assim focalizando as atenções na boa e (ou) má manipulação da tradução**. À medida que tomamos, portanto, assente que as divisões se refletem no próprio sistema político (não sendo por este traduzido), negligenciamos, necessariamente, indagar até que ponto dos conflitos e divisões podem ser canalizados, desviados e reprimidos, ou inversamente, ativados e reforçados, precisamente pelas operações do sistema político (grifo nosso).

Nessa perspectiva e em consonância com as assertivas de Sartori (1972), Souza (2009), Perissinotto (2004), no caso específico de nosso estudo, utilizamos essas assertivas para entender, primeiramente, como o grupo de interesse e a instituição Findes, como tradutora de um período, focalizam e entendem sua capacidade de traduzir, manipular e reproduzir o pensamento de uma época, criando uma narrativa política a esse respeito; segundo, entender como esse grupo de interesse cumpriu o papel de elite política, econômica e empresarial; e, por fim, como essa elite se constituiu e se consolidou como tradutora do pensamento econômico capixaba desse período.

Por derradeiro, assumimos a defesa apresentada por Sartori (1972) e Perissinotto (2004) de que o papel da sociologia política é determinar, de forma simultânea, em que medida a sociedade condiciona os processos políticos e é por eles condicionada, considerando os valores políticos, as ideologias, a cultura política e estabelecendo relações entre as instituições, o poder e os indivíduos. Nessa perspectiva, analisamos a instituição Findes, para compreender os condicionamentos e a tradução que ela fez desse período histórico dos grandes projetos. Para tamanho debate à luz da sociologia política, a próxima seção discutirá o conceito de elite, situando os atores sociais da Findes como parte integrante dessa categoria analítica.

1.4.2 Conceituando elite política empresarial

Nosso objeto de estudo busca compreender o papel da Federação das Indústrias do Espírito Santo na construção da memória positiva do Golpe e da ditadura militar. Trata-se de construção social que se constituiu em face dos Grandes Projetos Industriais.

Nessa perspectiva, reconhece-se a Findes como instituição empresarial composta por um grupo de interesse corporativo. E, para tanto, precisamos discutir a priori como se conceitua esse grupo de interesse – uma elite política, empresarial, econômica ou um híbrido – que foi capaz de construir e consolidar um discurso que pretende ser hegemônico de que o Espírito Santo foi beneficiado pela ditadura.

A primeira parte da seção trata de uma discussão teórica no campo da sociologia política e suas variáveis acerca do conceito de elites, compreendendo especificamente o conceito de elite política e empresarial, com objetivo de situarmos os atores que compõem nosso estudo de caso, a Findes.

Quanto ao conceito de elite política e econômica, sabemos ser um conceito polissêmico e muito polemizado pelas ciências humanas e seus diversos campos. Ele traz consigo indubitavelmente a discussão clássica de poder, de classe social, além de fomentar debates históricos entre conservadores, liberais e revolucionários. Todavia, em concordância com Perissinotto (1992), é preciso estudar as minorias que comandam as sociedades humanas.

Para análise, partimos do construto de elites, assumindo e acatando a visão de que, de fato, há na sociedade várias elites, cada uma ao seu modo e tempo histórico. Porém aqui, primeiramente arrolamos uma definição mais abrangente para

posteriormente problematizar o conceito clássico trazido pelos que são reconhecidamente seus fundadores, a saber: Gaetano Mosca (1858-1941)⁷, Vilfredo Pareto (1848-1923)⁸ e Robert Michels (1876-1936)⁹.

Bobbio (1998, p. 386) apresenta o conceito de elite, segundo o qual, “[...] em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. Desse modo, com base na definição conferida em Bobbio, a elite é uma minoria que assume e controla o poder, o qual tem várias formas, algumas mais importantes, como o poder econômico, ideológico e poder político.

Portanto, no que se refere à taxonomia do poder exercido por essa minoria, podemos classificar a minoria de que estamos tratando: elite econômica, elite ideológica e elite política. Por isso, assumimos a concepção teórica de discutir elites (PERISSINOTTO, 2009; HEINZ, 2006).

Nessa perspectiva, Heinz (2006) pondera ser equivocado conceber elite exclusivamente por sua forma de atuação política e econômica. Suas formas para obter influência, poder financeiro, prestígio, genealogia e conhecimento não podem ser reduzidas apenas a uma ou outra dimensão. Para Heinz (2006, p. 7), “[...] o termo que não é consensual, é empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recurso”.

⁷ Gaetano Mosca – Nasceu em Palermo, na Sicília, em 1858, antes da unificação da Itália e faleceu em 1941, na cidade de Roma. É descendente de família de classe média, portadora de um capital escolar. Formou-se em Direito pela Universidade de Palermo em 1881. Já em 1887, mudou-se para Roma. Tornou-se assessor na câmara de deputados e professor de Direito Constitucional na Universidade de Turim, assumindo, mais tarde, a Cadeira de Direito Público da Universidade de Roma. Em 1909, foi eleito para a câmara dos deputados e, em 1919, nomeado senador vitalício. Com o advento do fascismo, teve suas atividades acadêmicas e políticas suspensas em virtude de suas críticas. Publicou sua obra máxima em 1896 – *Elementi di scienza politica* (PERISSINOTTO, 2009, p. 9).

⁸ Vilfredo Pareto – Nasceu em 1848, em Paris, e faleceu em 1923. Formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica de Turin [...] Mais tarde se interessou pela obra de Adam Smith. Envolveu-se em questões políticas, combatendo o militarismo e protecionismo do governo italiano. Publicou *Giornale degli Economisti* em janeiro de 1895 e formulou a “Lei de Pareto”, que abriu novas perspectivas para a teoria econômica. Entre 1896 e 1897, publicou *Cours d’Economie Politique* e depois passou a se dedicar a questões mais sociológicas. Por ocasião da ascensão política do fascismo, mostrou-se simpático a esse movimento político, mas faleceu logo após a conquista do poder por Benito Mussolini (PERISSINOTTO, 2009, p. 24).

⁹ Robert Michels – Nasceu em Colônia, em 9 de janeiro de 1876 e faleceu em Roma, em 3 de maio de 1936. Estudou na Inglaterra, em Paris (Sorbonne), Munique, Leipzig (1897), Halle (1898) e em Turim, onde ensinou economia, ciência política e sociologia. Foi aluno de Max Weber. Vinculou-se à ala radical do Partido Social Democrata Alemão. Desiludido perante a oligarquização do SPD e pela falta de democracia interna no partido, dedicou-se ao processo de organização interna dos partidos socialistas. Em 1911, escreveu sua obra mais famosa, *Sociologia dos partidos políticos*. Michels desenvolveu uma visão elitista e mostrou-se simpático ao fascismo (PERISSINOTTO, 2009, p. 40).

Heinz (2006) analisa a forma como a noção de elite é pouco clara e seguidamente critica tal imprecisão. Desse modo, propõe uma dimensão sócio-histórica para a aceção do termo, buscando, assim, debater, ampliar e aprofundar os horizontes teóricos e metodológicos. Nessa perspectiva, analisamos o pensamento dos elitistas clássicos – a teoria das elites.

O contexto em que os italianos Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e posteriormente o alemão Robert apresentam o debate sobre a teoria das elites insere-se no fim do século XIX e no início do século XX, período marcado por maior participação das massas na vida política, aumento da democracia, participações plurais dos movimentos com ideias democráticas e lutas por igualdade social. Para Perrissinotto (2009), mesmo surgida como resposta ideológica ao momento promissor da democracia, do socialismo e do marxismo, a teoria das elites acabou-se impondo na ciência política pelo valor científico das proposições.

De fato, Perissinotto (2009) afirma que, uma vez passados a onda democrática, a revolucionária e o invés de leitura marxista das academias, o debate e o uso do conceito da teoria das elites estão gradativamente ganhando adeptos e pesquisas. Os trabalhos *prosopográficos*¹⁰ exemplificam tal situação.

Desse modo, fizemos a análise à luz do pensamento do precursor italiano Gaetano Mosca (1858-1941), fundador dos pressupostos teóricos do elitismo, os quais ele denominou *método histórico* (PERISSINOTTO, 2009).

Fazendo uso do *método histórico*, Mosca (1923) prescreveu que, em toda sociedade, havia duas classes de indivíduos: a minoria e a maioria. A primeira, uma pequena parcela da sociedade, governaria a segunda mais numerosa: a classe dirigente e dirigida. Ademais, a primeira, apesar de ser minoria, governaria a segunda, e, justamente por ser minoria, era mais organizada e por isso exercia predomínio sobre a maioria. Com essa sentença histórica que, para ele, era universal, a predominância da classe governante sobre a classe governada era um lei universal.

No pensamento de Mosca, o fenômeno social a ser compreendido é a variável *organização*. A minoria é organizada, enquanto a classe majoritária é

¹⁰ O termo *prosopográficos* refere-se ao termo prosopografia, que é o método das biografias coletivas. Segundo Lawrence Stone, é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história por meio do estudo de sua vida [...] O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade, o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu anterior (STONE, 1981, p. 45-46, apud HEINZ, 2006, p. 9).

desorganizada, sobretudo porque é numerosa, e isso é uma lógica sistêmica. Para que se organize, faz-se necessário que seja constituída uma minoria dirigente dentro dessa classe majoritária, que se tornará um bloco isolado dentro da maioria e passará a atuar como uma elite política dentro da maioria. Para ele, portanto, a classe política nada mais é “[...] aquela que ‘monopoliza’ os recursos de poder e os utiliza em benefício próprio. Além disso, essa classe exerce ‘todas as funções políticas’ e não apenas aquelas de governo [...]” (PERISSINOTTO, 2009, p. 11).

De acordo com Pareto (1966), existe em toda sociedade indivíduos que socialmente se destacam por suas habilidades e dons superiores. São a minoria da população em geral. Entretanto, denomina-se elite essa minoria habilidosa: “Temos então dois estratos numa população: 1) um estrato inferior, a não elite, cuja influência possível no governo não nos interessa aqui; 2) um estrato superior, a elite dividida em dois: a) a elite governante; b) a elite não governante” (PARETO, 1966, p. 73).

Pareto (1966) parte do pressuposto de que a elite é constituída por pessoas que têm grande prestígio e poder político; ademais, em ampla maioria, possuem poder econômico e, em função deste, a elite é alavancada por uma racionalidade, que o faz dirigente desse processo sociorracional. Já a outra categoria, não elite (a maioria), não coesa, é impulsionada por questões não racionais, fica à mercê da minoria, considerada por ele incapaz de assumir, de fato, um papel mais de protagonista.

Nessa perspectiva de análise sobre a teoria das elites, Pareto (1966) formulou um entendimento, denominado *Teoria da Circulação das Elites*. Há somente dois meios pelos quais se identifica se uma elite dirigente terá capacidade e capilaridade de reinventar e renovar-se. Caso contrário, essa elite fatalmente será substituída igual e possivelmente por outra elite. A condição primeira é posta pela capacidade de essa elite ter de se renovar cotidianamente, atraindo novos membros, de ser um grupo aberto a aceitar membros promissores da não elite. Já a segunda condição é aquela pela qual a elite dirigente é totalmente fechada, não aceitando renovação e excluindo grupos que necessariamente não condizem com as características de representar a minoria, por não serem a minoria.

Corroborando o construto clássico de elite, o alemão Robert Michels (1876-1936) desenvolveu sua teoria mediante a observação da relação entre a organização e os grupos que compunham o poder. Para ele, a organização estava

ligada à ideia de um grupo oligárquico, diferentemente do que preconizou Gaetano Mosca.

De acordo com Michel (1982), no primeiro momento, a organização partidária, de um lado, analisando o viés que a determina e criando os segmentos de minoria de governantes, a oligarquia; de outro, a não elite, a numerosa maioria, que seriam os governados; no segundo, outra forma de interpretação feita por Michels foi denominada psicologia das multidões.

Nessa perspectiva, aproxima-se dos teóricos elitistas, pois, para Michels (1982), essa teoria tem por principal papel mostrar as razões pelas quais as massas (multidões) precisam render-se aos governantes. Somando essas variáveis sociológicas, o autor alemão Michels explicita os motivos que internamente as organizações, sem exceção, incluindo as democráticas, possuem a minoria, que controla a maioria, surgindo as oligarquias.

Michels (1982) defende a tese de que não importa como seja a organização; todas, sem exceção, são levadas a um grau de burocratização. Ao que parece, nesse quesito ele assume igualmente a visão do italiano Gaetano Mosca, quando afirma que a maioria, por ser numerosa, tem dificuldade de se constituir de forma organizada. Por isso, fica fadada a ser governada pela minoria organizada.

Ao analisar empiricamente essas organizações, o pensador alemão afirma que, em todas elas, há uma forte tendência à elitização: a presença de um grupo que controla e concentra o poder, que ele denominou a “Lei de bronze das oligarquias”.

Ao considerar as dificuldades de a massa se organizar, para tal concebe um grupo privilegiado para fazê-lo, Michels ressalva que essa prática acarreta a negação por parte dos dirigentes da ideologia revolucionária, que os motivou antes da elitização. Para consolidar sua tese, ele afirmou, ainda, que todo o poder é conservador, por natureza fundamente.

Nessa perspectiva da oligarquização das organizações, Michels trata do ponto crucial: a democracia. A forma como ocorre a relação entre os governantes e os governados é o grande problema contemporâneo da qualidade da representatividade das organizações. Desse modo, Michels aponta um paradoxo apresentado na teoria das elites: a elitização ocorre também nas organizações que a rigor são vinculadas diretamente à construção das entidades que pretendem consolidar a democracia.

A teoria clássica das elites recebeu inúmeras críticas ao longo dos anos. No caso específico de nosso trabalho, abordamos as críticas de Tom Bottomore (1974), em sua obra *As elites e a sociedade*, e de Nicos Poulantzas (1977), na obra *Poder político e classes sociais*.

De modo geral, os marxistas estruturalistas criticam a teoria das elites partindo do pressuposto de que esta privilegia uma postura subjetiva do sujeito que se entende como elite. Para ele, o essencial é considerar o poder político em sua objetividade para o funcionamento do sistema social (PERISSINOTTO, 2009).

Tom Bottomore (1974) aceitou o conceito de elite como válido sociologicamente e buscou conjugar ambos: elite política e classe dominante. Já Nicos Poulantz o rejeita. Na visão de Bottomore (1974), o conceito de elite deve ser entendido por uma noção como grupos funcionais e ocupacionais que têm *status* em sua sociedade, por vários motivos. Esses grupos altos que o Bottomore pontua são intelectuais, gerentes de indústria e altos funcionários do governo. Bottomore ainda considera que essas elites não têm condições de se tornarem elite governante.

[...] distinguir entre sociedades nas quais exista uma classe dominante e ao mesmo tempo elites que representem aspectos particulares de seus interesses, sociedades em que não exista uma classe dominante, mas uma elite política que baseie seu poder no controle da administração ou da força militar, e não na posse ou herança em si; e sociedades nas quais exista uma multiplicidade de elites entre as quais não se consiga distinguir nenhum grupo coeso ou duradouro de indivíduos ou famílias poderosas (BOTTOMORE, 1974, p. 43).

Perissinotto (2009) ressalta que, na visão de Bottomore, os dois conceitos se aproximam, à medida que ambos acentuam a questão da divisão entre dominantes e dominados como um dos fatos mais importantes da estrutura social. Bottomore reconhece que a divisão social nessa sociedade faz mais sentido que em outras. Ademais, afirma não existir coesão dentro dessa categoria, o que reforça nossa assertiva de assumir o conceito de elites.

Numa posição contrária à de Bottomore, Poulantzas (1975) refuta a teoria das elites categoricamente. Segundo ele, a intenção da teoria das elites é acabar com o conceito de classe social, Estado e da relação social que subsiste entre ambos. Poulantzas (1975, p. 14) avalia que “[...] a problemática das elites dissolve os conceitos de classes sociais, de Estado, e da relação entre ambos, na ideia de relações interpessoais dos indivíduos, resultando naquilo que o autor denominou de ‘problemática do sujeito’”.

O resultado dessa perspectiva teórica, para Poulantzas (1975), é a perda da visão dos homens como agentes de uma formação e transformação social.

Nessa perspectiva crítica de Poulantzas (1975), o homem passa, na teoria das elites, a assumir apenas papel de suporte nas instâncias objetivas. Desse modo, ele é percebido apenas como sujeito individual, e não como categoria social, como classe. Desse modo, Poulantzas rejeita o conceito de elite para qualificar os segmentos sociais que exercem poder nas sociedades, do ponto de vista tanto político quanto teórico.

Ressaltamos que, apesar das críticas apontadas acerca da teoria clássica das elites, concordamos com as assertivas de Bottomore (1974), que concebeu elite como um grupo minoritário que governava o grupo majoritário, ampliando o universo para qualquer grupo dirigente dentro de qualquer outro organismo e instituição, assumindo ainda a importância de estudar essa minoria que governa a maioria (PERISSINOTO, 2009). Tratamos de situar, à luz de pensadores sociais, o que se discute sobre elite empresarial, considerando, desde já, que esta também pode ocupar o posto de ser uma elite política dirigente.

1.4.3 Elite empresarial e elite econômica

Nosso propósito aqui é discutir a construção do referencial teórico acerca do conceito elite empresarial/elite econômica. Este é um tema em destaque nas ciências sociais, sendo Cardoso (1964) um dos precursores dessa abordagem.

Cardoso (1964) analisa que as elites dirigentes do sistema capitalismo na contemporaneidade são também as elites políticas, pois transcendem o papel de administrador isolado da empresa, visando garantir o êxito econômico, e articulam-se politicamente. Com essa interferência, esses novos grupos são capazes de intervir na esfera de poder, criando uma dinâmica de atuação entre o econômico e o político. E como forma de dar organicidade a essa ação, entre o papel de elite econômica e política, criaram-se as associações corporativas, os grupos de pressão e os sindicatos de classe, para impor uma agenda, uma estratégia política coordenada que contrabalance a pressão de outras classes sociais (CARDOSO, 1964).

Apesar de categorizar os empresários como elites dirigentes, Cardoso afirma que a elite econômica industrial brasileira era fraca, pois não havia logrado êxito em desenvolver um projeto hegemônico para o país. Para ele, o setor privado

ainda estava atrelado a uma grande dependência do capitalismo central (CARDOSO, 1964). Essa tese é igualmente defendida por Martins (1967).

De acordo com Rubens Figueiredo (2009), Cardoso (1964, p. 154) ressalta que “[...] o industrial usava mais o seu nível social do que seu real *status* como empreendedor e as condições concretas da sua atuação impediam a definição dos interesses de classe”. Para Cardoso, o empresariado brasileiro era uma elite, contudo uma elite fraca, que não conseguia pensar e, de fato, pautar os grandes problemas do desenvolvimento brasileiro.

Mas a tese de Cardoso (1964) foi criticada pelos pensadores do empresariado brasileiro, ainda nas publicações do período militar. Eli Diniz (1978), Renato Raul Boschi (1979) e Maria Antonieta Leopoldi (1984) destacam, em várias obras, que a participação dos empresários pode não ter sido hegemônica, mas não foi tão débil como preconizavam Cardoso (1964) e Martins (1967) (FIGUEIREDO, 2009).

Diniz (1978) ressalta que participação dos empresários nas discussões e encaminhamentos da política econômica nacional foi mais relevante do que as pesquisas demonstram. Segundo Diniz, a classe empresarial desse período advogou com êxito nas questões das mudanças no caráter do desenvolvimento industrial, no deslocamento do eixo e do modelo intervencionista do estado, além do controle da classe operária e dos mecanismos de captação de recursos financeiros, para propiciar os investimentos industriais.

Para Figueiredo, a tese defendida por Diniz é de suma importância, pois

Diniz pondera que existia um núcleo formado por um pequeno número de empresas de grande porte. Esses empresários formariam a elite industrial, que se distinguia dos demais estratos econômicos e uma série de aspectos. Eles tinham, sim, um relevante peso econômico e um grau razoável de sedimentação, consolidação e visibilidade, ao contrário dos proprietários de empreendimentos menores, mais efêmeros e mais espalhados geograficamente (FIGUEIREDO, 2009, p. 159).

A conclusão da autora é que não se pode analisar a burguesia como grupo com interesses específicos e como um setor desarticulado, fraco ou passivo, pois isso simplificaria seu papel político. Ademais, a participação do grupo empresarial na campanha da industrialização brasileira foi muito considerada (DINIZ, 1978; FIGUEIREDO, 2009).

Corroborando a tese de Diniz (1978), Boschi sustenta que a participação do empresariado no desenvolvimento industrial do país foi muito significativa,

sobretudo considerando que nossa industrialização foi tardia. Para ele, desconsiderando a variável do papel exercido pelo Estado, bem como sua condução política, a atuação do empresariado foi efetivamente importante e contribuiu para o estabelecimento de pauta e formatos institucionais no desenvolvimento industrial brasileiro. De acordo com Boschi (1979, p. 98):

Os empresários industriais brasileiros foram, no entanto, muito ativos, revelando a capacidade de iniciativa na condução de uma série de medidas, levando à integração do mercado interno, criação de fontes de créditos e garantia de um espaço de negociação direto com a burocracia estatal.

Ao que podemos interpretar no pensamento dos pensadores Diniz, Leopoldi, Boschi, o papel da elite econômica e empresarial brasileira foi uma participação ativa de impulsionar as políticas que visavam ao desenvolvimento industrial. A tese de total dependência estatal é questionável, pois, de forma corporativa, por intermédio das associações de classe, o empresariado brasileiro colaborou pontualmente com os projetos estatais, inclusive tendo participado de diversos conselhos políticos e econômicos, dirigindo e coordenando ações que vislumbravam o desenvolvimento industrial do movimento do capitalismo brasileiro (LEOPOLDI, 2009; FIGUEIREDO, 2009).

Nessa esteira, Perissinotto (1992) e Costa (2014) também afirmam que a participação dos empresários no desenvolvimento das políticas de industrialização foi fundamental à medida que se organizaram, tendo uma ação representativa nas frações de classe: inserir umas pautas.

Segundo Costa (2014), a ação de representação da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP) com o legislativo federal foi importante para demonstrar a capacidade dos grupos de pressão em influenciar e pautar o processo decisório no tocante aos investimentos para o desenvolvimento em curso no país, assumindo as nuances conceituais, bem como as variáveis sociológicas para clarificar o conceito Elite empresarial e elite econômicas, buscando entender as convergências do termo e focalizando o conceito dos grupos de estudiosos acima analisados.

Para Cardoso (1964) e Martins (1967), elite empresarial aparece em suas análises como empresários individuais, a qual também se denomina elite econômica. Já para Diniz (1978), Boschi (1979) e Leopoldi (1984), o termo elite empresarial é empregado quando esses autores versam sobre as entidades de

representação dos diferentes setores da elite econômica, que eles consideram também como elite empresarial (COSTA, 2014).

Ao concordar com Costa (2014), Diniz (2000) expõe que as elites empresariais podem ser consideradas com uma das mais completas, pois atuam, desde o início do processo de industrialização, como ator estratégico capaz de exercer vários papéis na configuração das relações de poder, em nível nacional e mundial, atuando na organização e formação de blocos, redes e alianças estratégicas, envolvendo atores externos, internos e locais, organizações internacionais e burocráticos de alto nível e exercendo, com isso, papel de elite empresarial e política.

Na visão de Costa (2014), a tratativa do conceito em Diniz (1978) e Leopoldi (1984, 2000) é operacionalizada de maneira bem descritiva, segundo o qual os termos elite econômica e elite empresarial assim aparecem: “Remete aos proprietários e altos dirigentes das empresas, ou seja, aqueles que possuem e ou administram grande volume de capital e organizações empresárias complexas” (COSTA, 2014, p. 48).

De acordo com Costa (2014), podemos perceber que essa elite empresarial é também signatária e defensora dos próprios interesses, além de serem capazes de exercer influências nas decisões das políticas do Estado, atuando inclusive politicamente em momentos importantes da sociedade brasileira e pautando suas políticas, como foi o caso, do Golpe de 1964 e depois no período da redemocratização, a partir de 1979.

Nesse sentido, Costa (2014) assevera que as elites empresarial e econômica que compõem as entidades representativas do empresariado também podem ser consideradas como elite política, pois suas ações e seus valores econômicos de suas organizações pautam e participam com sua capacidade de pressão e formulação nas políticas adotadas pelo Estado, no que concerne principalmente ao desenvolvimento econômico e político do país.

No caso específico de nosso estudo de caso, concordamos com a assertiva de Costa (2008, 2014) e Leopoldi (2000), quando afirmam que as elites econômica e empresarial se constituem como tais, mediante suas representações de classe, pois, segundo Leopoldi (2000), a trajetória de representação empresarial evidencia o processo de industrialização brasileiro esteve simultaneamente com o processo de organização das entidades de classe, as quais, conforme podemos

constatar, cumprem um papel de elite política no processo de desenvolvimento industrial brasileiro. É nesse sentido que se desloca nosso estudo de caso, para compreender o papel da Findes, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo no período de 1970 a 1983.

CAPÍTULO 2

ELITES REGIONAIS: DISPUTAS E NARRATIVAS EM TORNO DO GOLPE DE 1964 E A DITADURA

2.1 João Goulart: visões e construções divergentes: análise de uma narrativa em disputa

Nosso objetivo nesta seção é analisar as visões divergentes em torno da figura política de João Goulart e apresentar um panorama histórico da literatura crítica acerca dessa personalidade política.

Como afirmou Ferreira (2011), a figura de João Goulart está presa ao evento do Golpe de 1964. Contudo, é preciso prescrever, como bem pontuou Ferreira (2011), que João Goulart é herdeiro do trabalhismo de Vargas, tendo uma relação tênue no governo como ministro do trabalho e articular político do Partido Trabalhista Brasileiro.

Seu lugar na narrativa a respeito de João Goulart é marcado por visões díspares. Para Villa (apud FERREIRA, 2011), é visto como um “[...] ‘fraco’, ‘conciliador’, ‘inconsequente’ e ‘incapaz’ para administrar um país” (FERREIRA, 2011, p. 10).

Na esteira da análise de Ferreira (2011), seguindo a narrativa propagada pelos setores que derrubaram o governo de Goulart e por parte de historiografia que dissertou sobre o tema, como Villa (2004), construiu-se uma perspectiva negativa a respeito do governo Goulart, descrevendo o presidente Jango como demagogo, fraco, corrupto e inepto. Contudo, Ferreira (2011), contrapondo-se a essa visão, destaca que, numa perspectiva da esquerda, Jango era um líder burguês e de massa, ligado à massa trabalhadora com uma postura dúbia, vacilante e reformista por vocação.

O fato é que, passados mais de 50 anos do Golpe, sua figura ainda é muito debatida na literatura que versa sobre o tema. Entender essa narrativa, portanto, é primordial para nossa análise, pois o mais importante que entender o escrito dos fatos acerca de Goulart é compreender as narrativas que cercam esse fenômeno político.

Fico (2004) dividiu a narrativa construída em torno da reconstrução desse período tipificando em dois momentos. A primeira narrativa, denominada politologia,

visão constituída por influência da ciência política norte-americana, que dá ênfase a uma análise ante as crises militares dos países como o Brasil, concentrada a narrativa em torno de um modelo unilateral, para explicar todos os eventos sem nenhuma distinção, desconsiderando as nuances de cada país. Trata-se de uma visão míope, que incorre em erros de análise e equívocos (FICO, 2004; ANGELO, 2011).

A segunda narrativa é a que Fico (2004) tipificou de *memorialística*, construída com base na distensão política entre 1974 e 1979. Essa visão começou a ser feita na memória da resistência, que, segundo Fico (2004), tem uma perspectiva das versões de que sofreram com a ditadura, com subjetividades, mitos e estereótipos.

Na perspectiva de entendermos essas duas narrativas, salientamos a análise do brasilianista Skidmore (1979), em sua obra *Brasil: de Getúlio a Castelo*, na qual aborda a trajetória política do país do governo de Getúlio Vargas (1930) ao do Marechal Castelo Branco (1964). Skidmore (1979) perpassa o governo de João Goulart (1961-1964), descrevendo-o como um governante inapto, que não conseguiu sequer resolver questões meramente administrativas, tampouco as políticas.

Na narrativa do brasilianista Skidmore (1979, p. 263), assim como na perspectiva de Villa (2004), aponta que “[...] Jango carecia de visão política a longo alcance e não era dono de um fascínio sobre os eleitores [...]”.

De outra forma, ainda percorrendo o raciocínio anterior, “As perspectivas do Governo Jango dependiam de dois fatores: qual seria a política do novo presidente e onde procuraria ele o apoio político?” (SKIDMORE, 1979, p. 263). Tais perguntas suscitam ou sugerem que Goulart não tinha planos de governo nem aproximação com eleitores. A historiografia mostra que Goulart foi eleito duas vezes como vice-presidente, aliás, com votação até maior que a do titular. Outro feito foi o plebiscito de 1963, no qual Goulart ganhou maciçamente.

Outro brasilianista Parker (1977) oferece um quadro similar ao de Skidmore (1979, p. 131). Assim sustenta:

Os líderes precisam ter alguma fonte de poder. Esse poder pode vir através de mandato popular, apoio parlamentar ou controle militar, ou então de alguma fonte externa, tal como os Estados Unidos. Goulart era um presidente fraco – isto é, sem falar na sua carência pessoal de habilidade de liderança, faltava-lhe apoio político organizado.

Parker (1977, p. 133) ainda prossegue seu discurso afirmando que, “[...] dada essa posição de fraqueza, Goulart não adotaria, e não podia adotar, as necessárias medidas de austeridade [...]”. Fica evidenciado que o pesquisador (brasilianista) foca um olhar norte-americanizado no que foi o governo Goulart e, ainda acerca da participação dos Estados Unidos ao Golpe de 1964, no Brasil, Parker (1977, p. 133) sustenta: “Se um governo é forte, suas instituições viáveis e seus líderes respeitados, esse país está mais bem equipado para lidar com os problemas que se lhe apresentam [...]”.

Adiante, no corpo do texto da pesquisa de Parker (1977, p. 27), os informes que o embaixador estadunidense Lincoln Gordon recebia eram de críticas negativas ao governo Goulart: “[...] independentemente de sua inclinação política, algumas pessoas acreditavam que Goulart era incompetente, conclusão à qual o próprio Lincoln finalmente chegou [...]”.

Na mesma esteira, Fico (2008) faz um estudo preciso do governo Goulart e o Golpe de Estado que derruba o referido governo. Em certa altura de seus escritos, levantando diversos argumentos adjetivados e contrários à administração de Jango, Fico aponta alguns trazidos por seus opositores:

[...] Aluno bem comportado dos comunistas [...] arrivista de esquerda, alma fraca, sitiou a Guanabara, desmoralizou a Petrobrás, começou a dividir a Igreja, Homem completamente despreparado para qualquer cargo público, fraco, pusilânime, humilde, lutando contra a própria inoperância, escassa formação intelectual (FICO, 2008. p. 72-73).

De acordo com Fico (2008), as críticas ao governo de Goulart levaram ainda mais capilaridade quando ocorreu a implantação do regime militar de 1964. Fora das críticas negativas à pessoa e ao governo de Goulart, há também uma bibliografia que mostra ou detalha a positividade a ele.

Conforme já afirmamos, Ferreira (2011) traduz a figura de Goulart numa visão mais positiva e mostra-nos vários aspectos desse personagem político, a começar como ministro do trabalho do governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e em viagens ao Nordeste. Provocado pelo repórter, Jango diz:

Acusam-me diariamente. Lançam sobre mim as mais fantasiosas calúnias. Querem que eu seja, talvez, um criminoso social. Mas o meu crime é o de defender os trabalhadores, tomar providências, elevar o seu nível social. Aliás, todos os homens que se aproximam das classes obreiras são agredidos pela reação ou por sua imprensa (FERREIRA, 2003, p. 102).

Adiante, Getúlio Vargas discursa em parecer favorável ao seu ministro do Trabalho:

O ministro do trabalho, João Goulart, é um espírito sem face, voltado para as lutas em defesa da justiça social, tem ele uma sensibilidade à flor da pele para compreender e sentir como poucos as necessidades e os problemas dos trabalhadores (FERREIRA, 2003, p. 103).

Já durante os anos de seu governo como presidente da República (1961-1964), Goulart procurou uma aproximação com o governo estadunidense Kennedy. Foi aos Estados Unidos pedir dinheiro para alimentar a economia brasileira, preocupou-se em resolver o problema da inflação, dissolver alguns focos de revolta, receber em sua residência pessoas de negociação política para melhor solucionar alguns aspectos críticos políticos, aproximar-se face a face com populares e realizar a reforma agrária. Ele mesmo, como latifundiário, daria o exemplo; enfim, procurou ao máximo beneficiar a população brasileira, em especial, os mais pobres.

Em análise primordial, Bandeira (1978, p. 26) descreve um João Goulart empreendedor, rancheiro e homem que lucrou muito com seu rebanho de gado para corte; porém, uma personagem política muito próxima ao povo, em especial aos seus empregados: em rodas de conversa em sua fazenda, a mesma vasilha de chimarrão era dividida entre patrão e empregados. Continua Bandeira: “Goulart era um homem simples, informal e discreto, sem afetação [...]” “[...] Ele não atuava como um demagogo, que entorpeceria as massas e as desorganizava, para resguardar o domínio do grande capital, a exemplo do que Jânio Quadros e Adhemar de Barros faziam [...]” (BANDEIRA, 1978, p. 28).

Mais adiante, Bandeira (1978) sustenta que, apesar das críticas veementes ao governo de Goulart, Jango estava, sim, preparado para assumir o governo e ele já trazia, em sua pasta, os programas das reformas necessárias ao Brasil (base) e larga experiência na política federal, o que lhe dava uma visão mais ampla e menos provinciana dos problemas brasileiros. Ainda em seu governo, criou a Eletrobrás e estimulou usinas hidrelétricas e também a Companhia Vale do Rio Doce na construção do Porto de Tubarão para o escoamento do minério de ferro.

A não resistência ao Golpe de 1964 é outro ponto muito questionado na narrativa em torno da figura de Goulart. Considerando as nuances e as controvérsias na narrativa de João Goulart, é preciso destacar as considerações arroladas por Ferreira (2011), que, ao nosso olhar, contribui para desconstruir e contribuir para um debate profícuo em torno de problematizar as narrativas dos cientistas políticos.

A análise de Ferreira (2011) nos convence de que Goulart, para além das paixões das análises típicas desse período, foi um presidente que se propôs a fazer reformas, pois foi forjado no bojo do trabalhismo, do sindicalismo varguista dos anos 1950 e 1960. Foi habilidoso e conciliador, capaz de arregimentar forças políticas e vencer o plebiscito que devolveu o presidencialismo ao país.

Contudo, ainda concordando com Ferreira (2011), cometeu erros políticos, sobretudo na condução do trato com os militares e com a interlocução do congresso, tipicamente conservador, e esses erros foram primordiais para que ele perdesse a batalha no *front* militar, confiando em militares e oficiais que comprometeram o seu governo, como foi o caso do episódio da revolta dos marinheiros em março de 1964.

Outro aspecto também constante no que concerne à narrativa de Goulart é a não resistência durante o Golpe, também fruto de críticas de ambos os lados. Contudo, valendo-se da análise de Ferreira (2011), as razões pelas quais o presidente não resistiu, apesar dos apelos dos seus principais aliados, como Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, são vistas pelos apoiadores e críticos como sinônimo de fraqueza, típicas de quem não tinha força e habilidade para ocupar o cargo de presidente.

Porém, para Ferreira (2011), Goulart, ao contrário, foi forte e coerente, ao entender que não havia condições reais de resistência, e quis poupar o país de uma guerra civil, provavelmente de uma intervenção militar norte-americana e até mesmo de uma radicalização de grupo de esquerda armada.

Para finalizarmos, podemos considerar que a narrativa a respeito da personalidade política de João Goulart faz críticas ao seu desempenho e habilidade política e também se locupleta em outra face da memória apagada, dos esquecimentos intencionais, como bem salientou Reis Filho (2014), pois, de acordo com Ferreira (2011, p. 11), há variadas narrativas que incluem uma imagem ocultada, condenada ao esquecimento: “[...] nos livros didáticos aparece em uma ou duas linhas, na televisão e nos jornais não aparece [...] e na pesquisa universitária surge, como síntese do que havia de pior no “populismo”.

2.2 A narrativa do golpe e da ditadura: as defesas e o papel exercido pelo empresariado e pelas elites capixabas

Nesta seção, pretendemos compreender primeiramente a defesa do Golpe e da ditadura, feita pelos empresários capixabas, bem como discutir o papel exercido por essas elites acerca da construção da narrativa do desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo, destacando-se a maneira como construíram a retórica que o Golpe e a ditadura beneficiaram o Estado.

Assumimos o conceito de elites já arrolado no primeiro capítulo, com base em Heinz (2006) e Costa (2014), cujo espaço de debates encontra eco sobretudo nas ciências sociais, que passaram não somente a discutir o conceito para a elite econômica, política, mas igualmente a designar grupos, tais como núcleos culturais, científicos, religiosos, que podem ser considerados uma minoria, com condições de organização, comando e influências sobre a maioria não organizada, e sem capacidade de articulação.

Desse modo, compreender o papel das elites capixabas nesse contexto ditatorial é analisar como alguns grupos de empresários, políticos e técnicos se posicionaram e mais ainda traduziram um pensamento que, conforme já dissemos no capítulo anterior, tem a pretensão de ser hegemônico: que a ditadura militar foi benéfica e foi a salvação econômica do Estado.

Nosso trabalho focaliza as elites regionais capixabas como um grupo político, econômico, empresarial e tecnocrático que atuou conjuntamente por um longo período entre ditaduras e democracias, governando e sendo governado, sobretudo pautando a administração do Estado em favor de seus interesses.

De acordo com Bittencourt (1987), ainda no século XIX até meados 1960, as elites capixabas eram agrárias, tendo por base a economia do café, criação de gado, entre outras atividades rurais de grande porte. Nessa esteira, o poder também foi exercido pelos membros desse grupo agrário, cujos representantes foram legitimados, ou não, pelos sufrágios. Essas elites agrárias desse período imprimiram ao Espírito Santo uma economia baseada na agricultura, sobretudo na produção do café, sem políticas de desenvolvimento industrial, conforme assevera Siqueira (1995):

[...] o café [...] na década de 40, esse produto permanecia absoluto na pauta de exportação estadual [...] e a produção industrial, incipiente, representava um setor pouco importante no contexto político capixaba. Tipicamente primária, a principal produção resultava do beneficiamento do café (SIQUEIRA, 1995, p. 34).

Com a crise e a queda nos preços do café entre as décadas de 1950 e 1960, as elites regionais passaram a buscar alternativa para a mudança do eixo do desenvolvimento econômico do Espírito Santo. As primeiras tratativas para superar a crise foram industrializar o Estado, que, até aqui, se ancora na monocultura econômica.

Ao se ancorarem nessa narrativa de desenvolvimento industrial, as elites regionais viram no advento do Golpe Militar de 1964 uma oportunidade de alavancar a economia com base na industrialização, pois estava em curso o período caracterizado como modernização autoritária, cujo princípio era industrializar numa perspectiva de internacionalizar a economia brasileira, potencializando a injeção de capital estrangeiro. Desse modo, as elites regionais apoiaram o Golpe e a ditadura, pois viram no regime *uma janela de oportunidades* (VILLASCHI FILHO, 2011).

Essa *janela de oportunidades* a que se refere Villaschi Filho (2011) sustentou uma narrativa cuja única solução para superar o atraso econômico e a parca industrialização do Estado poderia ser resolvida mediante a premissa da modernização autoritária em curso no país.

Essa premissa de industrializar o país como estratégia de superar o atraso trouxe ao Estado uma oportunidade de disputar, com mais facilidade, a atração dos grandes parques industriais, considerando que, da Região Sudeste, até então o menos industrializado era o Estado. E, com a abertura desse processo, o Espírito Santo, pequeno e frágil politicamente para disputar com os demais, tornou-se polo, até mesmo em virtude de sua localização geográfica.

Seguindo a lógica de desenvolvimento, os empresários e políticos capixabas capitalizados, num primeiro momento, pela Findes atuam no intuito de buscar apoio, colocando-se à frente das discussões sobre o desenvolvimento capixaba dentro do novo sistema político.

A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, a Federação do Comércio e a recém-criada Câmara dos Diretores Lojistas de Vitória se manifestaram, por meio de nota à imprensa, em favor do Golpe, felicitando o presidente Castelo Branco pelo comando do país (OLIVEIRA, 2013).

O jornal *A Gazeta*, pertencente ao ex-governador Carlos Lindenberg, noticia, num primeiro momento, o Golpe de 31 de março de forma mais amena. Em sua matéria de capa do dia 1.º/4/1964, informa que estava “sumamente grave a

situação do país”, narrando os principais fatos nos centros políticos do país (SANTOS, (2013; OLIVEIRA, 2013).

Outra importante manifestação em favor do Golpe de 1964 foi noticiado pelo jornal A Gazeta de 10 e 11 de maio de 1964, sob o título *A revolução na região capixaba*. O jornal impresso destaca:

Tendo se desencadeado não só contra o comunismo, mas muito especialmente contra os escândalos e a corrupção, a revolução já viu que, no Espírito Santo, se a fuga dos vermelhos facilitou o seu trabalho de drenagem do bolsão comunista, o mesmo não acontece em relação ao governo do Estado (A GAZETA, 10,11/5/1964. p. 1).

Essa narrativa em favor do Golpe e o posicionamento ante as questões políticas do Estado continuaram, a nosso ver, ganhar espaço, pois, após alguns meses do Golpe, destaca sob o título *A revolução e o Espírito Santo*:

Entre os seus muitos objetivos, a Revolução de Abril colocou em plano ante aquele de restaurar a situação financeira nacional [...]. A Revolução não foi feita para Minas Gerais, Pernambuco, Bahia. A Revolução foi feita para o país inteiro e na presunção de que também devesse ter abrangido o Espírito Santo (A GAZETA, 17/11/1964, s.p.).

Ademais, conforme destaca Santos (2013), alguns empresários, utilizando-se do espaço de publicidade e propaganda do mesmo jornal, manifestaram-se em favor do Golpe em 19 de abril de 1964:

Centro de Comércio de Madeiras de Vitória ('Glória às Forças Armadas'); A Semblano e Cia. Ltda., Confeitaria Cipó e Supermercados das Carnes ('saúdam Castelo Branco que, com as Forças Armadas, deixaram o país em tranquilidade'); Instaladora Vitória Ltda. ('Saúda as Forças Armadas que reconduziram o Brasil para a paz social') (SANTOS, 2013, p. 17).

Já na Assembleia Legislativa, o presidente Adalberto Simão Nader enviou saudações às Forças Armadas e especialmente ao general presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Seguido de outros deputados, merece destaque Christiano Dias Lopes Filho, que igualmente apoiou o movimento. (ATA DA ALES, 1964).

A manifestação do apoio civil ao Golpe foi publicitada nos jornais, sobretudo no jornal A Gazeta. Vejamos a carta de congratulações e apoio incondicional às Forças Armadas e ao novo presidente do Brasil, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco:

Todos aqueles que possuem bom senso e se surpreendem desagradavelmente [...] com a desorganização reinante em todos os setores da vida nacional, tem hoje sobejos motivos de esperança [...] os homens escolhidos para os diversos postos administrativos [...] possuem qualidades inegáveis para o exercício das funções de que acabam de ser investidos (A GAZETA, 19/4/1964).

Nessa esteira, tem-se uma concertação entre a elite empresarial, a elite técnica e política local, que se prontamente articularam, a fim de se aliarem ao governo central, como forma de protagonizar um novo modelo de desenvolvimento para o Espírito Santo, tendo que, para isso, assumir a defesa incondicional da linha política adotada pelo governo militar.

Nesse processo, o governo do Espírito Santo, o ruralista Francisco Lacerda de Aguiar, Chiquinho, prontamente se posicionou também em favor do movimento golpista, com a retórica já debatida sobre o despreparo do presidente Goulart para o exercício do cargo.

Contudo, seu posicionamento político não foi capaz de fortalecê-lo perante rivalidade dos grupos locais, tampouco lhe rendeu prestígio nacional. Lacerda de Aguiar acaba sofrendo um processo de comissão de inquérito policial em 1966, afastando-se legalmente e depois renunciando ao mandato. Seu vice Rubens Rangel assume o posto e conclui o governo, de modo a garantir ao seu sucessor, escolhido, de forma indireta, pela Assembleia Legislativa, com a antiga ala do PSD (SANTOS, 2013; OLIVEIRA, 2013).

Seguindo a lógica autoritária, o governo de Chrisitano Dias Lopes Filho (1967-1970), escolhido pela Assembleia Legislativa de forma indireta, obteve amplo apoio das elites locais e atuou para garantir uma modernização administrativa na máquina estatal, como forma de viabilizar o Estado para receber grandes investimentos e empreendimentos externos (OLIVEIRA, 2016).

O governo de Dias Lopes Filho foi primordial para o fortalecimento da narrativa de defesa do regime ditatorial em solo capixaba. Dias Lopes Filho, ao assumir, busca retomar um processo de industrialização que iniciou no governo de Jones Santos Neves e defender a lógica autoritária como única saída para os problemas econômicos do Brasil e do Espírito Santo. Sobre o governo Jones, Dias Lopes Filho destaca:

Outro grande governador que tivemos foi o Jones Santos Neves, ele não se entusiasmava muito com o café, era mais voltado para a industrialização. **Tanto que** há uma frase dele produzida em Colatina, em 1942/3, quando era interventor, que declarou que para ele os galhos de café do Espírito Santo eram fracos demais para sustentar nossos desejos de desenvolvimento. Os dois governos dele foram mais voltados para o processo de industrialização (DIAS LOPES FILHO, 2005, p. 1, grifo nosso).

De acordo com Silva (1993), Dias Lopes Filho pauta-se por um modelo de desenvolvimento que tem por base o Diagnóstico para Planejamento Econômico do

Estado, feito em 1966. Esse documento, ainda segundo Silva (1993), foi produzido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e Econômico (INEDE) e pago pela Findes.

Esse contexto de concertação política local no governo federal ocorreu dentro de uma lógica política que Villaschi Filho et al. (2011) denominam *consenso de necessidades*, pois houve um grande arranjo entre a elite política e a econômica em torno de um projeto de desenvolvimento, para alavancar a economia do Espírito Santo, em razão da crise da monocultura do café que ocorreu ainda em 1966. E a Findes foi protagonista desse arranjo:

O momento impactante e de consolidação do consenso em torno da necessidade de mudanças aconteceu durante **o seminário** Discussão sobre os problemas do Espírito Santo, **promovido pela FINDES, em que esteve presente, na ocasião do encerramento do evento, o Presidente da República**. Convencido que foi da precária situação econômica em que o estado estava mergulhado, foram abertas as primeiras portas e possibilidades de ajuda federal para o Estado. De qualquer forma, estava sendo iniciada ali a consolidação de umas das frentes de mobilização necessária: a interlocução com o Governo federal para tirar o Espírito Santo da profunda crise pela qual passava. É preciso deixar claro, entretanto, que essa demanda junto à esfera federal não era nova (VILLASCHI FILHO et al., 2011, p. 8, grifo nosso).

A síntese do prospecto era a necessidade de um planejamento estatal, como forma de organizar racionalmente os investimentos e os recursos que impulsionavam a máquina pública mediante a lógica da burocracia autoritária coordenada pelo governo militar.

Dias Lopes organiza a máquina, com a revitalização de instrumentos de planejamento, como o Codec, e a criação do Codes. Nesse espaço técnico de organização de políticas governamentais, a Findes fortalece sua atuação política, que, presidida pelo empresário Américo Buaiz, ganha espaço nas autarquias estaduais, coordenando os trabalhos como conselheira técnica em várias áreas, administrativa e política, e compondo os principais conselhos do governo (SILVA, 1993, OLIVEIRA, 2016).

Com essa perspectiva, a Findes representava o braço administrativo empresarial do governo, viabilizando estudos e projeto de lei que criam condições administrativas e financeiras para viabilizar as empresas locais e transformando os donos das antigas lavouras de café em pequenos empresários industriais.

A principal marca de Dias Lopes Filho foram a condução planejada do governo e o forte alinhamento político com o governo federal e com os empresários locais filiados à Findes. Fez uma reforma administrativa nos moldes do governo

federal, por meio do Decreto-Lei n.º 200/67. Sobre esse modelo de gestão, Silva (1993, p. 370) conclui:

No Espírito Santo, o Governo Subnacional assume a tarefa de estruturar a dimensão organização, como forma de facilitar a acumulação do capital, tida, na época, como a única alternativa à sobrevivência econômica do Estado Regional. Debaixo do binômio **racionalização e desenvolvimento** estavam conditos os elementos básicos: a organização burocrática e a industrialização. A organização burocrática do Estado foi colocada como pré-requisito para a industrialização (grifo nosso).

Com uma administração pautada na racionalização administrativa e desenvolvimento econômico em 1968, foram criados o Grupo Executivo para a Recuperação da Economia capixaba (Geres) com o Decreto-Lei n.º 880/1968 e o Funres. Posteriormente, a Lei n.º 2.508/70 institui o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (Fundap), além de criar o Centro Industrial de Vitória (Civit) em dezembro de 1970 (RIBEIRO, 2005; OLIVEIRA, 2013).

Sobre o papel do Fundap, Dias Lopes Filho ressalva que existiam outros grandes desafios:

[...] criado e implantado o FUNDAP, restava o problema daquela avalanche de gente que estava vindo para Vitória desde a erradicação do café. 20 mil não era brincadeira, pra uma cidade pequena como era Vitória, criança, problema de hospital, problema de alimentação, segurança... eu adotei a seguinte decisão: tudo que pudesse ser usado nesse sistema todo de incentivo [...] **nós temos que aplicar no desenvolvimento do estado e não ficar pensando em crescimento econômico que não é a mesma coisa** (DIAS LOPES FILHO, 2005. p. 4, grifo nosso).

Ao que podemos apurar, o governo de Dias Lopes Filho criou as condições de planejamento administrativo local para fomentar o desenvolvimento industrial do Espírito Santo, porém, de acordo com Oliveira (2013), o governo de Dias Lopes Filho escolheu uma matriz de desenvolvimento regional ligado ao pensamento da Comissão Econômica da América Latina (Cepal)¹¹.

Nessa perspectiva de análise, assevera Silva (1993), Dias Lopes Filho defendia uma vertente de desenvolvimento com indústrias de pequeno e meio porte,

¹¹ Os cepalinos eram intelectuais, economistas que participam da Comissão Econômica para a América Latina. Enquanto os liberais defendiam uma postura de desenvolvimento centrado no capital internacional, pregavam que esse mecanismo era ineficaz e ainda promoviam uma crescente concentração de renda no Brasil (PRADO; SÁ, apud FERREIRA; DELGADO, 2003). Bielschowsky (1996) ressalta que eram intelectuais preocupados com o desenvolvimento econômico do Brasil (por sinal, um desenvolvimento imbuído pelo viés nacionalista), entre os quais podemos destacar Roberto Simonsen. Segundo ele, da forma como se desenvolvia, a industrialização era o modo de ultrapassar a pobreza existente no país.

Para Bielschowsky (1996), Simonsen sustentava, ainda, que o protecionismo era uma grande bandeira de luta pela industrialização. Sobre o legado de Simonsen (p. 85), "A grande herança deixada aos desenvolvimentistas da década de 1950 foi sua defesa ao planejamento econômico.

pois argumentava que a industrialização significava a diminuição da dependência em relação à economia do café. Ainda de acordo com Silva (1993), essa vertente de pensamento e plataforma de governo agradou às elites locais, sobretudo os empresários representantes da Findes, que consideram Dias Lopes Filho o representante desse segmento.

Desse modo, ao final do governo Dias Lopes, a Findes tinha acumulado uma lógica de prestígio para continuar a pautar os governos em favor dos pequenos e médios empresários. E, em virtude dessa articulação, construiu uma narrativa positiva acerca do desenvolvimento industrial capixaba, característico desse período.

2.3 OS Grandes Projetos e a desautonomia relativa

Aqui no Espírito Santo, na minha época de juventude, o desejo do espírito-santense era ir para o Rio de Janeiro. Não tinha emprego. Só no serviço público e depois na exportação do café que estava em decadência. Não tinha alternativa. A alternativa era industrializar e gerar emprego (SANTOS, 13 abr. 2017).

Há, no âmbito das literaturas capixabas, uma diversidade de obras que versam sobre o impacto dos chamados Grandes Projetos Industriais, tanto na história econômica¹² quanto na administração¹³. Mesmo com visões e narrativas

¹² Entre as literaturas acerca da **História econômica**, temos a obra de Gabriel Bittencourt (1987), que versa sobre a economia capixaba, da monocultura cafeeira. A obra de Rocha e Morandi (2012), 2.^a edição dos economistas ligados ao departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), versa sobre os ciclos econômicos do Espírito Santo, como destaque ao período dos Grandes Projetos Industriais. E, por fim, as clássicas obras de Siqueira (1994, 1995) e (2001 e 2010), ambas com reedição. As obras de Siqueira destacam o desenvolvimento do Porto de Vitória e depois sua modernização numa perspectiva do seu papel para o desenvolvimento econômico e a interligação da economia do Espírito Santo. E a segunda obra aqui citada destaca a Industrialização e Empobrecimento Urbano, o Caso da Grande Vitória, sobre impactos socioeconômicos e a desigualdade social na Grande Vitória, com o advento dos Grandes Projetos Industriais. A obra organizada pelo economista Villaschi Filho (2011), com a participação de historiadores capixabas e economistas, rediscute a economia cafeeira, as crises do café e os Grandes Projetos industriais. E, por último, uma tese recente de doutorado do Departamento de História da Ufes, de Nascimento (2017), que traz um balanço historiográfico do pensamento econômico do Estado, apresentando análise crítica do governo Paulo Hartung e a sua perspectiva econômica de desenvolvimento ancorada nos investimentos estrangeiros, tal qual a matriz econômica dos grandes projetos do período militar. Cerqueira (2017), em sua espécie de ensaio, discute as narrativas e nuances do pensamento econômico e do desenvolvimento do Espírito Santo, com base em obras recentes e clássicas da historiografia capixaba.

¹³ Na administração, as duas obras a que nos referimos são a de Medeiros (1977), dissertação de mestrado apresentada à Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas sobre a economia do Espírito Santo, no período de 1535-1976, em que descreve a economia do Estado dentro de um conceito que cunhou a industrialização do Espírito Santo como um processo de desautonomia relativa; e, por último, a dissertação de Silva (1993), da Universidade Federal de Minas Gerais, do Departamento de Ciências Econômicas do curso de mestrado em Administração. A dissertação versa sobre o Espírito Santo e a influência do processo de industrialização da estrutura

diferentes, todos concordam que o desenvolvimento industrial do Espírito Santo foi tardio e ocorreu após as crises do café dos anos 1950 e 1960, tendo alcançado seu ápice nos anos 1970, quando se expandiu o polo industrial, impulsionado pela lógica da modernização autoritária em curso no país.

Devemos compreender que o conceito “Grandes Projetos Industriais” é uma alcunha dada por intelectuais ao período de crescimento econômico e ao processo de industrialização experimentado na década de 1970, como resultado da reorganização das atividades produtivas com foco na lógica industrial. O ponto de partida local está no governo de Christiano Dias Lopes Filho (ARENA, 1967-1971), com continuidade no governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (ARENA, 1971-1975). Ambos estabeleceram as bases dessas transformações, conforme a política desenvolvimentista do regime militar. O conceito tornou-se vigente, apesar de não ser o melhor. Rocha e Morandi sugerem o conceito “Grande Capital” para tratar de todos os investimentos feitos no Estado, independentemente do porte. Assim apontam:

Na literatura, sobretudo oficial, e no meio intelectual capixaba foi consagrada a expressão ‘Grandes Projetos’ como qualificadora das grandes indústrias hoje existentes no Estado e que na década de 1970 ainda se encontravam em fase de projeto. Essa expressão, do nosso ponto de vista, tem um significado bastante limitado, uma vez que se refere apenas a um conjunto determinado de projetos industriais, que, aliás, não são mais projetos, mas empreendimentos em funcionamento. Assim, a expressão não abrange os projetos e os empreendimentos dos diversos setores de atividade que, mesmo não sendo de grande porte, são controlados por grandes grupos econômicos. Devido a essas limitações adotamos neste trabalho o conceito de grande capital, que nos parece mais adequado para qualificar o novo padrão de crescimento econômico vigente no Espírito Santo a partir de meados dos anos 1970. Grande capital não é empregado aqui com referência apenas aos grandes empreendimentos industriais, mas a todos os projetos/empreendimentos dos diversos setores de atividade, mesmo aqueles de pequeno porte, desde que sejam controlados por grandes grupos econômicos (ROCHA; MORANDI. 2012, p. 113).

Medeiros (1977, p. 19) chama esse período de Política Industrial Dinâmica. Ele define:

Iniciou-se, então, o que chamaremos de política industrial dinâmica como fator de desenvolvimento. Introduziu-se a conformação de um reaparelhamento institucional e o Estado interveio nos setores infraestruturais e financeiros, criando uma sociedade de economia mista – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – encarregada de formular e implementar uma política de industrialização para, de início, atenuar os problemas de renda e emprego causados pela crise cafeeira.

do poder executivo entre 1967 e 1983, inclusive analisando o papel exercido pela Findes nesse período. Todas as obras aqui comentadas estão devidamente referenciadas.

Ao se referir aos grandes projetos, nomenclatura também utilizada em sua obra, trata de uma forma de abordar genericamente e não nominar qual:

Começou-se, também, a perceber que a implantação desses grandes projetos poderia reforçar o potencial de ingerência do Governo Federal na esfera estadual, pela inexistência de uma revisão conceitual sobre a nomenclatura, adotaremos a vigente difundida pela intelectualidade capixaba (MEDEIROS, 1977, p. 22).

Devido à inexistência de um debate sobre essa questão conceitual, fazemos uso do termo mais convencional, Grandes Projetos Industriais, para tratar de todas as políticas e ações tomadas nesse sentido no período. Antes, porém, é necessário situarmos o governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos¹⁴ como articulador dos chamados grandes projetos, que transformaram a natureza econômica e o processo de industrialização do Estado.

A origem desse engenheiro é marcada pela prestação de serviços técnicos e tecnocráticos a diversos governos. Atuou no Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e em várias autarquias estaduais. Foi secretário nos governos de Rubens Rangel, Christiano Dias Lopes Filho, além de atuar no Conselho de Desenvolvimento do Espírito Santo (Codes), Conselho Técnico da Findes e na presidência do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), cargo que deixou para assumir o mandato de governador (SANTOS, 2017).

Com essa trajetória, podemos tipificar o governador dos grandes projetos como uma elite técnica que ascendeu à elite política, protagonizando políticas de investimentos públicos e privados dentro da lógica do nacional desenvolvimentismo, mediante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1972-1974), cujo objetivo era industrializar com base na premissa de alargar e internacionalizar os investimentos de capital estrangeiro no Brasil.

O governo de Gerhardt Santos se diferencia do de seu antecessor Dias Lopes Filho em relação às políticas de industrialização e desenvolvimento estadual. Enquanto o de Lopes Filho se caracterizava por um desenvolvimento industrial privilegiando o desenvolvimento das pequenas e médias indústrias locais, como

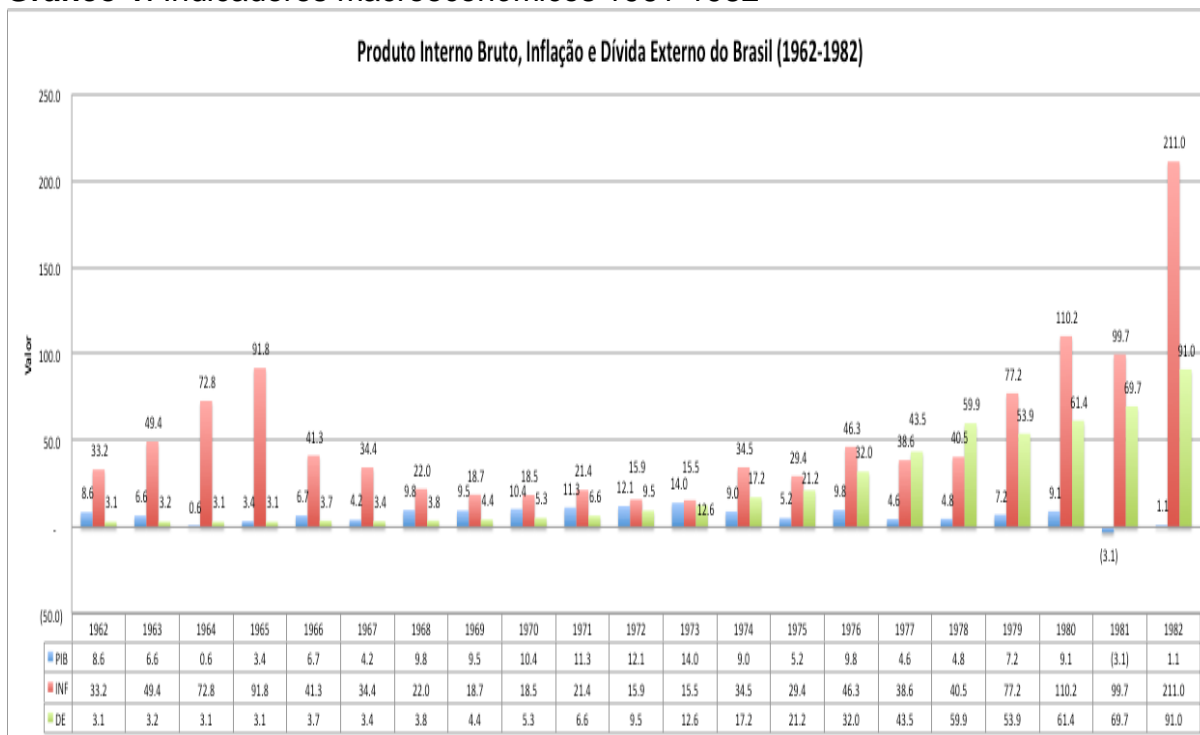
¹⁴ Nascido em 6/10/1928, em Domingos Martins-ES, filho de Otaviano Santos e de Elsa Gerhardt Santos. Seu pai foi, por diversas vezes, deputado estadual pelo Espírito Santo, líder do governo e prefeito de Domingos Martins-ES. Estudou no Colégio Americano e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, pela qual se formou em Engenharia Civil. Fez ainda um curso de Administração para projetos em Pittsburg, nos Estados Unidos. Após o mandato de governador, foi diretor da Aracruz Celulose. Presidente da CST por dez anos, passou pelo Centro de Desenvolvimento de Vitória. Trabalhou como consultor em várias empresas. Atualmente é diretor e proprietário da empresa Serenge Engenharia em Vitória (MARTINEZ; PAIN, 2014).

vimos, o de Gerhardt Santos investia na atração de grandes empreendimentos nacionais, sobretudo internacionais, para o Espírito Santo. A essa inversão de modelo de Dias Lopes para o de Gerhardt Santos, Rodrigues (1977), seguido de Medeiros (1977) cunhou de processo de desautonomia relativa¹⁵.

Os primeiros anos do governo de Gerhardt Santos foram marcados pela euforia do chamado milagre econômico. De acordo com Prado e Sá (2003), a expressão milagre econômico foi usada inicialmente em relação à Alemanha Ocidental, para designar a rapidez com que a Alemanha Ocidental se recuperou desde 1950. Mais tarde, o mesmo termo foi utilizado para se referir à rápida recuperação econômica do Japão em 1960. E, seguindo essa lógica de designar o rápido crescimento e *boom* econômico, chegou ao Brasil, na década de 1970.

O país conseguiu obter resultados positivos com essa política, em curto prazo. O índice de crescimento subiu de 10% para 14% anualmente e a inflação manteve-se em 15% e 20%. Contudo, apesar da crise do petróleo de 1973, o Brasil saiu do patamar da 15.^a economia do mundo para a 8.^a em 1974. Os resultados eram creditados ao sucesso da implantação do I PND (SINGER, 1976).

Gráfico 1. Indicadores macroeconômicos 1961-1982



Fonte: IBGE. Série Histórica, 1986.

Nota: PIB: Produto Interno Bruto %; INF: Inflação %; DE: Dívida Externa (em milhões).

¹⁵ A discussão do conceito será discutido mais adiante em Rodrigues (1977) e Medeiros (1977).

Vejamos os dados econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1961-1982), os quais mostram o processo de crescimento e declínio econômico de todo o período, incluindo o do Golpe civil-militar, para entendermos a importância de uma análise econômica mais acurada do que somente vemos o período do chamado milagre econômico brasileiro.

Os dados mostram a política econômica em crescimento entre 1968 e 1973, sendo o maior PIB em 1973: 14% a.a. Nesse bojo, os índices de inflação continuaram a cair e, apesar de ainda serem altos, passaram a diminuir (IBGE, 1986).

Vale rever o papel do café nesse período. Todo o discurso no Espírito Santo, após a crise do café e foco na industrialização, tirou o foco do produto. Porém, houve uma recuperação de valores e um reposicionamento do produto no mercado interno. Passou-se a investir no tipo Robusta, conhecido como Conilon. Este café é utilizado na agroindústria na produção do café solúvel. Como o direcionamento no Espírito Santo era industrial, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo criou a Real Café, seu primeiro projeto industrial.

Contudo, vale observar o valor do café no mercado internacional e perceber a recuperação do valor. O recorte da série histórica do gráfico abaixo é de 9 junho de 1969 a 30 de dezembro de 1983. A cotação se dá em em dólar ou em libra. Em 1969, o valor inicial é de 0,3725 per Pound (US\$ 49,27 a saca de 60kg), tendo seu ápice em 18 de abril de 1977, quando alcançou o valor de 3,30 US Dollar per Pound (US 443,12 a saca).

Gráfico 2. Histórico da Cotação Internacional do Café (1969-1983)



Fonte: <macrorends.net>.

Nota: Para converter US Dollar per Pound em quilo, multiplicar por 2,2046. Uma saca de café corresponde a 60 kg.

Gerhardt Santos articula-se com o *staff*¹⁶ do governo militar, com o qual tinha excelente relação, para garantir as condições políticas e técnicas de pleitear a instalação de um parque industrial de grande porte no Estado. Nesse bojo, manteve a qualidade e o planejamento técnico e a racionalidade administrativa da máquina estatal herdada do governo de Lopes Filho (SANTOS, 2017).

Já no que se refere ao modelo de desenvolvimento econômico, Gerhardt Santos priorizou, de fato, dar celeridade aos projetos desenvolvimentistas do governo militar, implantando o que se denominou grandes projetos. Gerhardt Santos perseguiu essa lógica durante todo o seu mandato, criando as condições necessárias ao desenvolvimento industrial, tratando de equilibrar os interesses econômicos e políticos dos vários atores em torno de uma única agenda e focando o desenvolvimento econômico do Espírito Santo ante a industrialização.

O esforço do governo de Gerhardt Santos esteve completamente voltado a essa lógica. Logo, a relação com os setores empresariais do Estado, representados pela Findes, modifica-se, pois, se, no governo de Dias Lopes Filho, a

¹⁶ Delfim Netto, Marcus Viana, Ernani Galveas (os dois últimos capixabas) defendiam a tese de que era preciso ampliar os investimentos estrangeiros, para investir nas instituições e importar tecnologia, para aplicar nas novas indústrias. Desse modo, em razão dessa crença, ocorreu o aumento da dívida externa brasileira (FURTADO, 1986; TAVARES, 1985; SANTOS, 2017).

Findes possuía um lugar privilegiado de atuação política, consultiva e decisória dentro do governo, isso se alterava na gestão Gerhardt Santos (1971-1975). A ação empresarial da Findes se tornava menos explícita, embora suas posições não fossem divergentes em algumas pautas (VILLASCHI, 2011).

Nesse momento ímpar da economia capixaba, o técnico dos grandes projetos, encarnando a figura do governador biônico, ditava a pauta, as reivindicações, os pleitos e assumia, com muita lógica de prestígio, a defesa dos projetos em nível tanto regional quanto nacional, bem como a sua interlocução com os investidores internacionais. Em depoimento, Santos (2004, p. 12) destaca o papel da Findes:

Mas esta classe empresarial foi muito favorável. Sempre com queixas. Fazia uma licitação, e uma empresa de fora dava melhor preço, tinha melhor know-how, a gente era obrigado a contratar, ficava enciumada, mas isto é normal! Isto também trouxe um aprimoramento muito grande aos empresários. Quando nós fizemos as primeiras licitações, não tinha nenhuma chance de uma empresa local participar, nem da terraplanagem. Hoje, se você fizer qualquer licitação, na CST ou na Vale, mesmo que venham empresas de fora, vai pegar muita empresa local para colaborar.

Santos seguia uma lógica conciliadora e técnica, sobretudo possuía muita habilidade política para concertar com os grupos empresariais locais, nacionais e os investidores estrangeiros, além de coadunar os pleitos do governo militar. Com tal característica, Gerhardt Santos modifica a natureza econômica do Espírito Santo, dando origem a um novo ciclo de desenvolvimento econômico do Estado.

Segundo Siqueira (2010), o novo ciclo de expansão e integração econômica do Espírito Santo vai concretizar-se na década de 1970, buscando um desenvolvimento regional com a integração de políticas nacionais. Nesse bojo, os Grandes Projetos Industriais do Espírito Santo se configuraram no incremento de infraestrutura de transportes e modernização dos portos.

No contexto do plano de industrialização, a mola mestra foi a construção do Porto de Tubarão, concluída em 1966, além das duas usinas de beneficiamento do minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), processo denominado pelotização, em Vitória, uma em 1969 e outra em 1973. Além delas, a CVRD firmou sociedades no formato de Joint-Ventures com a Itália, Japão, Coreia e Espanha para a construção de novas usinas, visando a tais mercados (VALE, 1992, 2012).

Os chamados Grandes Projetos Industriais do Espírito Santo são, respectivamente, a implantação da Aracruz Celulose, inaugurada em 1979; a instalação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), inaugurada em 1983; a

instalação de cinco usinas de pelletização de minério de ferro entre 1969 e 1979; a instalação, em 1978, da usina de pelletização da Samarco em Anchieta; e a construção do Porto de UBU e do mineroduto (SIQUEIRA, 2010).

Quadro 2. Detalhamento dos Grandes Projetos

1. COMPLEXO SIDERÚRGICO	
a. Usina Siderúrgica de Tubarão	
Empresa: Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)	
Localização: Ponta de Tubarão – Serra – Grande Vitória	
Acionistas: Siderbrás	Quantidade de ações: 51%
Kawasaki	24%
Finsider (Itália)	24%
Linha de produção: Semiacabados (Slabs) destinados 50% à exportação e 50% ao mercado interno.	
b. Usina de Laminação Não Planos (Projeto em expansão)	
Empresa: Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI)	
Localização: Cariacica: Grande Vitória	
Acionistas: BNDE	Quantidade de ações: 93,5%
Tesouro Nacional	6,0%
Outros	5.5%
Linha de produção: Não planos (fio máquina, barras, perfis, cantoneiras, etc.)	
c. Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce	
Empresa: CVRD	
Localização: Ponta de Tubarão – Vitória (Grande Vitória)	
Linha de produção: pellets de minério de ferro	
Unidade de produção:	
i. Itabasco	
Associação:	Quantidade de ações
CVRD	51%
Finsider – empresa italiana	49%
ii. Hipanobrás	
Associação	Quantidade de ações
CVRD	51%
Instituto Nacional da Indústria da Espanha	49%
iii. Nibrasco	
Associação:	Quantidade de ações
CVRD	51%
Conglomerado de empresas japonesas (destacando-se Nipon Sttel Corporation)	49%

d. Usina de Pelotização Smarco	
Localização: Praia de Ubu - Anchieta-ES	
Associação:	Quantidade de ações
Samitre	51%
Marcona Internacional	49%
Linha de produção: pellets de mineiro de ferro	
A implantação da Samarco exigiu de lavra, concentração de parte do mineroduto no estado de Minas Gerais.	
2. COMPLEXO NAVAL	
Localização: Praia de Camburi, Vitória – Grande Vitória	
Associação:	Quantidade de ações
Docenavae, Fronape, Lloyd	51%
Grupo estrangeiro	49%
3. COMPLEXO PARAQUÍMICO	
a. Aracruz Celulose S/A	
Localização: Barra do Riacho – Aracruz-ES	
Linha de Produção: Celulose branqueada tipo kraft	
O investimento acoplava: indústria, floresta e infraestrutura portuária.	
b. Flonibra – Empreendimentos Florestais	
Localização: São Mateus e Linhares – litoral norte, ES	
Linha de produção: Celulose em polpa	
Associação: CVRD e Japan Brasil Pulp	
Investimentos em indústria e floresta.	
4. COMPLEXO PORTUÁRIO	
Porto de apoio	
Superporto de Tubarão para a CST	
Porto de Barra do Riacho (Terminal da Aracruz Celulose)	
Terminal de exportação de UBU (Samitre/Marcona) Samarco	

Fonte: Siqueira (2010, p. 81, 82).

Convém destacar o papel do engenheiro Eliezer Batista¹⁷, da CVRD,

¹⁷ Eliezer Batista com o professor Dias Leite criaram uma empresa florestal, cujo princípio era fazer o manejo florestal, tendo em vista a preservação do remanescente da Floresta Atlântica, e conseguir madeira para a produção dos dormentes de ferrovia Vitória a Minas, uma vez que não existia tecnologia substitutiva à madeira. Com essa floresta, também veio o plantio de celulose, tendo em vista a venda ao exterior. Essa floresta atualmente deu origem ao parque botânico que a Vale tem em Linhares. Tudo isso antes da existência do conceito de sustentabilidade ambiental, da forma que conhecemos hoje. Para a siderurgia, o governo militar tinha dois órgãos: um político, Conselho de Siderurgia (Consider), e outro executivo, Siderúrgicas Brasileiras (Siderbrás). Eliezer Batista reformulou o Consider em 1968, pensando em integrar a siderurgia à CVRD. A Siderbrás era a *holding* para as siderúrgicas brasileiras. Ela foi a responsável por criar o pré-projeto da Companhia Siderúrgica de Tubarão em 1973, a ser instalada do lado da Vale. Assim, estaria perto do fornecimento de minério de ferro, tendo vantagem competitiva em custo menor de produção, por ter

como um dos principais articuladores de todos esses projetos no Espírito Santo, atuante desde o conselho econômico criado por Carlos Lindenberg, com suas propostas ele ajudou a viabilizar negócios que favoreceram o Estado nesse processo de transformação. Com sócios estrangeiros, ocorreu a implantação da floresta de eucalipto ainda em 1957, que mais tarde daria origem à Aracruz Celulose, e da Siderbrás, empresa do governo que controlava o capital das siderúrgicas, responsável pela origem da então CST, inaugurada somente após dez anos de sua fundação acionária, quando cumpria seu segundo mandato de presidente da mineradora. Batista também definiu as políticas do setor por meio do rearranjo do Conselho de Siderurgia, órgão do governo responsável pela política do setor, no fim dos anos 1960.

Diante dos grandes projetos, a configuração econômica do Espírito Santo sofreu transformações na lógica de seu desenvolvimento, que passou a ter uma economia mais voltada para o mercado internacional, em razão dos investimentos estrangeiros para alavancar os projetos industriais. Segundo Rodrigues (1977), esse processo acabou por marginalizar os poderes públicos e privados capixabas, ao qual o autor denomina processo de desautonomia relativa.

A definição de Rodrigues (1977) é igualmente aceita por Medeiros (1977), Silva (1993), e mais recentemente referendada por um grupo de pesquisadores do pensamento político e econômico do Espírito Santo, numa obra intitulada *Elementos da Economia Capixaba e Trajetórias de seu Desenvolvimento*, organizada pelo professor e economista Vilasschi Filho (2011). O processo denominado desautonomia relativa pode também ser explicado como um fenômeno característico desse momento do período:

O estilo de interpretação ao qual se costumou associar a industrialização, tanto na América Latina quanto no Brasil, e que fornece as bases para uma tímida teoria da integração latino-americana privilegia as relações externas das economias capitalistas da América Latina, e, nesse diapasão, transforma a teoria do subdesenvolvimento numa teoria de dependência (OLIVEIRA, 2013, p. 49).

Esse modelo de desenvolvimento que privilegia as relações externas e a busca por atração de investimentos estrangeiros enfraquece a capacidade do Estado de pautar o seu modelo desenvolvimento econômico e as políticas públicas de modo geral, tornando-se mero administrador dos projetos de infraestrutura

menor custo com o transporte do minério de ferro (VALE DO RIO DOCE. CVRD: 50 anos. CVRD: Rio de Janeiro, 1992).

necessária para a criação do ambiente de negócios para que as empresas se instalassem e atuassem. Nas palavras de Santos (2017, p. 9), em defesa dos grandes empreendimentos: “A gente foi criticado [sic] porque queria projeto grande, a gente realmente queria projeto grande, porque projeto grande gera grandes indústrias e no entorno dela grandes empregos, e uma quantidade enorme de indústrias pequenas”.

Todavia, na visão de Medeiros (1977, p. 3), a implantação dos grandes projetos trouxe no bojo um processo de marginalização do governo estadual e até dos empresários capixabas em face do modelo de desenvolvimento adotado:

Na medida em que a implantação destes Grandes Projetos poderia reforçar o potencial de ingerência do Governo Federal na esfera estadual, além de trazer para o palco um novo foco de poder, o das corporações estrangeiras envolvidas, contribuir-se-ia para a marginalização dos poderes público e privado capixabas e o Espírito Santo correria o risco de perder sua já reduzida autonomia. Assim seria configurado um processo iminente de marginalização estadual, tratado na monografia como processo de **desautonomia relativa**. (grifo do autor).

Ao seguirem a pista deixada por Rodrigues (1977), ainda no contexto da ditadura militar, outros autores versam sobre esse modelo de desenvolvimento econômico. Fazendo uma análise acurada, merece destaque a de Oliveira (2013, p. 60), como a obra *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. Oliveira (2013) assevera que “[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo”.

Ao considerar esse modelo econômico como arcaico, Oliveira (2013) sintetiza que a expansão do processo capitalista se intensificou e se enraizou em suas contradições, como foi o caso analisado do governo de Juscelino Kubitschek. Segue a mesma matriz de desenvolvimento a economia planejada após o Golpe de 1964.

O Plano de Metas de Juscelino, com o *slogan* de 50 em 5, que visava à atração de financiamento externo, para acelerar o processo de industrialização, tornou o país em uma economia ainda mais dependente. Esse processo igualmente de dependência teve seu ápice no período ditatorial, quando os níveis de contradições também eram acelerados, à medida que a dependência e a ingerência externa ganhavam força em razão de tornarem viáveis os projetos de desenvolvimento industrial, imperdíveis na visão dos militares para o incremento da economia.

E essa lógica de desenvolvimento industrial dependente, na qual se

insere o Espírito Santo, que, no período em questão, passa a receber pesados investimentos e finalmente se industrializa. A esse modelo de desenvolvimento Siqueira (2010) considera *desenvolvimento desigual*, conforme já mencionamos, pois privilegia um investimento em infraestrutura industrial. Porém, do outro lado, não planejou a cidade para receber o contingente de pessoas advindo em virtude da industrialização. Sobre esse processo, o idealizador dos grandes projetos se defende das críticas:

Primeiro porque a construção da CST não acabou até hoje, está continuando lá. A da Aracruz não acabou até hoje e da Vale não acabou até hoje. A segunda coisa, o senhor pega as estatísticas de migração para a Grande Vitória que o IBGE faz todo o ano, você vai ver que os picos de migração não foram durante o processo de construção da CST, isto é uma série que vem crescendo ao longo do tempo. É o êxodo rural, que não tem nada a ver com a construção [da CST]. Isto também é uma causa – respondeu o professor – mas a CST é também responsável (SANTOS, 2004, p. 10, grifo nosso).

Dessa forma e com essa retórica, o modelo de desenvolvimento industrial projetado e consolidado no regime militar, dentro da lógica da modernização autoritária (BIELSCHOWSKY, 1996), foi implantado e defendido pela elite política e econômica do Espírito Santo, como a única alternativa para superar o atraso industrial em relação ao dos demais estados, sobretudo, da Região Sudeste.

Mas é preciso evidenciar que essa foi uma narrativa construída por esses agentes (é apenas uma narrativa) que pretende ser hegemônica, mas há dentro das discussões acadêmicas uma visão divergente das nuances desse processo. Seria uma memória hegemônica ou manipulada? Essa é uma discussão que faremos no próximo item, à luz de Pollak (1992).

2.4 Balanço da narrativa: memória hegemônica e manipulada?

O objetivo desta seção é discutir as narrativas construídas em torno do desenvolvimento do estado do Espírito Santo desde o advento dos grandes projetos. Nossa premissa é que há, no estado do Espírito Santo, uma memória positiva acerca do Golpe e da ditadura militar. Essa memória positiva foi construída em razão das narrativas de que o Golpe de 1964 e a ditadura foram benéficas para o Estado. A justificativa para tamanha afirmação, já arrolada aqui nas primeiras seções, está diretamente vinculada ao contexto econômico do regime militar, autoritário, quando o Espírito Santo foi finalmente incluído na roda do desenvolvimento industrial, que até então não havia ocorrido.

Contudo, algumas perguntas nos impõem: essa narrativa foi construída com base em uma memória manipulada e seletiva? E quais fatos e argumentos sustentaram essa narrativa, passados mais de 50 anos?

Sabemos também que um dos fatores que contribuíram para a consolidação dessa narrativa foi o dito “milagre econômico” brasileiro. O pleno emprego e a explosão da capacidade de compra de bens de consumo, até então vistos no auge do governo JK, foram primordiais para reforçar essa narrativa.

Seguindo a pista da narrativa construída nacional e regionalmente, bem como seus rebatimentos acerca da memória traduzida nesse período, algumas questões precisam ser levantadas. E, para entendermos melhor essa narrativa, utilizamos o conceito de memória subterrânea em Pollak (1992, p 8): “[...] memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado deseja passar e impor”.

Em consonância com Pollak (1992), podemos entender que essa narrativa buscou impor-se no que também dissertaram Angelo e Fagundes (2014) dentro de um conjunto de visões divergentes, com imagem invertida desse processo. Ainda buscando entender esse fenômeno, não é demais reproduzir que Pollak destacou:

Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido (POLLAK, 1992, p. 8-9).

Até aqui podemos entender que a narrativa da memória positiva do Golpe e da ditadura foi construída e consolidada com base em uma memória manipulada e seletiva, propagada pelos ditos grandes efeitos econômicos do Brasil e do Espírito Santo desse período.

Ademais, em grande medida, essa manipulação ocorreu em face da produção de discursos e conteúdos organizados em torno de grandes personagens. O que Pollak (1992) assinalou de memória enquadrada é, em síntese, a seletiva dos acessos a espaços privilegiados de memória que visam, entre outros objetivos, direcionar e manipular, para narrar um ponto de vista que pretendem consolidar.

Sendo assim, nossas indagações permitem-nos até aqui considerar que essa é uma narrativa constituída socialmente, privilegiando uma versão apenas do

lado da história; entretanto, existe outra narrativa em disputa. Sobre o papel das narrativas na construção de um discurso que pretende ser hegemônico, valemo-nos do pensamento de Rüsen (2007, p. 83):

Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropologicamente universal. A plenitude do passado cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de 'história' pode ser caracterizada, categoricamente como narrativa. A 'história' como passado tornado presente assume, por princípio, a forma de uma narrativa. O pensamento histórico obedece, pois igualmente por princípio, à lógica da narrativa e segue a linearidade dos acontecimentos históricos.

O processo da superação do atraso econômico, em razão da retórica de um estado não industrializado, foi repetido e propagado pelos representantes da elite política e empresarial, que teria, nos governos do período militar, um enredo pronto e difundido em todos os setores.

Conforme já dissemos, essa elite faz uma concertação já denominada por Villaschi (2011) e Medeiros (1977) como o consenso de necessidades em torno do projeto de desenvolvimento econômico, via industrialização do Estado. E essa elite passa a propagar, em vários discursos e narrativa, a defesa desse projeto.

Não somente temos a defesa política, as políticas públicas e incentivos fiscais de governo voltados à implantação dos grandes projetos, mas também foram instituídas narrativas e defesas, a nosso ver, míopes, entorno de uma interpretação fundamentada, que Russen (2007) destacou como binária, linear, estabelecendo dicotomia entre atraso x desenvolvimento (monocultura do café, visto como atraso e industrialização tal, que foi implantado como desenvolvimento).

Ao seguir a mesma lógica de questionar essas visões, Pollak (1992) alertou-nos sobre como o uso de uma memória seletiva e manipulada pode ser construído num conjunto de um grupo social, que destaca a memória coletiva visando publicitar apenas os feitos pelos quais o grupo quer ser reconhecido pela sociedade.

Desse modo, a narrativa em torno da superação do atraso foi consolidada na memória coletiva capixaba por alguns segmentos políticos e pensadores econômicos: "A partir da década de 1970, o desenvolvimento econômico local caracterizou-se pelo acelerado crescimento, impulsionado pela presença do grande capital, 'em sua maioria de grandes grupos estatais e privados, tanto nacionais como estrangeiros'" (ROCHA E MORANDI, 2012, p. 114).

Mas é preciso salientar que essa é uma narrativa, e não um consenso, e que existem autores e visões divergentes em torno dessa abordagem. Nossa análise se concentra no sentido de considerar que, apesar de pretender ser hegemônica e propagada como tal, essa narrativa não é única, pois existe uma disputa em torno dessa construção social.

Dito isso, novamente frisamos a já mencionada visão consagrada de Siqueira (2010) sobre os impactos dos grandes projetos no desenvolvimento do Estado. Ainda na década de 1990, Siqueira (2010) trazia, na academia e na cena política capixaba, indagações sobre o que, de forma muito lúcida, denominou desenvolvimento desigual, contrapondo-se à tese de que os grandes projetos só trouxeram benefícios ao Estado.

De acordo com Siqueira (2010), os dados estatísticos e econômicos demonstram o processo de favelização da região da Grande Vitória, em virtude da diáspora sofrida pelo núcleo rural em busca de locação no mercado de trabalho e da implantação dos grandes projetos.

Nesse contexto, Siqueira (2010) demonstra que a infraestrutura criada pelo governo para atender às demandas da grande indústria não foi capaz de estender para a criação de planejamento urbano que, de fato, tivesse a dimensão social de acolher, com dignidade, o contingente populacional com moradia e aparelhos sociais. Essa falta de política pública logrou o processo grave de favelização e empobrecimento que eclodiu em fins de 1980 e 1990.

Mais recentemente nos últimos anos, pesquisadores da área das ciências humanas, seguindo a narrativa de Siqueira (2010), também desmitificaram essa narrativa, como é o caso da obra de Oliveira (2013) e Nascimento (2016).

De acordo com Oliveira (2013), o processo de industrialização no estado do Espírito foi realizado em grande parte majoritária da elite urbano-regional, que esteve articulada com os governos desde o fim do governo de Francisco Lacerda de Aguiar, que, nesse contexto, atuou e influenciou diretamente nas escolhas políticas e indicações indiretas dos novos governos biônicos até 1983.

Governos indicados por essa elite urbana que administrou em função desse modelo de industrialização, centrada nos grandes projetos, construíram uma narrativa que a lógica de superação do atraso só seria vencida via esse modelo de industrialização. Essa narrativa de superação do atraso se confirma nas palavras de Nascimento (2016, p. 273): “A dimensão temporal do passado, desenvolvida sob o

paradigma do desenvolvimento, definiu a perspectiva da superação do atraso. Institui-se uma identidade histórica que permeou o discurso político e historiográfico”.

Ao seguir a crítica a essa narrativa, Nascimento (2016) destaca que, desde as décadas de 1960 e 1970, foi percebida a instituição de pesquisas em que a narrativa histórica de superação do atraso dentro do contexto de modernização econômica se dá por meio de discursos políticos em defesa do modelo de desenvolvimento econômico que privilegia a industrialização como a única forma de superar o déficit histórico: “[...] o discurso da superação do atraso é constituído por meio de um conjunto de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas [...] no presente e no passado” (NASCIMENTO, 2016, p. 60).

Essa afirmação de Nascimento será salutar, se considerarmos a narrativa constituída e propagada por ocasião das publicações alusivas aos 50 anos do Golpe de 1964. Angelo e Fagundes (2014) destacaram, a título de ilustração, a memória positiva do Golpe à declaração do ex-governador Camata, publicada no jornal A Gazeta, de que o Golpe de 1964 não prejudicou o Estado; pelo contrário, ou seja, um discurso de defesa do passado que ainda se faz no presente.

E a leitura que se faz desse passado busca solidificar essa narrativa construída nas décadas de 1960 e 1970, apesar de passados 50 anos. Mesmo tendo o privilégio do tempo decorrido, o mesmo discurso é repetido sem nenhuma crítica.

Nos feitos dos grandes projetos, bem como na tese de seus defensores em que o Estado fora beneficiado com a ditadura, nos autos não se encontram os episódios característicos dos tempos sombrios da ditadura, pois, em toda a narrativa do desenvolvimento capixaba, isso não é narrado nem sequer como “efeito colateral”, simplesmente é esquecido, ou apagado, como esquecimento de reserva.

CAPÍTULO 3

A LEITURA DO PASSADO PELO PRESENTE

Não temos que disputar a veracidade dos fatos, temos que disputar a narrativa (BORGES, 2009).

3.1 A formação da Findes

Nesta seção, discutimos o cenário econômico e o contexto de formação da Findes de 1958. A proposta deste item é compreender o surgimento da Findes, o seu papel e atuação empresarial e política até o governo de Christiano Dias Lopes Filho, para a posteriori avançar no sentido de igualmente compreender seu papel no governo dos três últimos governadores biônicos do Espírito Santo.

O processo de industrialização do Espírito Santo é considerado tardio, quando comparado com seus demais pares da Região Sudeste. Isso ocorreu pelo modelo econômico adotado na região, que dependia do cultivo do café e da exploração da madeira. Já no início do século XX, essa base econômica entrou em depressão na década de 1960, reflexo da conjuntura nacional da erradicação dos cafezais.

Essa crise da cafeicultura levou à falência financeira a elite agropecuária, e os que sobreviveram buscaram alternativas econômicas para a industrialização. Diante disso, essa elite ancorou-se no governo para iniciar um processo de industrialização, apesar de ser tardia.

Em 1900, o Espírito Santo contava com uma população de 209.783 habitantes e tinha o café, cacau, algodão, cana-de-açúcar, milho e arroz como principais produtos na balança (OLIVEIRA, 2008). Muniz Freire (1892-1896 e 1900-1904) e Jerônimo Monteiro (1908-1912) foram os políticos que tentaram alguma mudança. Monteiro montou um parque na região de Cachoeiro do Itapemirim, mas sem resultados efetivos. Florentino Avidos (1924-1928) foi o último governador a administrar o Estado, tendo os benefícios dos preços do café de forma favorável à balança estadual (OLIVEIRA, 2008).

Com a crise econômica provocada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, iniciou-se a queda dos preços do café no cenário internacional. O Brasil dependia desse produto para o sustento de sua balança comercial. Os valores do café nunca mais atingiram os mesmos índices de rentabilidade como os praticados na década

de 1930, mesmo sob o reflexo da crise. Assim, para efeito de sustentabilidade, ganhou força o discurso industrializante diante da nova conjuntura econômica que se abria nas décadas seguintes.

Entre as décadas de 1930 e 1940, ocorria a integração econômica brasileira pela industrialização, fechando possibilidades de desenvolvimento regional autônomo: estados buscam formas de complementaridade à economia mais dinâmica, neste caso, São Paulo; viu-se o mercado nacional articulando-se ante a capital industrial de SP; e o caráter comercial mais o aparato institucional eliminariam os entraves ao livre comércio regional (MOTA, 2002).

Na década de 1950, o cenário no Espírito Santo era este: a atividade industrial tinha pouco peso na economia do Estado; a renda estadual tinha a seguinte divisão: agricultura, pecuária e extrativismo (65%); o café correspondia a 60% dessa renda; no setor terciário (27%) e no industrial (8%). Com isso veio a iniciativa de substituição das lavouras de café pela criação extensiva de gado. Somou-se à exploração da madeira na região norte. Estava ainda na região mais baixa e litorânea, não tendo atingido muito a região serrana, mas seguia um fluxo de ocupação para o norte do Estado, região mais quente e de terras menos propícias ao cultivo do café (BITTENCOURT, 1987).

A economia capixaba caracterizava-se pelo pouco dinamismo e diversificação e tinha o predomínio da agricultura cafeeira (praticamente única mercadoria de comercialização extraestadual) e dificuldade de se integrar com o Brasil. A indústria existente consistia em unidades produtivas dependentes da expansão cafeeira (beneficiamento, torrefação, moagem), não estimulando a urbanização. Logo, o papel econômico do café causava polarização dos principais investimentos agrícolas, organização do mercado de trabalho e expansão da fronteira agrícola (interiorização do Estado e ocupação do solo) (MOTA, 2002).

O relatório da Secretaria de Estado e Planejamento registra tal período:

O grau de industrialização da economia estadual era extremamente baixo, registrando-se o predomínio amplo de pequenos empreendimentos transformadores de matérias-primas provenientes do setor primário (beneficiamento de cereais, madeira, mobiliários, bebidas, minerais não metálicos, etc.). Agricultura 50,3%; Indústria 7,1%; Serviço 42,6%. POPULAÇÃO – 957.238 habitantes, sendo 79% localizados na zona rural. Representa 1,84% da população brasileira (ESPÍRITO SANTO, 1978, p. 68).

O Espírito Santo contava, além desses problemas internos, com uma ameaça externa: o Rio de Janeiro. A profunda vinculação comercial do Espírito

Santo ao Rio de Janeiro até a primeira metade do século XX tinha os seguintes fatores: proximidade geográfica (ferrovia e cabotagem); até o início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro era o principal mercado urbano nacional e, até 1961, era a capital do país, expansão da economia cafeeira fluminense no sul do Espírito Santo; Rio de Janeiro absorvia 60% da exportação capixaba e fornecia 51,7% das importações do Estado (MOTA, 2002). Os cinco principais produtos vendidos pelo Espírito Santo ao território nacional eram os seguintes: café em grãos (51,8% do total exportado); madeira (5,2%); combustíveis (4,9%); animais vivos (4,1%); produtos metalúrgicos (3,1%); todos esses produtos somados, formavam 69,1% do total exportado (MOTA, 2002).

Tudo isso era somado a um comércio local fraco. Há duas linhas conjunturais apontadas pelos estudiosos: 1) conjuntura agrícola da década de 1960; e 2) fortalecimento de Vitória como centro regional (BITTENCOURT, 1987).

Nesse contexto, surgiram as primeiras organizações de classe em torno dos comerciantes no Rio de Janeiro e São Paulo, cujos esforços deram origem às organizações em volta da indústria. O mesmo caminho foi percorrido no Espírito Santo, a começar com a criação da Associação Comercial de Vitória (ACV) em 1909 (OLIVEIRA, 2016) e as demais desde a década de 1950. Porém, tudo isso era somado a um comércio local fraco.

O Espírito Santo passou a viver um paradoxo: comparado ao Rio de Janeiro e a São Paulo, onde o café foi usado para fomentar a indústria. Com a queda dos preços do café, desde a década de 1930, seria um caminho natural que a elite capixaba produtora do café e a comerciante usassem os recursos para favorecer a implantação da indústria, todavia isso não ocorreu no Espírito Santo.

Segundo Santos (2004), a baixa qualidade do café favoreceu a compra de sacas. O café era de baixa qualidade e barato. Assim, ele era comprado para fazer mistura ao café de melhor qualidade destinado à exportação, colaborando para a manutenção da lógica comerciante existente no Estado e não levando a uma política de substituição da matriz econômica.

Enquanto a mentalidade do país seguia rumo à industrialização, o governo capixaba se beneficiava do PIB gerado pelos recordes nas exportações de café. A elite mercantil exportadora estava satisfeita com os números da exportação, e a ACV via o comércio local ser movimentado por essa atividade (OLIVEIRA, 2016).

Há duas linhas conjunturais apontadas pelos estudiosos colaborando para uma mudança de quadro: o fortalecimento de Vitória como centro regional; e a conjuntura agrícola da década de 1960 (BITTENCOURT, 1987). Sobre a primeira conjuntura, até então Cachoeiro do Itapemirim tinha uma presença maior do que a capital Vitória. Esse movimento serviu para fazer esse ajuste. Vitória se tornava o local da representação política e também econômica.

Essa elite comercial capixaba conseguiu colocar Punaro Bley como interventor durante a ditadura Vargas. Punaro trabalha com foco em sanear o estado e manutenção do *statu quo* dessa elite. Jones o substituiu e tinha uma visão industrializante mais forte, porém não conseguia articular convencimento devido às circunstâncias favoráveis ao comerciante local. Portanto, ele precisou equilibrar-se politicamente diante dessa realidade (BITTENCOURT, 1987).

Podemos ver que isso ocorreu na década de 1940, com a preparação do Porto de Vitória, tendo em vista as exportações do minério de ferro pelo então recém-construído cais de Paul, além da produção escoada de Vitória a Minas, vinda da região do Vale do Rio Doce (BITTENCOURT, 1987; ROCHA; MORANDI, 2012; D'ALESSIO; GONÇALVES, 2010; VALE, 1992, 2012).

Durante a década de 1940, o Espírito Santo esteve envolvido na briga política com Minas Gerais sobre as questões ligadas à exportação do minério de ferro e ao local da sede de uma siderurgia. O estado de Minas Gerais apelava para ser em seu território, uma vez que o Espírito Santo ganharia com as exportações. Tal discussão estava alinhada ao discurso industrializante, todavia ligada ao cenário nacional e não vinculada aos interesses da elite local. Por isso, percebeu-se um descolamento do Espírito Santo aos interesses nacionais (VALE, 2012).

Tal problema foi encarado pelo governo Vargas como uma situação de interesse nacional. As empresas de Percival Farquhar foram confiscadas e com elas surgiu a Companhia Vale do Rio Doce em 1942. A questão da siderurgia foi resolvida com criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em 1941. Em 1945, ocorreu o início das operações da Companhia de Ferro e Aço Vitória (Cofavi), primeira indústria siderúrgica do Espírito Santo (D'ALÉSSIO; GONCALVES, 2010).

No governo de Jones dos Santos Neves (1951-1955), ocorreu o Plano de Valorização Econômica (PVE), criado pela Lei n.º 527, de 2 de outubro de 1951. O PVE tinha por objetivo criar uma infraestrutura necessária ao fomento do

desenvolvimento industrial. A construção da usina de Rio Bonito e usina Suíssa são fruto dessa época. O PVE propiciou o desenvolvimento do setor energético, visando à criação de empreendimentos e instalação de um parque industrial, ligando o Porto de Vitória e criando obras de infraestrutura.

De acordo com Bittencourt (1987), O PVE foi a primeira tentativa organizada e sistemática de modernizar a gestão pública com vistas a favorecer o desenvolvimento econômico do Estado.

Já no fim do governo Santos Neves (1951-1955), evidenciava-se uma agenda de desenvolvimento econômico que buscava impulsionar a indústria em âmbito estadual, de forma mais planejada. Entre as figuras-chave desse processo, estava o empresário Américo Buaid dialogando com o governador Santos Neves à busca de atrativos estaduais para fomentar a indústria capixaba.

Essa conjuntura econômica se misturou com os atores políticos da época: Jones dos Santos Neves, industrializante e desenvolvimentista, mais alinhado com a visão varguista; Carlos Lindenberg, com quem Jones partilhava ideais partidários, porém entendia que a industrialização vinha do universo agrícola; Francisco Aguiar, que se opunha aos dois e era ruralista.

[...] a lógica de urbanização e industrialização nos moldes e influência de Vargas, a preocupação de Jones estava voltada para reestruturar a economia do Estado, imprimindo-lhe diretriz diferente, com direção e sentido industrial, orientando-a para uma base mais sólida, pela diversificação econômica e diminuição de dependência da produção rural. (VILLASCHI; FELIPE; OLIVEIRA, 2011, p. 49).

A segunda conjuntura sobre a questão agrícola que se desembocou na década de 1960, como afirmam Rocha e Morandi (2012), demonstrou o início da queda do preço do café desde a segunda metade dos anos 1950, o que prejudicou muito a economia do Estado. Por outro lado, nesse mesmo contexto, as alternativas de desenvolvimento econômico, já criadas no governo Santos Neves (1951-1955), viabilizaram políticas que colocaram outro centro econômico, ancorado no setor de serviços, comércio e no fomento da industrialização, deslocando, assim, o desenvolvimento para o centro urbano e o fortalecimento de capital como eixo de desenvolvimento.

Nesse contexto, ocorreram dois importantes movimentos na década de 1950: o surgimento da Federação do Comércio (Fecomercio) em 1954 e a Findes em 1958. Ambos foram movimentos feitos por Américo Buaid. O modelo sindical proposto por Vargas favorecia o crescimento de representações classistas, e o

Espírito Santo não contava com o número mínimo: cinco delas. Assim, Buaiz batalhou nessa frente. Tal atitude ajudaria a trazer recursos para o Estado por meio do movimento sindical, além de tornar significativa a organização empresarial. A manutenção dessas entidades é compulsória.

Américo Buaiz destacava-se como um empresário arrojado e um homem de visão, representando, assim, uma elaboração social superior caracterizada pela sua capacidade técnica e de direção. No entanto, é necessário analisar que havia dois esforços distintos pela industrialização do Estado: por um lado, o esforço político na figura do PSD e de suas lideranças; por outro lado, um esforço empresarial na figura de Américo Buaiz. Veremos adiante como esses dois polos se unem por um interesse comum (OLIVEIRA, 2016, p. 65).

Na disputa política entre esses três atores, Américo fez uma corrida por fora. No segundo governo de Lindenberg (1950), que deu margem a um direcionamento industrial dentro da Findes, surgiu um grupo técnico para pensar o Estado, um ano após a formação da entidade, formado por:

Eliezer Batista, Alberto Stange, Arthur Carlos Gerhardt dos Santos, Humberto Pinheiro Vasconcelos, Aloísio Simões, Jorge Faria Santos e Bolívar Abreu. Batista era engenheiro e superintendente da CVRD; Stange era professor, advogado, escritor e político; Gerhardt era engenheiro do DER. Vasconcelos era coronel do exército e economista; Bolívar era médico sanitário e secretário de educação do governo Lindenberg. Enfim, tratava-se de um órgão que reunia o que talvez houvesse de melhor na 'inteligência' do Espírito Santo naquele momento (SANTOS, 2011, p. 158).

Arthur Carlos Gerhardt Santos propôs a formação de um estudo socioeconômico. Ele trouxe resultados efetivos e novos direcionamentos ao governo de Lindenberg. Isso demonstra que a Findes, logo no seu início, teve uma participação em ajustar os rumos do Estado em proposições. Assim, houve uma conciliação das visões norteadoras:

Para Lindenberg a industrialização estava ligada ao desenvolvimento agrícola, ao passo que, para Jones, esse processo deveria ocorrer de forma acelerada, visto que a industrialização seria a única saída para a superação das limitações econômicas do Estado (OLIVEIRA, 2016, p. 67).

Nesse contexto, surgiu a Findes, uma entidade que buscou melhor organização técnica de seus envolvidos para o crescimento do Estado. No entanto, vale destacar que Américo Buaiz foi uma personagem que desenvolveu todo esse processo praticamente só, diferentemente do ocorrido em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Sobre essa atuação de Américo Buaiz, Gerhardt Santos (2017) destacou que era tudo muito pequeno. Os empresários, segundo ele, eram comerciantes e/ou

possuíam indústrias periféricas, mas Américo Buaiz insistia para que a federação crescesse.

Desde a sua criação, a Findes, em 1958, buscou pautar o governo na agenda do desenvolvimento econômico do Estado. Com esse intuito, promoviam seminários e debates com setores empresariais e agentes políticos, dos quais participavam, a fim de discutir e, por vezes, convencer o governo dos rumos da industrialização capixaba.

Os dados davam força para prosseguir nesse sentido. O Instituto Brasileiro do Café (IBC) fazia todo o mapeamento das plantações de café, visando estancar a sangria da queda dos preços. Conforme ressaltam Morandi e Rocha (2012, p. 61), “[...] em virtude dos baixos preços, a participação do café em 1960, na renda da agricultura e na renda total, reduziu-se para 48,8% e 22,1%”. Essa fase econômica de recessão de esgotamento de um modelo agroexportador buscou na industrialização sua saída. Esse era o cenário às portas da década de 1960.

Nesse contexto de participação ativa nos organismos de planejamento e de grupos de pressão nos governos, a Findes participou ainda no governo de Carlos Lindenberg pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec) em 1960. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, chefe do gabinete de seu pai, igualmente compunha o conselho técnico da Findes e do Codec, reestruturado em 1968. Em uma das iniciativas exitosas desse conselho, o Codec conseguiu incentivos fiscais de três anos para as empresas que se instalaram nesse período no Estado. Em todas essas pautas, a Findes teve uma participação efetiva, debatendo e discutindo diretamente com o governo suas reivindicações (FINDES, 1998; SILVA, 1993).

Um exemplo dessa atuação foi a participação do presidente Américo Buaiz, em 1968, no 1.º Simpósio sobre o Desenvolvimento do Espírito Santo, promovido pelo deputado João Calmon. Na oportunidade, o presidente da Findes defendeu a ideia da criação de distritos industriais, como forma de incentivar e dar infraestrutura às instalações de novas empresas.

Nesse cenário de pautar o governo positivamente em razão das reivindicações industriais, a Findes solicitou ao governo federal a criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Médio Leste (Comleste), que buscava isenção de imposto e taxas para a importação de equipamento, visando gerar

emprego na região. O chamado memorial foi entregue ao presidente Arthur da Costa e Silva e foi imediatamente descartado pelo então ministro Roberto Campos.

Porém, em âmbito estadual, conforme assevera Silva (1993), a Findes conseguiu pautar, em nível estadual, o governo em várias de suas iniciativas, além de ter acento privilegiado nos órgãos e nos conselhos estaduais de forma efetiva. Buscando sempre incentivos e apoio para a implantação de empresas, como foi o caso da criação do Fundap narrado por Silva (1993), que, embora fosse pensado pelo empresário Graciliano Espíndola e apresentado ao governador Dias Lopes, de fato a proposta saiu como projeto idealizado pela Findes (SILVA, 1993; FINDES, 1998).

Em 1969, após muita discussão com o executivo estadual, desde a criação do Codec, a Findes conseguiu articular e organizar a Coordenação do Planejamento Integrado do Espírito Santo (Coplan), que mais tarde, em razão das demandas industriais crescentes, se transformou em Superintendência de Polarização de Projetos Industriais (Suppin), autarquia estadual criada em função dos investimentos industriais, com o objetivo de administrar o Centro Industrial de Vitória (Civit) (GONÇALVES, 2005).

Ao que podemos perceber com base na análise de Justo Correa Silva (1993), segundo Oliveira (2016), no governo de Christiano Dias Lopes, a Findes logrou êxito como uma entidade de interesse de classes, tendo não somente pautado e conseguido políticas implementadas com base em sua agenda de desenvolvimento, além de fazer parte do *staff* influente politicamente do governo Dias Lopes. Segundo Silva (1993), a Findes participou de todos os conselhos que estavam diretamente vinculados com sua pauta. Ao todo, foram dez conselhos. Silva, referindo-se a essa participação, ressalta:

Sob o ponto de vista unicamente da representação junto a esses colegiados e ao potencial indireto de obtenção de informações, através de alguns desses conselhos, podia a FINDES ouvir o que se passava em boa parte da administração pública estadual, direta e indireta (SILVA, 1993, p. 212).

Porém, no governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1970-1975), seguido dos governos Élcio Alvares (1974-1979) e Eurico Resende (1979-1983), a Findes mantinha uma atuação marcante, mas perdia algumas batalhas, como foi o caso do Civit, que, embora implantado, não foi exatamente do jeito que a Findes almejava. Do nosso ponto de vista, isso ocorreu primeiro, em virtude de a visão de Gerhardt Santos estar voltada para a atração de grandes investimentos de capital

estrangeiro e a Findes possuir uma atuação entre empresários locais. Ademais, sobre esse período, Gerhardt Santos rememora:

Aqui para nós até hoje a FINDES eles têm uma visão voltada para o pequeno industrial. Para Aracruz, a ArcelorMittal, a FINDES tem uma relativamente pequena. Esta estrutura sindical da época de Getúlio Vargas, foi ele quem criou esta estrutura arcaica, antiga, do regime do Mussolini, você vê hoje nosso regime trabalhista, hoje (SANTOS, 2017, p. 1).

Desse modo, de forma mais específica, analisamos a participação da Findes nos governos de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), Élcio Alvares (1975-1979) e Eurico Resende (1979-1983), visando compreender o papel desempenhado pela federação na construção da memória positiva do Golpe e da ditadura militar no Espírito Santo. Nossa premissa parte do pressuposto de que a Findes protagonizou e fez uma leitura positiva desse período. Nossa inquietação é compreender como se construiu a leitura desse passado, como foi sua tradução pela Findes e como e o que essa memória consolidou na sociedade capixaba.

3.2 Análise do conteúdo da Revista Indústria Capixaba entre 1970 e 1983

3.2.1 A caracterização da revista

Fizemos a análise do conteúdo da Revista Indústria Capixaba, veículo de comunicação corporativa da Findes, utilizando a metodologia de pesquisa análise de conteúdo, cuja principal referência é Bardin (2011). E, com base nos conteúdos selecionados e analisados, procedemos à leitura do passado pelo presente estabelecendo uma interrelação entre os achados das revistas e as teorias acerca do Golpe de 1964 e da ditadura militar.

A Revista Indústria Capixaba surgiu nos anos 1960, dois anos após a fundação da Findes. A revista é uma publicação corporativa, de tiragem exclusiva à classe empresarial capixaba filiada à Findes por meio de assinatura de seus associados. Em 1958, havia apenas quatro sindicatos filiados à federação. Já no período de análise (1970 a 1983), eram 19 sindicatos filiados. Contudo, não foi possível quantificar e recuperar a informação total de empresários assinantes da revista nesse período, pois a Findes não permitiu acesso total à documentação, e ficamos sem acesso às correspondências oficiais, emitidas pela presidência e diretoria.

Diante do que podemos aferir, essa documentação fica em um arquivo de fundo fechado, fora da biblioteca da Findes, sem acesso para pesquisadores desde a produção do livro comemorativo dos 50 anos em 2010.

Essa é uma prática muito comum, segundo Pollack (1992). As instituições, quando organizam a própria memória, tendem a fazer um processo de enquadramento, selecionar e disponibilizar só aquela documentação que explicita a história da identidade que ela quer consolidar.

Nesse processo de enquadramento, ocorre, em regra, a seletividade, pois, em muitos casos, restringe-se um conjunto de outras fontes importantes ao grifo do pesquisador. Nessa direção, Pollack destaca que,

[...] a partir do momento em que o Partido Comunista amarrou bem sua história e a sua memória, essa mesma memória passou a trabalhar por si só, a influir na organização, nas gerações futuras de quadros; os investimentos do passado, por assim dizer rendem juros (POLLACK, 1992, p. 206.)

Ante esse cenário, nosso escopo de análise foram as revistas Indústria Capixaba (1970-1983), cada uma delas tinha uma edição mensal, sem explicitar a sua tiragem. Considerando a lógica da periodicidade mensal, deveriam constar 147 revistas para o período estudado. Mas, na realidade, nossa pesquisa só conseguiu localizar nos arquivos da Findes 128 exemplares entre 1970 e 1983. O nosso recorde até março de 1983, quando findaram os governadores biônicos, exatamente no governo Eurico Rezende. Faltava localizar 19 exemplares que, embora sejam referenciados nas publicações oficiais dos livros institucionais, não mais fazem parte do acervo textual da biblioteca da Findes.

Desse modo, o conteúdo analisado ficou com um universo de 128 revistas, das quais 126 apresentavam informações relevantes para a compreensão do nosso estudo. Cada revista tem entre 26 e 36 páginas.

A Revista Indústria Capixaba tem o seguinte formato de edição: primeiro, inicia-se com um editorial, intitulado *A Palavra do Presidente*. Nesse editorial, o presidente da federação assina e defende as pautas empresariais e econômicas mais relevantes da edição, e os assuntos de maior relevância, em regra, são a matéria de destaque da revista.

Após o editorial, as demais matérias estão sempre relacionadas à defesa das pautas de desenvolvimento industrial ligadas aos diversos setores que a Findes representava, pautando, por vezes, questões econômicas estaduais e, em alguns

casos, questões nacionais, muito raramente mundiais. Os conteúdos nacionais foram sempre com interface com a política de desenvolvimento regional pela óptica do empresariado local.

Há também um espaço permanente de matéria reservada às informações do Sistema S, a saber: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social da Indústria (Sesi); além do Centro da Indústria do Espírito Santo (Cindes).

3.2.2 O método análise de conteúdo

Diante do histórico e da caracterização da publicação, ressaltamos, como já prescrevemos nas notas introdutórias, que nosso estudo focaliza uma perspectiva histórico-sociológica com uma abordagem qualitativa. E, para que fizéssemos a leitura do conteúdo da Revista Indústria Capixaba, usamos o método de análise de conteúdo com base no conceito apresentado por Bardim (2011).

O método “análise de conteúdo” é bem difundido nas pesquisas de ciências sociais, por apresentar um conjunto de técnicas que permite a organização, categorização e o ordenamento dos conteúdos a serem analisados, propiciando ao pesquisador vislumbrar inferências e evidências do campo pesquisado. Essa forma metodológica é, para Bardin,

Um conjunto de técnica de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (BARDIN, 2011, p. 47).

Ao nos valermos do método de Bardin (2011) e partirmos dos achados de nosso estudo que focalizou a Findes como uma entidade de representação empresarial, temos a leitura do passado com elementos que apontam a construção de uma narrativa acerca do desenvolvimento econômico do Espírito Santo desde o Golpe de 1964 e da ditadura. É justamente essa narrativa em disputa, difundida pelas elites empresarias e políticas que pretendemos compreender aplicando o método de análise de conteúdo.

Ademais, para tamanho esforço de análise, conforme o método, adotamos a categorização dos conteúdos encontrados na revista, fazendo a divisão em categorias, subcategorias e as principais variáveis que cercam o nosso objeto.

Conforme já dissemos, nosso estudo entendeu que essa narrativa do desenvolvimento econômico foi ancorada nos grandes projetos, portanto, a primeira

e principal categoria de análise consiste nos grandes projetos, com todas as plantas industriais a serem implantadas nesse período. Nosso estudo valeu-se da definição dos Grandes Projetos Industriais adotada por Siqueira (2010) e seguida por vários outros pesquisadores, quando o assunto é esse tema.

Desse modo, nosso instrumento de coleta dos conteúdos contidos na Revista Indústria Capixaba estabeleceu as seguintes categorias com as respectivas subcategorias.

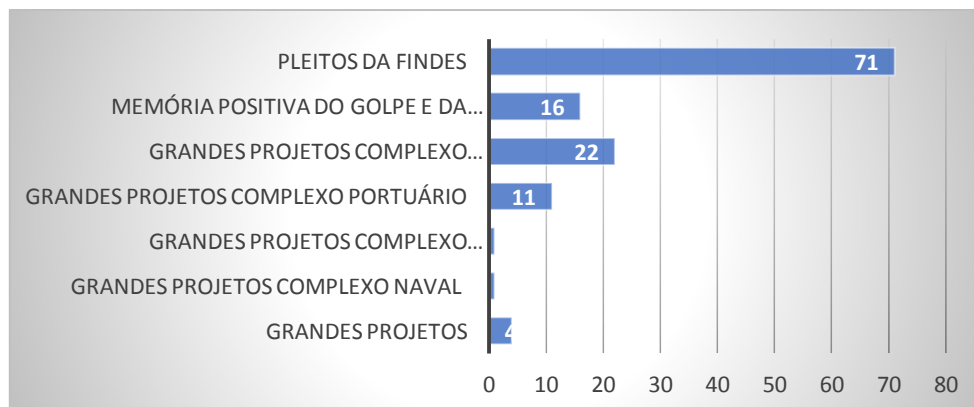
3.2.3 As categorias de análise

Quadro 3. Categorias e subcategorias projetos industriais

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Grandes Projetos Complexo Siderúrgico	Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) Vale Samarco
Grandes Projetos Complexo Paraquímico	Aracruz
Grandes Projetos Complexo Portuário	Porto de Vitória Praia Mole Capuaba
Grandes Projetos Complexo Naval	Estaleiro de reparos navais
Pleitos da Findes	Incentivos Fiscais Centro Industrial de Vitória (Civit)
Memória Positiva do Golpe e da ditadura militar	Eventos comemorativos

Fonte: Elaborado pela autora com base em Siqueira (2010).

Gráfico 3. Quantidade de conteúdo da Revista Indústria Capixaba por categoria de análise



Fonte: Elaborado pela autora com base na Revista Indústria Capixaba (2018).

As variáveis que permeiam nossa análise acerca do conteúdo levantado são, respectivamente, Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Geres), Fundo de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Funres), Imposto sobre circulação de mercadorias (ICM), Políticas Governamentais.

A respeito do método de pesquisa análise de conteúdo em Bardin (2011), para se efetuar a pré-análise, fez-se necessário percorrer os seguintes passos: a) **leitura flutuante**, o primeiro contato com os documentos responsáveis pela coleta dos dados; b) **escolha dos documentos**, definição do documento específico a ser analisado; c) **formulação das hipóteses e dos objetivos**; d) **referenciação dos índices e elaboração de indicadores**, que estão diretamente ligados os recortes de texto extraídos dos documentos a serem analisados.

A segunda fase da pesquisa é de exploração, cujo papel do pesquisador é explorar o material prospectado na primeira fase e definir as categorias, que são os sistemas de codificação e a identificação das unidades encontradas para o registro. Essa unidade de registro é fundamental para codificar o que corresponde a cada segmento/categoria do conteúdo. É igualmente primordial que essa categoria represente bem a unidade de compreensão do conteúdo da mensagem, com o objetivo dar exatidão e significação à unidade que será registrada.

A exatidão dessa fase de exploração do material é uma etapa crucial de pesquisa, pois vai garantir, ou não, a qualidade das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, quando o *corpus*, ou material prospectado, será submetido a uma análise mais acurada, norteadas pelas hipóteses, bem como suas interfaces com os teóricos que sustentam o objeto. Desse modo, a codificação, a classificação, e sobretudo a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2011).

Já a terceira fase se refere especificamente ao tratamento dos resultados encontrados após a análise das inferências e a interpretação. Nessa fase, é realizado o tratamento analítico dos resultados. Ocorrem a condensação e o destaque das informações para a análise, que resultará nas interpretações, no primeiro momento, com base nas inferências. Segundo Bardin (2011), é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

Para Bardin (2011, p. 103), as dimensões da codificação e a categorização viabilizam as interpretações e as inferências: “[...] corresponde a uma transformação – efectuada (sic) segundo regras precisas – dos dados brutos do

texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão”.

Após a codificação, segue-se para a categorização, a qual consiste na classificação de elementos constitutivos de um conjunto por distinção. Na sequência, procede-se a um rearranjo do segundo gênero (análogo) com regras anteriormente delimitadas.

Bardin ressalta que “As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 2011, p. 117).

Ao seguirmos a pista deixada por Bardin (2011), criamos as categorias de análise, considerando nosso referencial teórico. Nesse quesito é salutar registrar que nosso objeto são as revistas da Findes, com o objetivo de ler para compreender a narrativa que a entidade fez do Golpe de 1964 e da ditadura militar.

Nosso referencial teórico indica que essa narrativa em grande medida foi ancorada com base na tese de que os Grandes Projetos Industriais implementados no Estado nesse período foram traduzidos como parte da justificativa de que o Espírito Santo foi beneficiado pelo regime autoritário.

Desse modo, definimos que nossas categorias de análise são as principais plantas dos projetos industriais. E, para tal definição de quais eram esses projetos industriais, seguimos a de por Siqueira (2010).

As demais categorias foram criadas depois do do universo institucional da Findes, que, na fase de pré-análise, entendemos ser pleitos da Findes e, por último, a categoria Memória Positiva do Golpe, seguindo a mesma lógica de exploratória.

Por fim, definimos as variáveis que cercam o objeto por ocasião das leituras e inferências, que foram justamente as políticas governamentais e as políticas específicas de incentivo fiscal. Todos esses instrumentos analíticos de categorização, codificação e das variáveis foram essências e lançaram luz sobre nosso objeto de pesquisa.

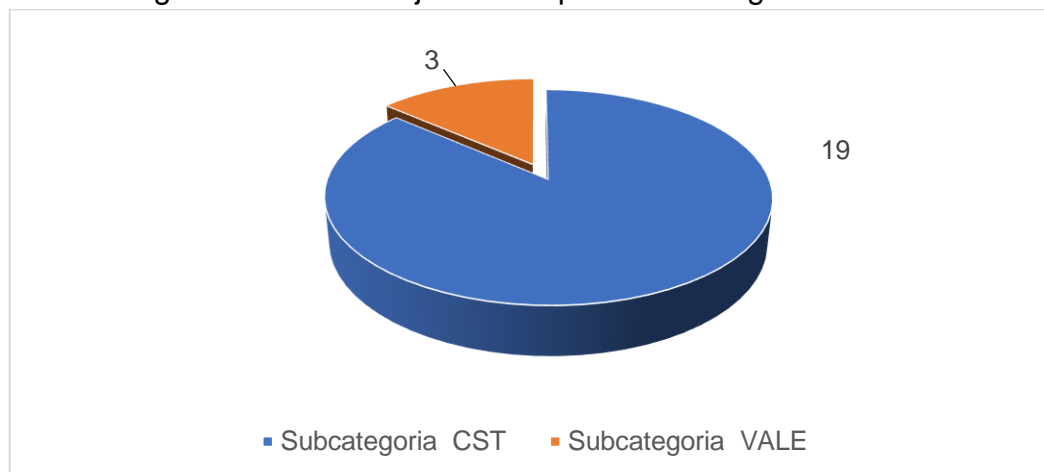
Uma vez explicitadas as categorias de análise, as subcategorias e as variáveis, passamos a explorar o conteúdo encontrado quanto à leitura da Revista Indústria Capixaba, em primeiro momento.

3.2.4 Apresentando as categorias e subcategorias e os resultados

3.2.4.1 Grandes projetos complexo siderúrgico

Nossa primeira categoria versa sobre os Grandes Projetos Complexo Siderúrgico. Essa categoria apresentou 23 conteúdos na Revista Indústria Capixaba e a subcategoria CST apresentou 19 publicações, conforme se ilustra no gráfico 4.

Gráfico 4. Categoria Grandes Projetos Complexo Siderúrgico



Fonte: Elaborado pela autora com base na Revista Indústria Capixaba (2018).

A categoria Grandes Projetos Complexo Siderúrgico e a subcategoria CST obtiveram mais publicações, enquanto a Companhia Vale do Rio Doce (Vale) ficou com três publicações. Samarco Mineradora, integrante desta categoria, não foi citada em nenhuma matéria.

Diante dessa quantificação, destacamos: primeiro, a CST era o projeto de maior relevância naquele processo do desenvolvimento industrial dentro da política estabelecida pelos governos militares que privilegiaram a potencialização do setor siderúrgico nacional (RIBEIRO, 2005). Por isso, inferimos ser o motivo de maior quantidade de citações.

Segundo, em virtude da acirrada disputa empreendida entre os estados da Região Sudeste, sobretudo o estado de Minas Gerais, para ser sede da usina siderúrgica. O Espírito Santo, apesar de seu parco peso político e empresarial, contava com o fato de ter águas profundas naturais e uma logística de transporte consolidada pela Vale, via estrada de ferro Vitória a Minas, que favorecia o escoamento dos produtos.

Terceiro, o governo de Gerhardt Santos, diferentemente do de Dias Lopes, pautou-se pela atração de indústrias de grande porte, sobretudo os investimentos com consórcios internacionais. E, desde a participação no Conselho

do Codes e depois na presidência do Bandes, contava com o engenheiro Eliezer Batista, presidente da Vale. Ambos buscavam apoio governamental e consórcio estrangeiro para implantar a tão sonhada siderúrgica no Estado, pois a instalação da CST impulsionava o corredor de transporte de minério da Vale na ponta de Tubarão (SANTOS, 2003).

Essa longa disputa, com idas e vindas, explica a quantidade significativa de conteúdo da Revista Indústria Capixaba sobre a CST: desempenha um papel importante em não somente publicitar para o empresariado local a disputa pela siderurgia em solo capixaba, mas, sobretudo, construir a narrativa em defesa da CST e dos ganhos econômicos que os empresários capixabas poderiam obter, uma vez que, no entorno desse grande empreendimento internacional, surgiu o fomento de indústrias satélite.

Mas como a Findes se posicionou e fez a narrativa dos Grandes Projetos Complexo Siderúrgico?

Essa narrativa fica explícita em todos os conteúdos prospectados em nosso trabalho. O fato mais relevante foi a assinatura da criação da Siderbrás, *holding* estatal criado para gerenciar o consórcio internacional de investidores da CST, ocorrido no Palácio Anchieta, em 17 de setembro de 1973. O ato de criação contou com a presença do presidente Emílio Garrastazu Médici e do governador Arthur Carlos Gehardt Santos, tendo a Findes como testemunha (RIBEIRO, 2003).

Na oportunidade e como forma de prestigiar os empresários capixabas ligados à Findes, Médici inaugura rapidamente o Centro Social do Sesi, em Jardim Camburi (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1973).

Nesse contexto de explicitarmos a narrativa da revista em torno da construção da CST, selecionamos o conteúdo intitulado **Ministro confirma Usina de Tubarão**. A publicação aborda a confirmação do ministro Severo Gomes sobre a construção da CST. A matéria traz o diálogo ocorrido na Findes, entre o ministro, os empresários e governador Elcio Alvares. O ministro prestou informações sobre o consórcio de empresas que iria construir a CST com a Siderbrás. Além disso, afirma os questionamentos de que a **defesa da empresa privada nacional é diretriz fundamental do governo**. A matéria ainda destaca as consequências dos grandes projetos para alavancar a economia local. E termina assim: “[...] O Pleito é apresentado porque entendemos que todos os esforços devem ser somados para

que se possa atingir um desenho de desenvolvimento econômico real, que deve ser integrado e harmônico” (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1975, p. 9).

Consta ainda nas publicações da Revista Indústria Capixaba a realização de um seminário promovido pela Findes, com o tema “CST, O PROJETO SIDERÚRGICO VISTO PELOS EMPRESÁRIOS”. O conteúdo da matéria afirma a posição de Gerhardt Santos sobre as oportunidades para as empresas do Espírito Santo. “[...] Olha, nós estamos estudando a possibilidade de contratar no mercado capixaba o maior número possível de profissionais” (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1981, p. 19-24).

Essa foi a narrativa encontrada ao longo das 19 matérias vinculadas na revista no que se refere à subcategoria CST. A Findes publicava as notícias e seu posicionamento de pressionar o governo pela instalação da CST, sempre buscando inserir-se como elite empresarial e reivindicando os dividendos econômicos que os pequenos e médios empresários deveriam obter com a instalação da companhia como parte do resultado do projeto de industrialização no período ditatorial.

Para reforçar nossa afirmativa, destacamos trechos do discurso do presidente Ernesto Geisel, reproduzido pela Revista Indústria Capixaba, quando ocorreu a inauguração do início das obras civis da CST, reafirmando a política de desenvolvimento nacional de industrialização em áreas estratégicas, tais como:

A Companhia Siderúrgica de Tubarão corresponde aos interesses do país, e mais do que isso, corresponde a uma necessidade. [...] a indústria fica aqui no Brasil. [...] representa um fator da impulsão no desenvolvimento interno do país! [...] ainda a um outro aspecto que considero muito importante, que é a nossa descentralização industrial. Diferentes (...) inclusive as usinas siderúrgicas instaladas em Minas Gerais [...]. **E agora chegou a vez de tirar o proveito das condições especiais que o Estado do Espírito Santo oferece** [...]. É o que vamos fazer a [...]. (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1978, p. 5-6, grifo da autora).

Diante do pronunciamento de Geisel e da lógica da análise de conteúdo em Bardim (2011), para entendermos o conteúdo, fazermos as inferências e interpretarmos os fatos narrados, podemos afirmar que fica evidente que a implantação da CST estava dentro da lógica da modernização autoritária em curso no país e que a decisão de ficar no estado do Espírito Santo respeitou a lógica de expandir a indústria desse porte para regiões em que ainda não havia indústria.

Desse modo, o Espírito Santo atendia à lógica de desenvolver a industrialização, não somente pela parca industrialização, mas também pela proximidade com a Companhia Vale do Rio Doce e por suas condições de logística

de transporte marítimo, o que podemos aferir do que Médici classificou de *Condições especiais*.

Diante dessas considerações sobre o conteúdo apresentado na Categoria Complexo Siderúrgico, a subcategoria CST não só apresentou mais matérias, como ainda foi o conteúdo que mais corroborou a narrativa de que os grandes projetos só se instalaram no Estado em razão de o regime ser ditatorial. Essa narrativa está presente nos conteúdos que afirmam que a CST veio para o Espírito Santo porque os militares agiram de forma técnica e não consideraram o tamanho do Estado, tampouco seu peso político.

Essa visão é uma construção bem consolidada do caráter técnico dos militares e se repetiu igualmente na fala de Gerhardt Santos (2017), quanto ao seu depoimento para nossa pesquisa. “Só conseguimos a CST porque estamos num estado de exceção, do contrário, perderíamos para o peso político de São Paulo e Minas”.

Porém, faz-se necessário indagar sobre alguns argumentos que construíram essa narrativa. Primeiramente sabemos que os fatores logísticos e geográficos foram importantes. Mas é preciso evidenciar que primeiramente a CST era um sonho capixaba antigo, e o fato de a Companhia Vale do Rio Doce, fundada em 1949 estar situada na ponta de Tubarão colaborou muito para esse caráter técnico-logístico. A CST agregaria valor e facilitaria os processos produtivos da Vale. Mais: como já dissemos, o ex-presidente da Vale Eliezer Batista atuou mesmo antes do Golpe, para que a empresa fosse construída aqui em função da Vale (VALE, 2012; SANTOS, 2017).

Desse modo, a Revista Indústria Capixaba reafirma a narrativa nacional do caráter técnico dos militares na condução política do país construída nacionalmente. Ora, se houvesse um modelo de gestão militar que definia tecnicamente os projetos industriais, como o caso da CST, por que ocorreu tanta disputa entre as regiões, sobretudo do Sudeste pela disputa da Usina? Mais: por que a revista precisou narrar e defender de forma veemente e corporativa? Nesse período, a Fines promoveu reuniões, debates, seminários, visitas técnicas, envolvendo ministros e sempre publicitando todos os feitos. Do nosso ponto de vista, as narrativas descritas no conteúdo da revista demonstram uma acirrada disputa tanto pela construção da CST quanto pelos dividendos econômicos e políticos dessa construção como empresariado capixaba.

Ademais, a subcategoria Vale apresenta apenas três matérias, sem grande relevância, tratando dos impactos econômicos da Vale e sua expansão na economia do Estado, enquanto na outra subcategoria Samarco Mineração não aparecem publicações, embora seja uma das âncoras da expansão da Vale, contida na planta dos grandes projetos.

O que pode explicar a parca quantidade de conteúdo sobre a Vale e a inexistência de matéria relevante sobre a empresa Samarco Mineração reside no fato de que a Vale já era uma estatal consolidada. E a Samarco Mineração estava diretamente vinculada a ela, além da distância da planta, em Ubu, longe das unidades industriais desses pequenos empresários vinculados à Findes, não sendo palco de disputas regionais. Sua inauguração foi no fim do governo de Élcio Alvares, em 1977, com sociedade mista entre a Vale e empresas estrangeiras; portanto, não foi disputa de nenhuma narrativa. Estava no bojo da expansão e da logística de transporte de minério da Vale.

As narrativas descritas no conteúdo da Revista Indústria Capixaba sempre evidenciavam a preocupação com que a construção da CST deveria incluir o pequeno e o médio empresário nos grandes empreendimentos. Tomando por base a narrativa acima, podemos verificar a tônica de todas as 19 matérias por ocasião das publicações sobre a Companhia Siderúrgica de Tubarão, que sempre traziam o posicionamento da Findes em pontuar que os pequenos e médios empresários tinham que estar inseridos nesse processo de desenvolvimento industrial.

Nesse quesito, a Findes atuava na representação da elite empresarial capixaba, que, mesmo muito pequena e incipiente, buscava atuar como uma elite de pressão dentro do contexto do desenvolvimento industrial do Espírito Santos. A participação da Findes nos conselhos de desenvolvimento dos governos biônicos visava principalmente inserir o empresário local na esteira dos grandes projetos, cujo ponto de maior destaque e de pressão empresarial se deu no entorno da construção da CST.

Na perspectiva de análise de conteúdo adotado em Bardim (1997), observou-se que, na Categoria Grandes Projetos Complexo Siderúrgico, a subcategoria CST foi a mais publicizada em função do processo de disputa entorno da construção da CST. No entanto, essa subcategoria contribuiu com maior peso na construção da narrativa sobre o Golpe e a ditadura como agentes benéficos para o Estado, pois viabilizou os grandes projetos, no caso da subcategoria, a Companhia

Siderúrgica de Tubarão (CST). O editorial narrou a disputa que envolveu o estado de São Paulo e a Fiesp: “Foi preciso dizer não a São Paulo [...] empresários e a [...] Fiesp [...], mais uma vez, São Paulo pretendeu conquistar ao invés de reivindicar” (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1979, p. 1).

Essa narrativa noticia em tom muito contundente a crítica da Findes à Fiesp, mais especificamente ao estado de São Paulo, sobre a disputa para a instalação da CST. No editorial, a Findes reafirma a narrativa que o governo federal se definiu em favor do Espírito Santo, por considerar tecnicamente mais viável. E essa será a tese abordada em todas os conteúdos:

O expediente não logrou êxito, dada a fragilidade dos argumentos levantados que não requereram muito esforço de contestação por parte do pessoal técnico da CST e da Siderbrás. [...] Ótimo! Afinal prevaleceu o bom senso e o projeto consolidou-se. O certo, contudo, é que foi preciso dizer não a São Paulo. Obrigado, Presidente Ernesto Geisel! (INDÚSTRIA CAPIXABA, Vitória, 1979, p. 1).

A narrativa descrita em partes do editorial ajuda a compreender como foi construída e propagada a memória positiva do regime ditatorial, usando o processo de industrialização em curso. É interessante ainda mencionar, considerando citação acima, que, ao longo do processo de implantação da CST, a tessitura dessa ideia foi sendo construída à medida que a Findes pautava e noticiava, na Revista Indústria Capixaba, suas reivindicações de participação nos dividendos econômicos da siderúrgica.

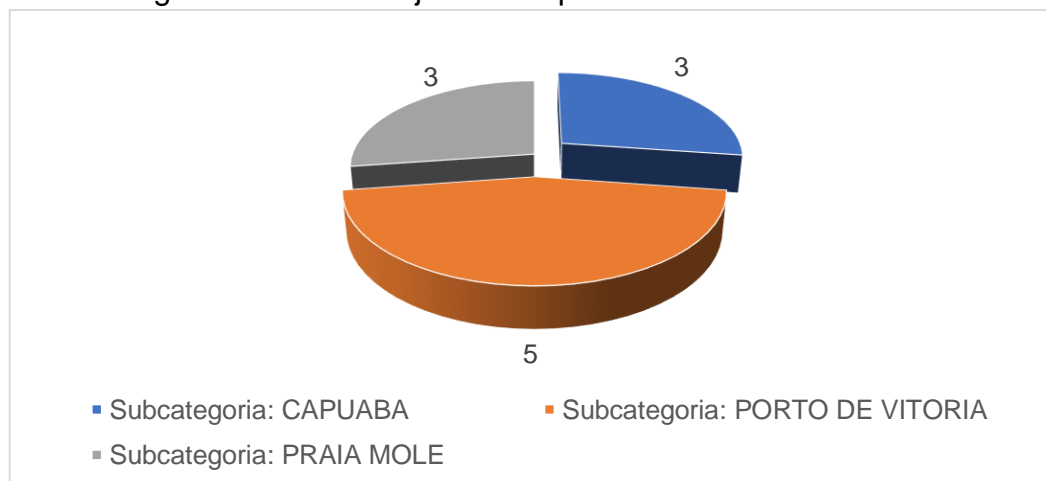
Essa constatação deve ser entendida à luz de Halbwachs (2006): a memória coletiva de uma sociedade é escrita com base na memória de determinados grupos, entre as quais existem semelhanças e inter-relações. A Findes imprimiu essa memória coletiva nas narrativas que fez do seu tempo naquele momento histórico.

3.2.4.2 Categoria Grandes Projetos Complexo Portuário

Na categoria Grandes Projetos Complexo Portuário foram prospectados 11 materiais, cuja maior predominância foi o Porto de Vitória, com cinco matérias, seguidas de três sobre o Cais de Capuaba e três sobre Praia Mole.

O conteúdo da categoria Grandes Projetos Complexo Portuário está diretamente vinculado à expansão do Porto de Vitória e, conseqüentemente, à implementação do cais de Capuaba e do porto de Praia Mole.

Gráfico 5. Categoria Grandes Projetos Complexo Portuário



Fonte: elaborado pela autora com base na Revista Indústria Capixaba (2018).

Os conteúdos dessa subcategoria referente ao Porto de Vitória ressaltam a importância da ampliação do Porto de Vitória para escoar produtos em virtude dos grandes projetos. A empresa PIDNER S/A entregou à administração pública mais nove plataformas ferroviárias, aumentando a capacidade para 70 mil toneladas. Na solenidade, o presidente da Findes, Osvaldo Vieira, salientou a importância da expansão do Porto de Vitória para o desenvolvimento dos grandes projetos (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1972, p. 12-15).

Na subcategoria Capuaba, o destaque é a inauguração do cais em 1979. Como ressalva a matéria, o Cais integra o corredor de Exportação interligando os Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e de Goiás. Seguindo a lógica da expansão do corredor de produção capixaba, a Findes cobra da PORTOBRÁS, a obra do porto de Praia Mole, em atraso (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1979, p. 5-6).

Em outra matéria, os empresários da federação reclamam que a última obra física construída no Espírito Santo para a implantação do corredor de exportação foi inaugurada, porém inacabada, no fim do governo de Élcio Alvares (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1982, p. 17-22).

Na subcategoria Praia Mole, o conteúdo da narrativa da revista declara o porto de Praia Mole como essencial para o cumprimento de mais uma etapa dos grandes projetos, pois o porto otimiza os serviços de exportação da economia capixaba (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1982, p. 22).

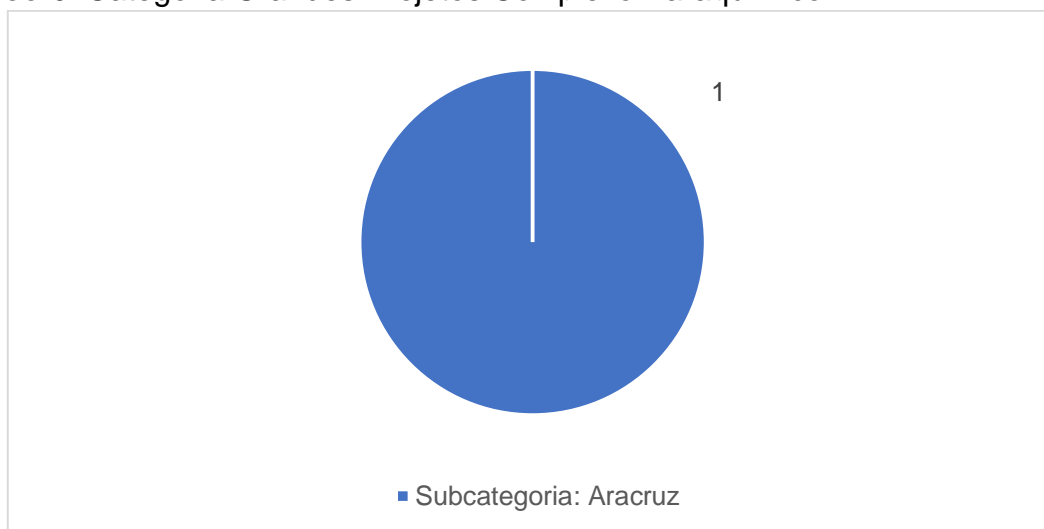
A análise da categoria Complexo Portuário evidenciou que, apesar de o porto ser estratégico aos Grandes Projetos Industriais, a Findes não publicitou continuidade significativa de matérias sobre o tema, muito em razão da pouca

governabilidade do setor pelos empresários capixabas e do fato de esse setor da economia já estar consolidado. E, nesse momento da industrialização, a expansão portuária estava acontecendo.

3.2.4.3 *Grandes Projetos Completo Paraquímico*

Na segunda categoria de análise Grandes Projetos Complexo Paraquímico, a única subcategoria foi a Aracruz Celulose. O conteúdo mais relevante foi uma única publicação.

Gráfico 6. Categoria Grandes Projetos Complexo Paraquímico



Fonte: Elaborado pela autora com base na Revista Indústria Capixaba (2018).

O conteúdo abordava o processo de construção da Aracruz Celulose, tendo por prazo para iniciar a produção de celulose branqueada de 100 milhões de toneladas em 1976. A demonstração foi feita ao governador Arthur Carlos Gerhardt Santos e aos diretores da Aracruz, ao diretor presidente Erling Lorentzen, ao conselheiro Otacilio Coser da Aracruz Floresta, ao acionista da Aracruz Celulose Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1973).

Esse conteúdo nos relevou um dado novo: pela primeira vez, no tocante à publicidade dada aos grandes projetos, apareceram entre os acionistas empresários capixabas ligados ao Conselho Técnico da Findes, sendo estes legítimos representantes da elite empresarial e política local: Octacílio Coser, Cariê Lindenberg (filho do ex-governador e senador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg), herdeiro do Jornal A Gazeta.

Conforme assevera Costa (2010, 2014), a elite empresarial e a elite política são parte do mesmo processo de comando, podendo fazer-se representar nas duas esferas de poder. Em nosso entendimento, especialmente nesse setor, a elite capixaba empresarial estava inserida não apenas como satélite do processo de industrialização, mas também como parte integrante do grupo econômico que conduzia a construção da fábrica de celulose.

E isso foi um dado relevante, apesar de não termos conseguido – pelo próprio caráter de nosso trabalho, que focalizou nas leituras das revistas – averiguar a quantidade de ações, as cotas de participação e o grau de envolvimento dos acionistas no processo decisório da futura empresa. Ao final, a Aracruz celulose foi inaugurada e, mais tarde, presidida pelo ex-governador Gerhardt Santos.

3.2.4.4 *Grandes Projetos Complexo Naval*

Na categoria Grandes Projetos Complexo Naval, a única subcategoria foi o Estaleiro de Reparos Navais, com uma única matéria, que destaca a necessidade de alavancar esse setor dentro da lógica dos grandes projetos, em razão dos portos capixabas.

Gráfico 7. Categoria Grandes Projetos Complexo Naval



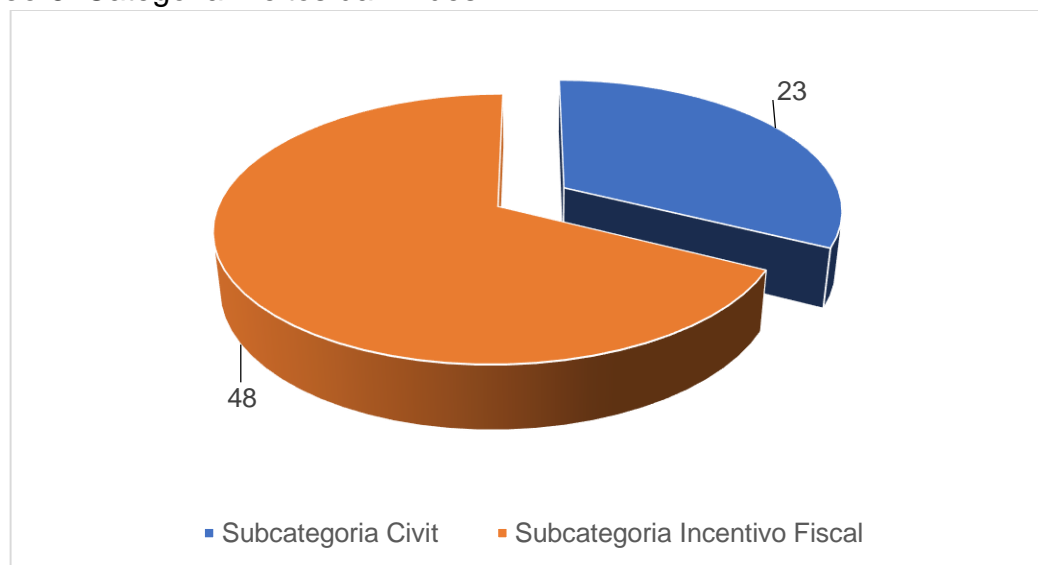
Fonte: Elaborado pela autora com base na Revista Indústria Capixaba (2018).

Nossa assertiva da parca quantidade de matéria para conteúdo está relacionada ao fato de esse projeto não ter de fato saído do papel e de a incipiente indústria capixaba não ter lógica de prestígio para pautar processo de participação nesse setor, como foi o caso da CST. A Findes reivindicava a participação nas etapas da obra civil e ainda a instalação de empresas satélites que poderiam prestar serviços a empresa em desenvolvimento.

3.2.4.5 Categoria Pleitos da Findes

A categoria de análise Pleitos da Findes apresentou 71 conteúdos, tendo duas subcategorias: Civit e Incentivo Fiscal. A subcategoria Civit obteve uma quantidade de 22 conteúdos, enquanto a subcategoria Incentivo Fiscal ficou com 49 conteúdos. Desse modo, o maior conteúdo da revista esteve voltado às pautas reivindicadoras do empresariado.

Gráfico 8. Categoria Pleitos da Findes



Fonte: Elaborado pela autora com base na Revista Indústria Capixaba (2018).

A revista era um canal de comunicação essencial para noticiar aos seus filiados a atuação da Findes como entidade articuladora dos interesses corporativos com os órgãos governamentais estaduais, por vezes, com o órgão federal, funcionando eficazmente, ao pautar os governos biônicos com suas pautas desenvolvimentistas regionais.

No caso da subcategoria Civit, o conteúdo da publicação esteve ligado ao processo de disputa quanto ao caráter do Centro Industrial de Vitória que, conforme já dissemos no item sobre a caracterização da Findes, os empresários queriam que o Civit fosse uma companhia de economia mista, controlada pelos empresários ali instalados e pelo governo. Contudo, houve disputas e narrativas contrárias ao escopo do projeto.

Para Gerhardt Santos (2017), as políticas de incentivos fiscais e celeridade nos projetos legais para a instalação das indústrias seriam mais decisivas que a construção de um espaço específico para as empresas se instalarem, além de

o setor industrial ter no Estado a logística de transporte ideal para o escoamento de seu produto.

Contudo, seu governo deu prosseguimento ao processo de construção do Civit criando inclusive a Superintendência de Polarização dos Projetos Industriais (SUPPIN) em 1971, responsável pelo planejamento desses projetos. Por fim, o CIVIT tornou-se uma autarquia estadual. Vejamos os conteúdos prescritos na revista, para entendermos a tônica das narrativas: “Findes pede a criação da SUPPIN. A curto prazo, a SUPPIN só tem significação se realmente for capaz de iniciar o processo de implantação do CIVIT” (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1971, [s.p.]).

Seguindo a mesma pista sobre a pressão política em torno da construção do Civit, a Findes publica no editorial sua capacidade de interferir nas decisões do governo:

1971 correspondeu, para a Federação das Indústrias do Espírito Santo um ano de positivas realizações. Ajudamos a empreender um gigantesco passo à frente no processo de nossa industrialização. Ao se conseguiu que o governo do Estado criasse a SUPPIN (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1972, p. 1).

Essa narrativa em torno do Civit, que teve início ainda no governo de Dias Lopes, permeou várias edições da revista. Já em 1976, a revista destaca o discurso do governador Élcio Alvares: “O governo passa por dificuldades políticas e estruturais de convergir interesses dos Grandes empreendimentos [...] com os interesses dos pequenos e médios empresários ora representados pela FINDES” (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1976, p. 28).

E, na mesma matéria, a edição reproduz a fala do presidente da Findes, Jones dos Santos Neves Filho: “[...] O papel da Suppin, para a concretização do Civit”. E a mais é claro que sem a participação da Findes nos pleitos governamentais essa realidade não seria possível” (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1976, p. 29).

E, finalmente, depois de a Findes ter exercido, de forma organizada, a pressão política entorno do processo de concepção e de construção, o Centro Industrial de Vitória foi entregue à comunidade empresarial e funciona em Carapina, na Serra, tendo instalações de uma unidade do Sesi. A área para a construção do Sesi foi doada para a Findes pelo governador Élcio Alvares (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1979, p. 5).

Na mesma linha, passamos a analisar os dados referentes à subcategoria Incentivo Fiscal. O conteúdo sobre a subcategoria obteve 49 conteúdos ao todo,

sendo, por conseguinte, o maior número de publicações da Revista Indústria Capixaba.

Nessa subcategoria, a defesa da Findes esteve focada em garantir, mais uma vez, incentivos fiscais para os pequenos e médios empresários participarem do processo de industrialização vinculada aos grandes projetos.

À medida que o governo anunciava investimentos para viabilizar a atração dos grandes empreendimentos industriais, a Findes, que esteve presente em vários conselhos técnicos e consultivos do governo, reivindicava, de igual modo, que essas políticas de atração de negócios se preocupassem com o empresário local (SILVA, 1993).

A tese defendida pela Findes era que, para pequenos e médios empresários capixabas se desenvolverem e competirem com os demais estados, sobretudo os da Região Sudeste, o governo precisaria criar condições especiais de competitividade com os demais governos estaduais. No trecho abaixo, a publicação destaca problemas com a política fiscal desigual de São Paulo.

Os golpes – já não é ameaça – ao sistema foram desferidos até agora pelo Estado de São Paulo – Primeiramente ao baixar decreto [...] ilícito, em que ignora os créditos por mercadoria importada pelos portos do Espírito Santo, ignorando com isso a própria autonomia e autoridade de outro Estado da Federação. [...] Segundo [...] decreto ilícito sobre o pagamento de ICM devido por matérias primas [...]. (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1973, p. 15-16).

A narrativa é a mesma nos 49 conteúdos publicitados pela Revista Indústria Capixaba, e os mecanismos para pleitear as ações em favor da entidade e de seus filiados seguem este roteiro:

- Primeiro, a Findes possuía assento nos conselhos estaduais, sobretudo os órgãos ligados ao desenvolvimento indústria, e participava das decisões políticas e técnicas dessas autarquias, tais como a Suppin, Coplan, Geres, Codes, entre outros. E, nesses espaços, faziam o debate em favor de suas pautas de incentivos fiscais.
- Segundo, ao perder algumas de suas teses para os órgãos colegiados dos governos, a Findes utiliza-se das publicações da Revista Indústria Capixaba para narrar os fatos, fazer a defesa de suas teses e propor mudanças em favor de suas ideias. O instrumento muito utilizado para fazer essas reivindicações foi o chamado Memorial, documento escrito enviado aos órgãos competentes, no âmbito estadual e também federal, para listar os pleitos da Findes no que se refere aos assuntos de interesses da classe

empresarial. E uma vez enviado o memorando, a Findes publicava partes desse na edição da revista.

- Terceiro, quando o pleito era aceito pelo governo, a Findes publicava na íntegra a lei, o decreto, enfim, as decisões do governo em favor de sua atuação. Desse modo, do nosso ponto de vista, alimentava a cadeia de comunicação empresarial e mostrava externa e internamente força como entidade. Por ser organizada e coesa, conseguia pautar o governo e quase sempre era atendida. Esse conceito de organicidade e coesão é uma das principais características para qualificar a elite da não elite (MOSCA, 1923).

Uma das matérias veiculadas na Revista Indústria Capixaba trazia a cópia do memorial, indicava o posicionamento contrário e as sugestões da Findes a respeito da política de concessão de crédito fiscal, das empresas ligadas à planta dos grandes projetos, Aracruz Celulose, e Cofavi) por intermédio do Geres. Na introdução, a matéria destaca o papel da Findes:

[...] Oswaldo Vieira Marques foi recebido em audiência em Brasília pelos Ministros da Fazenda, Mário Henrique Simonsem e do Planejamento, João Paulo Reis Velloso. Em ambos os encontros os ministros conheceram, detalhadamente a questão e **o posicionamento da Findes, em defesa do pequeno e médio empresário**, face aos pleitos encaminhados diretamente ao Geres pela Aracruz Celulose S.A. e Companhia Ferro e Aço (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1978, p. 4).

E a narrativa prossegue com a publicitação do memorial que primeiro reafirma a filosofia do Geres:

A filosofia operacional do órgão, conforme ressalta de seu Relatório 70/76, indica que o GERES prefere os empreendimentos fundamentados nas vocações naturais da economia capixaba”. Para o GERES ‘é de suma importância a um órgão regional de promoção do desenvolvimento econômico e social que sua atuação concreta pauta-se pela rigorosa observância das prioridades estabelecidas’ (INDUSTRIA CAPIXABA, 1978, p. 5).

E, ao final, a Findes apresenta itens denominados Medidas Sugeridas, pontuando medidas de natureza operacional, ratificação normativa, revisão institucional do Geres. O apelo da Findes é para que a prioridade de aplicação dos recursos prioritariamente sejam recursos para médias e pequenas empresas, tais como:

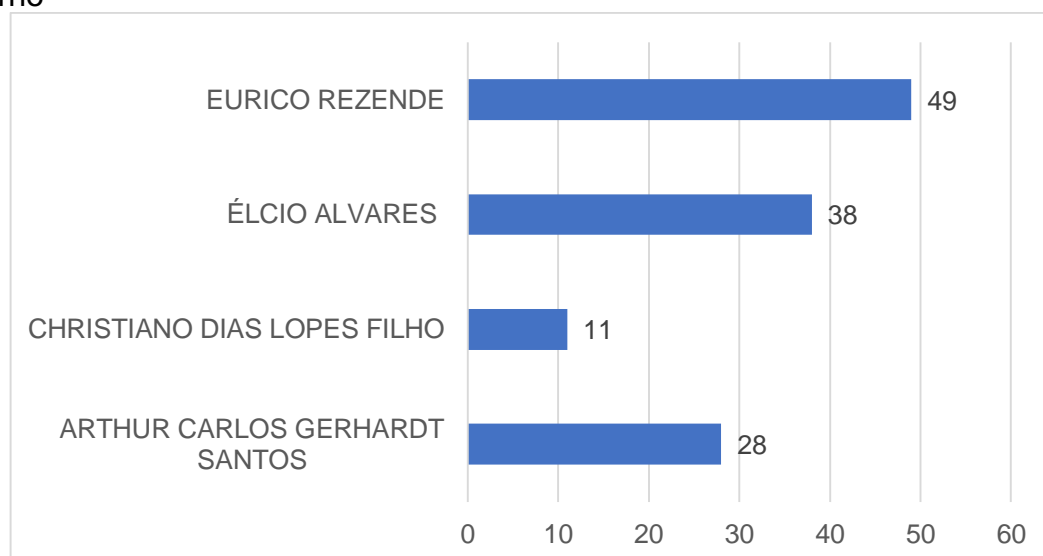
- I – Garantia de recursos para o financiamento dos projetos industriais, agroindustriais e do setor terciário, a serem gerados sob a forma de médios e pequenos empreendimentos a partir da progressiva implantação dos Grandes Projetos. Tais recursos seriam garantidos mediante:
 - a- Continuidade e expansão dos incentivos fiscais para o Espírito Santo;

b- Aumento dos repasses dos programas de financiamento do BANDES e das demais entidades de créditos [...] (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1978, p. 8).

Assim, tal como pode ser constatado, a Findes atuou sempre como uma entidade representante de uma elite empresarial na representação dos interesses dos pequenos e médios empresários, disputando, por vezes, agenda política de incentivos fiscais, com menor alíquota para o Imposto de Circulação de Mercadoria, menor imposto e/ou isenção para alguns setores tradicionais da economia capixaba. E, à medida que agendas entram em conflito com os interesses dos Grandes Projetos Industriais, articulam-se dentro do governo com as representações estaduais e, por vezes, nacionais, para vencer os pleitos.

Nessa esteira, pode-se afirmar que a Findes atuou, entre 1970 e 1983, como representante de uma elite empresarial visando garantir principalmente a participação efetiva no desenvolvimento industrial típico da modernização autoritária, defendendo e narrando os pleitos de sua entidade, conforme se mostra no gráfico 9.

Gráfico 9. Quantidade de conteúdo da Revista Indústria Capixaba analisado por governo



Fonte: Elaborado pela autora com base na Revista Indústria Capixaba (2018).

Todavia, nesse sentido, é preciso também evidenciar que, pela leitura das revistas e categorização de seus conteúdos, a Findes pode ser entendida com uma entidade regional que privilegiou uma agenda de desenvolvimento estadual atrelado às políticas de desenvolvimento nacional, típicas do regime ditatorial.

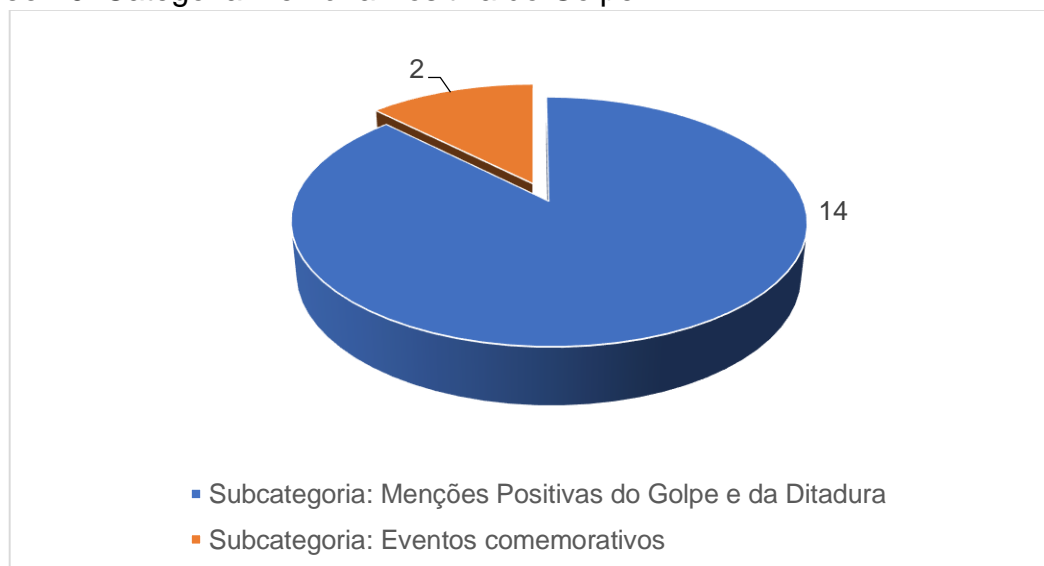
Essa lógica ajudou a construir a narrativa de que o regime militar foi benéfico para o Estado, pois, toda vez que precisa disputar um pleito para se colocar

como principal beneficiária de uma política de incentivos fiscal, se valia da tese de que o governo da revolução está fazendo profundas mudanças no cenário econômico do Espírito Santo. No entanto, verificar em que medida essa memória positiva foi construída é o dever da próxima etapa.

3.2.4.6 Categoria Memória Positiva do Golpe

Nossa última categoria de análise é Memória Positiva do Golpe, com a subcategoria Menções Positivas do Golpe e da ditadura. Essa categoria obteve ao todo 16 conteúdos abordados num total de 119 revistas analisadas com publicações relativas ao nosso objeto de pesquisa, conforme se ilustra no gráfico a seguir:

Gráfico 10. Categoria Memória Positiva do Golpe



Fonte: Elaborado pela autora com base na Revista Indústria Capixaba (2018).

Ao considerarmos o universo de conteúdo analisado, podemos afirmar que houve menções positivas do Golpe de 1964 e da ditadura e também foram encontradas menções indiretas nas demais categorias de análise, pois as publicações que defendiam a implantação dos grandes projetos, principalmente a longa disputa em torno da CST, consideravam que os projetos de desenvolvimento industrial só estavam sendo implementados no Estado em virtude do caráter eminentemente técnico adotado pelo regime ditatorial no trato da *coisa pública*, sobretudo das questões econômicas.

Entretanto, essa é uma narrativa que fora construída e defendida pelos aliados do regime: primeiro, havia, de fato, menor interferência política, porque o regime cassou mandatos, fechou congresso e colocou na clandestinidade partidos

que faziam oposição à ditadura; segundo, instituiu-se o bipartidarismo, cuja arena política era controlada por apenas aliados do regime. Portanto, dizer que o regime militar tratava tudo tecnicamente sem interferência política é uma construção também positiva e, a nosso ver, invertida dos fatos.

No conjunto do conteúdo exaltando o Golpe de 1964 e a ditadura militar, desde 1971 até 1981, houve publicações positivas, e o ano que obteve conteúdo foi 1979, com cinco publicações. Mas o que pode explicar justamente, no período de início da abertura política, das greves do ABC paulista, essa quantidade de defesas positivas? Mais à frente, vamos entender essa nuance.

Efetivamente a Revista Indústria Capixaba, como veículo de comunicação corporativo, tratou a defesa do Golpe sempre usando como pano de fundo para defender seus interesses no tocante a sua participação empresarial no saldo positivo do processo de industrialização.

Ao construir, por vezes, uma narrativa memorialística, segundo assevera Fico (2010), nos períodos próximos ao aniversário do Golpe de 1964, a Findes promove eventos, momentos discursivos exaltando o Golpe e a ditadura.

O primeiro conteúdo selecionado tem essa característica memorialística. A primeira publicação encontrada na revista acerca da Memória Positiva do Golpe e da ditadura militar é de fevereiro de 1971. O conteúdo está publicado numa matéria especial da revista. A publicação afirma que a Findes, por intermédio do então presidente, Jones dos Santos Neves Filho, determinava solenidades comemorativas para a passagem do dia 31 de março. A matéria explica que essa determinação atende a uma solicitação da Assessoria Especial de Relações da Presidência da República, o coronel Octávio Costa – coronel assessor chefe que assina a matéria.

A orientação é seguida, pois, na mesma publicação, a Findes solicita que, nas unidades do Sesi e Senai e na própria sede da Findes, sejam feitas inauguração de melhoramento ou mesmo o plantio de árvore, a passagem do dia 31 de março, data do 7.º aniversário da Revolução, sob o *slogan* “Março tempo de construir” [...] (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1971, p. 28).

Nessa perspectiva, os conteúdos que se referem à categoria Memória Positiva do Golpe e à subcategoria Menções Positivas apresentam-se sempre num contexto em que a Findes justifica sua participação no processo de desenvolvimento industrial.

A narrativa construída de forma explícita é que o “Governo da Revolução” trouxe os chamados grandes projetos para os Espírito Santo. Na mesma retórica, afirma que os grandes projetos precisavam incluir os pequenos e médios empresários fundamentais, para consolidar o desenvolvimento industrial capixaba.

Em outra publicação, a narrativa segue em matéria que publicita o 1.º Encontro Regional de Técnicos em Serviço Social realizado no centro social “Arlete Zorzanelli Buaiz”. Nesse evento, o presidente Oswaldo Vieira Marques destaca as nuances do desenvolvimento industrial capixaba. O capixaba, assim como o brasileiro em geral, motivado psicologicamente, vem alcançando pelo conhecimento as vantagens do processo, passou a pensar e agir em termos de desenvolvimento:

A Revolução de 1964 propiciou a paz necessária ao governo do Estado para ocupar-se mais com a administração racionalizada do Governo Federal, através do Decreto Lei N.880, a Lei de Incentivos Fiscais que permitiu a aplicação aqui no Estado de parte do Imposto de Renda a ser pago por nossos empresários. (...) **A REVOLUÇÃO DE 64 é sentida pelos empresários com o um marco divisório entre a estagnação e o progresso.** Daí a euforia que se verifica hoje em dia em todos os setores da vida nacional. O grande índice de negócios observado nas bolsas de valores, o número delas que se criam nos diversos estados da federação, são indicadores seguros da confiança do empresário no futuro do país (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1971, p. 1, grifo da autora).

Na mesma linha discursiva, a Findes atuou durante o período da ditadura militar, e os conteúdos publicados na Revista Industria Capixaba eram dispostos para servir de âncora às reivindicações das pautas empresárias que a Findes pleiteava. O perfil ideológico conservador das matérias a que chamavam o Golpe de Revolução esteve presente em todas dezesseis matérias prospectadas:

Em todas as cruzadas que empreendeu, e foram muitas, sempre empulhando a bandeira do progresso do Espírito Santo e tendo como carro-chefe o seu desenvolvimento industrial, **a Federação das Indústrias teve na expressão constante de sua confiança no Governo Revolucionário uma das características mais marcantes de sua motivação esta convicção**, aliada à consciência exata da capacidade de resposta do Estado, as exigências do desenvolvimento se completaram na cristalização de um ideal sereno e que vem vencendo desafios (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1979, p. 1, grifo da autora).

Nota-se que as matérias que reforçam a Memória Positiva do Golpe são escritas durante todo o período estudado: 1970-1983. Contudo, embora não tivéssemos acesso a todas as revistas, percebemos uma concentração maior no fim da década de 1970. Nosso entendimento é que isso se deve por dois fatores:

- **Primeiro**, era preciso reforçar memória positiva do Golpe e seus benefícios, pois o regime já entrara numa fase de declínio, em razão dos movimentos de

luta pela redemocratização, do fracasso no campo econômico, das greves no ABC e dos movimentos sociais, que exigiam o fim das prisões, torturas e a volta da liberdade. Enfim, de todo um processo de enfretamento político e crise econômica que permearam o fim da ditadura, o restabelecimento das eleições diretas e as garantias constitucionais (REIS FILHO, 2010; FICO, 2010).

- **Segundo**, nesse período ocorreram marcos importantes no desenvolvimento do processo decisório da fase final da implantação da CST, cujos empresários filiados à Findes reforçavam a tese da CST como produto concreto da fase ditatorial. Os empresários capixabas, uma vez instalada a fábrica, poderiam montar indústrias para prestar serviço à siderúrgica, garantindo, com esse processo, entre outros benefícios, as pretendidas isenções fiscais:

No Espírito Santo, a predestinação do seu desenvolvimento fortaleceu-se nos esforços da iniciativa privada e no reconhecimento do Governo às potencialidades locais, advindo, desta conjugação, etapas iniciais para a nossa história econômica. **Amparada pelos critérios da Revolução de 1964, pôde a nossa economia encontrar caminhos reais do seu crescimento e, em pouco mais de uma década, conseguiu transpor do estágio primário para a fase da consolidação dos Grandes Projetos, entre os quais evidencia-se, pela importância, o Projeto Siderúrgico de Tubarão.** (...) entendemos tratar-se do momento para união de esforços e razões visando à sensibilização do Governo Federal em relação ao DL 880 (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1979, p. 1, grifo da autora).

O fragmento aponta a construção da narrativa da defesa dos critérios e dos ideais da dita revolução e de seu atrelamento ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo de forma positiva, linear, focalizando a Findes, a iniciativa privada como parte importante dessa engrenagem. E ainda no ensejo atrela a defesa da CST à reivindicação para o governo federal prorrogar o Decreto Legislativo n.º 880, que disputa a continuidade dos incentivos fiscais federais para o estado do Espírito Santo.

Nesse contexto, conforme ressalta Reis Filho (2010, p. 103-104.), “[...] o início da ‘transição democrática’ havia um entulho autoritário, criado pela ditadura [...]. Prevaleceu uma atmosfera conciliatória, favorável ao esquecimento do passado”. Essa assertiva é muito pertinente para entender o fim do processo ditatorial e simultaneamente a continuação da narrativa da memória positiva do Golpe e da ditadura nas publicações da Revista Industrial Capixaba.

No processo de transição, a Findes continuou a afirmar os valores da Revolução de 1964 e a preocupação com “*as greves da construção civil e panificação*”. E afirma, ainda, que, no Estado os empresários estão atuando no corolário democrático para conseguiu evitar o pior e negociar abertamente com as categorias.

No trecho abaixo, o editorial assinado pelo presidente evidencia como a Findes traduziu esse momento:

[...] implantação, mesmo gradualista, do *distencionismo* (sic) político que envolve seguramente o GOVERNO REVOLUCIONÁRIO, passou a convocar, pelo escoamento natural do próprio processo, uma participação comunitária de todos os segmentos representativos da sociedade. [...]. Sendo a liberdade de pensamento em sua manifestação irrestrita, a característica fundamental da estrutura democrática. [...] (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1979, p. 1).

Mas é preciso entender a atmosfera política econômica desse momento: o governo enfrentava a crise do segundo choque do Petróleo 1979, seguido de um modelo econômico dependente de capital externo e, na primeira metade da década de 1980, de crise inflacionária, alta de preços e desemprego. Apesar de todo o desgaste político, a Findes, embora prescrevesse críticas pontuais aos problemas do regime ditatorial, continuava a noticiar, de forma positiva, o que ela denominava “valores da Revolução de 1964 e da Ditadura”.

Nesse conjunto de mudanças e crise, o governo militar buscava reafirmar suas posições políticas em defesa do regime ditatorial, por ocasião da vinda do presidente Figueiredo em 1980. A publicação da revista reproduz o discurso do presidente Figueiredo em defesa do regime:

Revolução Continua e quer Apoio dos Empresários. Brasileiros e brasileiras: ‘No dia de hoje, há 16 anos, coube às forças armadas nacionais a missão histórica de deter o curso da política mais contrária às aspirações do nosso povo jamais instalada entre nós’. Sob o manto de proteger os pobres e necessitados, os inimigos da democracia realmente buscavam o esbulhamento de um povo pacífico e ordeiro [...]. A revolução foi expressa pelo marechal Castello Branco, como um estágio inevitável de nossa evolução. Seu compromisso com a democracia haveria de levar o Brasil a progredir, sem prejuízo das características fundamentais e dos sentimentos do nosso povo (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1980, p. 21).

Esse fragmento extraído da Revista Indústria Capixaba é parte do discurso do então presidente, João Batista Figueiredo, em solenidade promovida na sede da Findes, e demonstra que a Findes defendeu e narrou, de forma seletiva e manipulada, os conteúdos que ajudaram a criar visões positivas do Golpe e ditadura

mesmo num contexto histórico em que o regime já agonizava. Afinal, estamos num contexto de uma inflação galopante, um desemprego em alta.

Nesse contexto, no caso do Espírito Santo, com os problemas estruturais advindos dos rebatimentos sociais dos grandes projetos, como advogou Siqueira (2010), os governos não trataram do planejamento das cidades da Grande Vitória para receber com dignidade o enorme contingente de pessoas que vieram para habitar o espaço urbano em busca de emprego. E, com todas essas nuances negativas desde a década de 1980, por que a federação narrou, de forma positiva, o regime?

Nossa assertiva é que, nesse contexto de crise econômica, era primordial manter os incentivos fiscais dentro do espectro de alavancar a economia capixaba e favorecer os pequenos e médios empresários. Desse modo, manter o alinhamento político como regime era a garantia de que, mesmo em decadência, os governos federal e estadual continuassem aprovando políticas que privilegiavam o empresariado capixaba.

Ademais, a narrativa positiva construída a respeito do Golpe e da ditadura militar, no início dos anos 1980, começou a fazer conciliação entre a defesa dos valores da “Revolução” e a importância do restabelecimento da democracia. Tudo isso para defender o melhor ambiente de negócios, visando recuperar a capacidade de articulação da economia:

A nossa falta de força política represou até 1964 o deslançamento (sic) de nossa vocação industrial, reconhecida pela Revolução de março, mas, curiosamente, alguns governos da própria Revolução, decorridos 17 anos, pouco têm feito por onde dar-lhe seguimento no campo econômico [...]. A democracia é um ideal nascido da convicção ideológica e para o empresariado é particularmente importante por ser o habitat natural da economia de livre mercado (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1981, p. 3).

Portanto, o fragmento demonstra que se buscou satisfazer a linha de pensamentos dos protagonistas do Golpe de 1964 e da ditadura, apoiando-se na narrativa de que, sem o regime militar, o Estado não se industrializaria, mesmo ao defender a volta da democracia como importante para a retomada do livre mercado. Essa conciliação, como já afirmamos que pode ser observada no conteúdo extraído da Revista Indústria Capixaba, buscava conciliar os interesses da classe empresarial local com a política desenvolvimentista do período ditatorial desde a implantação dos Grandes Projetos Industriais.

À vista disso, podemos igualmente constatar que, à medida que se fazia a defesa do regime com as teses já conhecidas nacionalmente de racionalização, competência técnica e administrativa, essas se inseriam no processo dessa racionalização, nos conselhos técnicos dos governos biônicos, para não só reivindicar suas pautas empresarias, mas sobretudo para fazer a máquina administrativa pública caminhar de acordo com seus interesses pontuais. Nesse sentido, a Findes se fez presente em todos os governos, com mais ou menos respaldo, e narrou o desenvolvimento capixaba, ora como coadjuvante, ora como protagonista.

3.3 A narrativa do desenvolvimento econômico capixaba: a tradução da Findes para além dos Grandes Projetos

O principal instrumento de comunicação da Findes, a Revista Indústria Capixaba, fez a interlocução e dialogava com o governo e com a classe empresarial, à medida que se impunha como elite empresarial, e até tecnocrática, visando garantir os interesses corporativos da categoria, a qual representava os pequenos e médios empresários capixabas. E por quais motivos focalizaram o pequeno e médio empresário capixaba?

Primeiro, porque a industrialização capixaba foi tardia. Conforme já dissemos, a primeira tentativa de industrializar foi no governo Jones dos Santos Neves. E com a instauração do Golpe de 1964 e do regime ditatorial, Dias Lopes deu celeridade à política de criação de empresas locais, focando os pequenos e médios empreendimentos, pois era o que havia.

A Findes, fundada, em 1958, por Américo Buaiz e mais cinco incipientes empresários, cuidava da organização de uma corporação de pouca expressão que, ao longo do tempo, ganhou mais sindicatos. Porém, seu raio de atuação continuou sendo o pequeno e médio empresário.

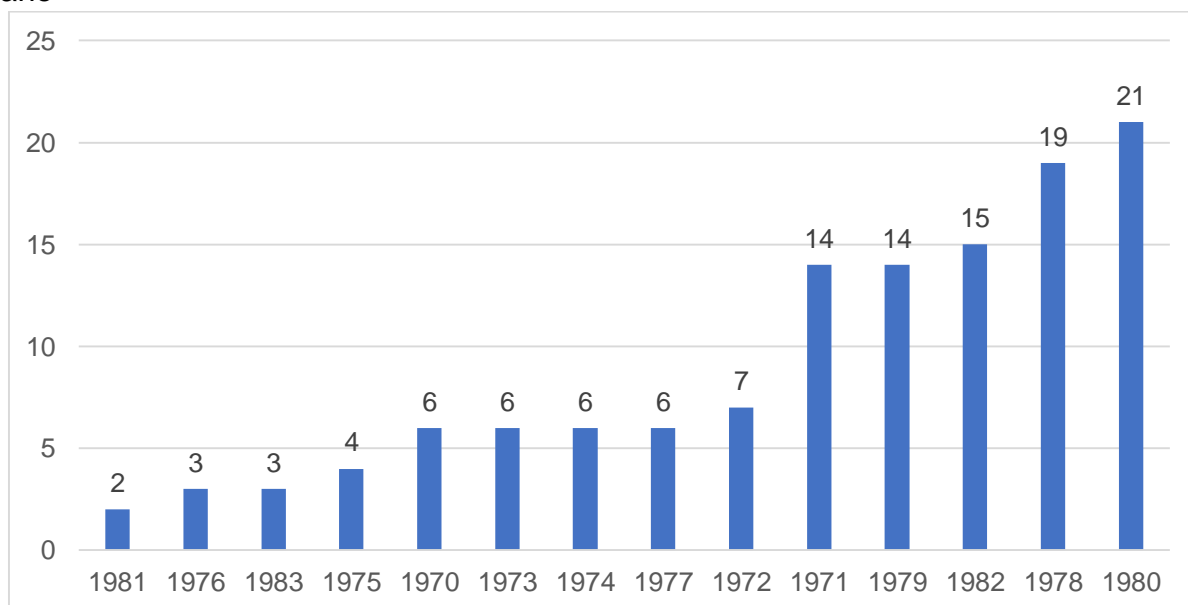
Sobre essa assertiva, Santos (2011) faz uma importante indagação sobre o papel e o peso da Findes no desenvolvimento capixaba. Para Santos (2011), é preciso discutir as assertivas dos pesquisadores capixabas, como Marta Zorzal e Silva (1995), Gurgel (1998) e Ribeiro (2010), pois, apesar das considerações positivas acerca das obras já consagradas na literatura capixaba, Santos (2011) questiona a visão apresentada pelos autores em seus trabalhos, afirmando, como fez Silva (1995, apud Santos, 2001, p. 146), que a Findes constitui um “[...] núcleo

de forças políticas identificadas como projeto de industrialização acelerada, em nível nacional, as quais passaram a buscar formas de inserir o Espírito Santo em tal processo”. Segundo Santos (2011), a tese de Silva (1995) fazia crer que articulações da Fines visavam, em grande medida, acelerar a lentidão da industrialização capixaba. Contudo, Santos (2011) contesta:

Mas é impossível não admitir que existe um claríssimo contraste entre essa descrição e a interpretação histórico-sociológico do fenômeno em questão, concedendo-lhe tão grande relevância, e a descrição que dele fizeram seus protagonistas (...). Américo Buaiz admitia que a Fines era ‘fraca pela representatividade’ (...). ‘Uns cinco gatos pingados’ (...) Jones dos Santos Neves Filho em 1968, [era] um arquivo com quatro gavetas (...). Mas homens de muita fibra (...) (SANTOS, 2011, p. 147-148).

Ao seguirmos a pista deixada por Santos (2011), considerando sua assertiva quanto ao peso da Fines no processo de industrialização capixaba, desde a fundação até os anos 1980, podemos afirmar que a Fines representou uma elite empresarial, parca, incipiente, nos primeiros momentos do Golpe e no desenrolar da ditadura e buscou representar, de forma categórica, o pequeno e médio empresário, pautando e reivindicando participação no desenvolvimento capixaba com base nos grandes projetos. Foi a única e pioneira na representação da classe empresarial.

Gráfico 11. Quantidade de conteúdo prospectado na Revista Indústria Capixaba por ano



Fonte: Elaborado pela autora com base na Revista Indústria Capixaba (2018).

Ao examinarmos cuidadosamente as fontes de nosso trabalho e a tradução de seu significados e ausências, conseguimos compreender que a Fines

possuía, de fato, um papel relevante no desenvolvimento econômico capixaba. Situando a Findes em perspectiva, podemos afirmar que esta atuou como interlocutora, oscilando entre coadjuvante e, por vezes, protagonista de ações relevantes no contexto do desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

Durante os governos biônicos (1970-1983), foco de nosso estudo, teve posição de destaque em alguns momentos, mas não empreendeu sua visão da condução econômica de todos os governos biônicos. No caso específico de nosso estudo, o governo de Gerhardt Santos disputou pautas, como a concepção da criação da Suppin e da implantação do Civit, embora os empreendimentos se concretizassem somente no governo de Élcio Alvares.

Nesse período, o centro industrial foi inaugurado, e a Findes obteve um espaço físico para a instalação de uma unidade do Sesi, contudo não foi a gestora do centro, como reivindicava, tampouco virou uma autarquia de economia mista.

E, por fim, no governo de Eurico Rezende, a Findes continuou a empreender seus pleitos de incentivos fiscais e políticas públicas de fomento à indústria. Nota-se aqui, pela quantidade de conteúdos publicados, que a Findes teve uma atuação incisiva na gestão de Eurico Rezende.

A Findes, por meio do chamado memorial, em maio de 1979, propôs ao governador medidas para promover a política industrial, como a criação de um conselho industrial, fortalecimento do Bandes, a reformulação do Geres, com a participação de um conselho presidido pela Findes, e a manutenção da Findes no conselho da Suppin (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1979).

Conforme pode ser observado, a quantidade de matérias vinculadas na Revista Indústria Capixaba não deixa dúvida de sua capacidade de articulação e pressão no governo de Eurico Rezende. A publicação do último ano de governo de Rezende, em matéria assinada pelo presidente Oswaldo Vieira, destaca a vitória da Findes, que conseguiu sete pleitos governamentais em tempo recorde:

[...] a Criação da Comissão Estadual da Indústria da Construção (CEICO); Descentralização do Fisco do Espírito Santo; Anistia de multas e juros; Implantação de novos critérios de ocupação do Civit; Criação do Conselho Estadual do Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC); Benefícios à Junta Comercial do Espírito Santo; Isenção de Pagamento de ICM por impressos produzidos sob encomenda do usuário final (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1983, p. 25).

Nessa esteira, a Findes venceu as reivindicações acerca do pleito do Geres, e o Funres não mais financiaria os grandes empreendimentos industriais. Considerando essas vitórias nas disputas pelos investimentos estaduais em favor

dos pequenos e médios empresários, podemos afirmar que a Findes obteve bom desempenho, justamente no fim do regime militar.

Ao nosso entendimento, esses incentivos fiscais podem ser explicados, em grande medida, porque, apesar do declínio do regime militar, a Findes continuava narrando positivamente os valores da “Revolução” e afirmando que a ditadura beneficiou o Espírito Santo. Afinal, era ainda ideário desse governo militar (nacional e estadual) que continuasse a conceder às entidades empresariais, como a Findes, benefícios fiscais de forma indiscriminada.

Vale ainda destacar que, no fim do governo Eurico Rezende, a federação representava apenas 22 entidades empresariais ao todo, mas tinha representação em importantes conselhos técnicos estaduais, chegando a possuir conselheiros em sete conselhos e autarquias estaduais, tais como Conselho do Banes e do Civit (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1983, p. 25).

Ao considerar essa narrativa construída pela Findes, em defesa do Golpe e do regime militar, nosso estudo observou que a entidade empresarial representante da elite regional capixaba ajudou a imprimir a memória positiva acerca do período, por meio do veículo de comunicação corporativa: a Revista Indústria Capixaba.

Nota-se que essa comunicação, apesar de interna, atendendo há um conjunto de 22 empresas, ajudou a construir nesse segmento essa narrativa, que fora repetida em outros veículos de comunicação estadual. Afinal, a narrativa positiva desse período é também parte que compõe os discursos dos empresários e políticos em outras esferas de poder. Dito isso, também se pode aventar que existem outros veículos de comunicação que carecem de leitura do passado no presente.

Nesse contexto, é possível afirmar que a Findes ajudou a construir a memória positiva acerca do Golpe e da ditadura militar, dentro de um contexto que representava os interesses econômicos de uma elite que busca afirmar, num cenário de disputas por incentivos fiscais, os dividendos econômicos dos grandes projetos.

A Revista Indústria Capixaba, ao narrar os efeitos positivos dos investimentos econômicos do governo militar, com a implementação dos Grandes Projetos Industriais, focalizava seus interesses de participação nesse desenvolvimento. E, assim, não somente construiu memória positiva desse período,

como também consolidou como uma elite empresarial, cuja identidade está vinculada aos governos desse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo focalizou a Federação das Indústrias do Espírito Santo numa análise histórico-sociológica, cujo ponto de partida foi o conceito de memória coletiva em Halbwachs (2006), focando a Findes como uma entidade de representação empresarial que representava uma elite local. Para tanto, igualmente adotamos o conceito de elite. Ao conceituá-la, situamos todos atores desse processo de construção da memória positiva acerca do Golpe de 1964 e da ditadura militar.

Ao focarmos a narrativa que a Findes construiu com base na leitura do passado pelo presente, buscamos responder à indagação que permeou nosso estudo, a saber: Qual o papel exercido pela Findes na construção da Memória Positiva do Golpe Militar de 1964 e da ditadura militar?

Ao respondermos a essa questão no primeiro capítulo, percorremos a construção de um referencial teórico, que nos permitiu situar o objeto de estudo dentro de conceitos essenciais, para fazermos a leitura do passado pelo presente. O primeiro capítulo: Memória: uso públicos e institucionais.

Discutimos o conceito de Memória Coletiva em Halbwachs (2006), com o objetivo de entender a memória como uma construção coletiva, de um grupo e ainda situar a memória narrada desse grupo, como afirma Lobo (1997), segundo o qual, ao narrar a história de uma instituição, também se narra a história do desenvolvimento do Estado. Em síntese, o conceito de memória pode ser traduzido como um “fenômeno construído coletivamente” (POLLACK, 1992, p. 201).

Depois que entendemos o fenômeno memória e a memória coletiva construída pela Findes, lançamos luz a questões que cercam a temática com base na afirmação de Sartori (1972) sobre o papel da sociologia política como “híbrido disciplinar”, buscando estabelecer as interrelações entre a sociologia e a política, para que se entendam os processos políticos como uma tradução. Ora, se é uma tradução, é passível de interpretações, manipulações e seletividades.

À luz de Sartori (1972) e Perissionotto (2004), o estudo compreendeu a Findes numa perspectiva da sociologia política, entendendo a complexidade da análise e das assertivas de Perissionotto (2004, p. 205): “deve conjugar em suas análises as variáveis típicas da Sociologia (as estruturas sociais) com as variáveis típicas da Ciência Política (as estruturas políticas)”. Nessa perspectiva, articulamos entre as diferentes áreas, por meio de diferentes categorias analíticas, que não se

sobrepõem nem se anulam, mas estão presentes no contexto e, por essa razão, precisam ser observadas e analisadas de maneira dialética.

Tratamos a Findes, com base nessa complexidade, como um agente tradutor desse período, considerando que, se existe uma narrativa, por conseguinte, existe tradutor, igualmente outras narrativas circunscritas a esse processo. Mas, especificamente para entendermos a construção desse tradutor Findes, igualmente arrolamos, ainda no primeiro capítulo, o conceito de elites em Heinz (2006) e Costa (2014).

Para ambos, existem vários grupos que formam uma elite no termo clássico do conceito; em Pareto (1996) e Mosca (1923), grupo político minoritário, que, por ser minoritário, coeso e organizado, consegue governar e controlar a não elite numerosa, não coesa, e desorganizada. Em Heinz (2006) e Costa (2014), elites podem ser elite econômica, elite empresarial, elite tecnocrática e elite política e ainda desempenhar mais de um papel.

Nosso estudo compreendeu a Findes como uma entidade de classe que representou uma elite empresarial regional, composta por pequenos e médios empresários de setores diversificados em um primeiro momento bastante incipiente, embora com acento e representação nos conselhos de empresários da Findes dentro dos governos estaduais.

Desse modo, entendemos a configuração de forças no nosso estudo entre a elites empresarial, política e econômica, esta última como menor presença em nosso estudo.

Com base nessas premissas, no segundo capítulo – **Elites regionais: disputas e narrativas em torno do Golpe e da ditadura militar** –, discutimos a narrativa construída sobre a personagem política João Goulart. Ficamos com as considerações de Ferreira (2011) sobre Goulart: não era nem um pusilânime, nem um socialista que queria fazer do Brasil uma nova Cuba, mas apenas um herdeiro do trabalhismo de Getúlio Vargas.

Goulart tentou realizar as reformas de base e a movimentação política ancorada nos trabalhadores urbanos. Alguns movimentos de esquerda apoiaram e defenderam seu governo sem sucesso, pois a conspiração interna e externa foi maior do que sua capacidade de mobilização (FERREIRA, 2011).

Ao aceitarmos a tese de Ferreira (2011) sobre Goulart, simplificamos o processo de entender como a elite regional capixaba reagiu ao Golpe de 1964 e seu

consequente apoio à Ditadura, pois os membros da elite capixaba, desejosos de um governo que garantisse seus interesses locais em favor de um processo de mudanças conservadoras, apoiaram prontamente o Golpe de 1964, pois ficou nele a chance de o Estado alavancar sua incipiente indústria.

Nessa esteira de governos biônicos, a elite empresarial da Findes começa a cumprir um papel de pautar o governo para se inserir nos pleitos das políticas de desenvolvimento estatal e, por conseguinte, garantir dividendos para os empresários locais.

Nesse contexto, o Espírito Santo se insere no processo que Villaschi (2011) cunhou de *Consenso de Necessidades e Janela de Oportunidades*. Esses conceitos explicam o processo que determinou a dinamização da economia capixaba para superar a industrialização tardia mediante as diretrizes autoritárias, quando o Espírito Santo, em virtude da descentralização e do desenvolvimento industrial, passou a receber projetos industriais de grande porte, como a CST.

É, portanto, nesse período que o Estado acelerou a industrialização à luz da modernização autoritária, com uma matriz de desenvolvimento desigual ancorado na implantação de Grandes Projetos Industriais (SIQUEIRA, 2010).

No terceiro e último capítulo – A leitura do passado pelo presente –, com base no método de análise de conteúdo de Bardin (2011), compreendemos o papel da Findes no desenvolvimento econômico do Espírito Santo, ao analisarmos os conteúdos da Revista Indústria Capixaba entre 1970 e 1983.

Com os achados de nossa pesquisa, podemos afirmar que a Findes ajudou a construir, de fato, uma memória positiva sustentada pela tese nacionalmente difundida de que o Golpe de 1964 e a ditadura militar foram benéficos para o Brasil e para o estado do Espírito Santo, porque com ele se instaurou finalmente a industrialização.

Mas como essa tese foi verbalizada nos conteúdos prescritos da Revista Indústria Capixaba? Em que medida e qual o peso dessa afirmativa ao longo dos 13 anos? Como se consolidou essa construção social que pretendeu ser hegemônica?

Essas questões podem receber algumas respostas: primeiro, a Findes, como já caracterizamos, é uma entidade empresarial representante de um segmento de uma incipiente elite empresarial: os industriais. Desde a sua fundação em 1958, apesar de pequena em sua representatividade, conseguiu, até em razão de seu

pioneirismo, pautar os governos ante as suas reivindicações como categoria empresarial.

E como o advento dos grandes projetos, a Findes passou a narrar o processo de implantação das plantas industriais e simultaneamente atrelar seu desenvolvimento ao contexto da industrialização tardia. Ademais, afirmar que o governo deveria, no bojo dos Grandes Projetos Industriais, valorizar, apoiar e beneficiar os pequenos e médios empresários.

Essa narrativa permeou o conteúdo descrito em todas as revistas analisadas. A lógica da comunicação interna da Findes era falar aos empresários, publicitar as articulações feitas pela entidade com os governos constituídos, visando garantir o entendimento dos pleitos que, por via de regra, girava em torno de conseguir incentivos fiscais e demais benefícios que viabilizassem o desenvolvimento da indústria regional.

Ao fazer essa abordagem comunicativa por meio da Revista Indústria Capixaba, a Findes narrou a implantação dos grandes projetos com as seguintes argumentações: os grandes projetos só estão sendo implantados no Estado porque o governo da “Revolução” teve um olhar técnico para o Espírito Santo, não considerando o parco peso político do Estado e sua inexpressiva participação nacional.

Essa narrativa da memória positiva acerca dos ideais da “Revolução” de 1964 e da ditadura militar permeou os conteúdos, mais especificamente a categoria de análise *Memória Positiva do Golpe e da Ditadura*, na subcategoria Menções Positivas ao Golpe e ainda na categoria Grandes Projetos Complexo Siderúrgico, subcategoria CST.

A construção social da memória positiva em torno desses grandes projetos esteve diretamente ligada a essas duas categorias. E, de forma transversal, também se apresentou por ocasião da análise das demais categorias. Essa afirmativa pode ser conferida: “A Revolução de 1964 propiciou a paz necessária ao governo do Estado [...] um marco divisório entre a estagnação e o progresso” (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1971, p. 1).

Assim, valendo-se da implantação dos Grandes Projetos Industriais, a Findes construiu a argumentação de que os empresários locais eram essenciais para também alavancar a economia. E, durante os governos biônicos de 1970 a 1983, pautou o governo no sentido de tirar dividendos desse processo.

O caso mais narrado nesse processo foi a implantação do Centro Industrial de Vitória (Civit) e a disputa por incentivos fiscais. A Findes postulou e garantiu a sua efetivação. Contudo, o Centro Industrial de Vitória não ficou sob a administração direta da entidade, como queriam.

Percebemos que, ao longo deste estudo, nos governos de Élcio Alvares e Eurico Rezende, a Findes teve maior lógica de prestígio com seus pleitos. No governo de Gerhardt Santos, mais voltado à implantação de investimentos estrangeiros, a Findes teve menor peso.

Desse modo, pode-se aventar, com suporte nas análises realizadas, que a Findes construiu a narrativa em grande medida de que o Golpe de 1964 e a ditadura militar foram benéficos para o Estado, pois esse finalmente se industrializou, porque finalmente o Estado foi tratado tecnicamente pelo governo federal. E o mais importante: essa narrativa foi feita sistematicamente em suas publicações, tendo por narrativa principal as reivindicações em favor da inserção dos pleitos fiscais e corporativos que a Findes representava.

Do nosso ponto de vista, a Findes narrou esses episódios de forma seletiva e manipulada, conforme sentenciou Reis Filho (2010), fazendo esquecimentos intencionais, pois, mesmo no fim do regime autoritário, com uma grave crise econômica e social, com sérios rebatimentos no Estado, a Findes continuou uma linha conciliatória entre destacar a importância da dita “Revolução” de 1964 e defender a retomada da democracia.

Afinal, ainda era tempo de disputar o rescaldo dos incentivos fiscais e a isenção de impostos para vários setores do empresariado capixaba. Diante dessa constatação, finalizamos afirmando a questão: benéfico para quem? Para setores empresariais, políticos que narraram positivamente o Golpe e a ditadura, pois, de fato, dele se beneficiaram.

Ao finalizarmos a escritura de parte dessa memória positiva, assumimos a concepção de que se faz necessário preencher outras lacunas sobre a narrativa da memória da ditadura. Nas palavras de Waldemar Lírio, grevista da construção civil estadual de 1979: “Qualquer governo nesse país depende de empresa. Está errada a forma? Está! Quem é o culpado disso, meu Deus do céu? O regime militar que ainda tem o “ranço” lá dentro do Congresso (RIBEIRO, 2008, p. 125).

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. Como a imprensa ajudou a derrubar João Goulart. In: FERREIRA, M. de M. *João Goulart: entre a memória e a história* (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ABREU, A. A. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2. ed. v. I e IV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ÁLVARES, E. *Memórias do meu tempo*. Vila Velha: Comum Editora e Jornalismo, 2012.
- ANGELO, V. A.; FAGUNDES, P. E. Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: FAGUNDES, P. E.; OLIVEIRA, U. J.; ÂNGELO, V. A. (Org.). *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. 1. ed. Vitória: GM, 2014. p. 172-195.
- ANGELO, V. A. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. 2011. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- AUSTIN, G.; D'AVILA, C.; GEOFFREY, J. *Emerging Markets and the Future of Business History*. 2017 b. Disponível em: <http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/18-012_47e98088-6b60-4630-bf51-f6ca5abfe766.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- BANDES. *Relatório anual 02/1975*. Vitória, 1980.
- BARBOSA, A. A. Memória Institucional: Possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. PUCRS. *Grupo de Trabalho de Historiografia da Mídia*. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiografia-da-midia/memoria-institucional-possibilidade-de-construcao-de-significados-no-ambiente-organizacional>>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEZERRA, G. H. *Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto da Guerra Fria (1959-1986)*. Brasília: Fundação Alexander de Gusmão, 2010.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BITTENCOURT, G. *A formação econômica do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra/DEC, 1987.
- BOBBIO, N. (Org.). *Dicionário de política Brasileira*. São Paulo: Dicionário eletrônico, 1998.
- _____. *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOECHAT, L. *Entre a memória e o mercado: identidade, (Re)significação e cultura empresarial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

BOSCHI, R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BRESSER, P. L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930–1964*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOSCHI, R. R.; CERQUEIRA, E. D. *Empresariado nacional e Estado no Brasil: uma comparação de dois períodos (relatório de pesquisa)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1976.

BOTTOMORE, T. *As elites e a sociedade*. Tradução de Otávio Guilherme C. A. Velho. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. Disponível em: <<https://elitespoderpolitico.files.wordpress.com/.../t-b-bottomore-as-elites-e-a-sociedade>>. Acesso em: 7 set. 2017.

CARDOSO, F. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

CARDOSO, F. H. *O empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

CIPRIANO, P. *Depoimento de Perly Cipriano concedido a Carolina Julia Pinto*. Vitória: [s.n.], 2001.

CORDEIRO, V. D. *Por uma Sociologia da Memória: Análise e interpretação da teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs*. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, P. R. N. Elite Empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200009>. Acesso em: 3 out. 2017.

COSTA, P. R. N.; ENGLER, I. G. da F. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). *Revista Opinião Pública*, n. 2, v. 14, Campinas, nov. 2008. p. 486-514. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/09.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2017.

COUTO, R. C. *História indiscreta da ditadura e da aberta: Brasil:1964-1985*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D’ALESSIO, V.; GONÇALVES, C. *Vitória a Minas: terra proibida*. São Paulo: Dialetto, 2010.

DELGADO, L. A. N. *História Oral: memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Pa e Terra, 1978.

DREIFUSS, R. A. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. *Sinopse da situação socioeconômica do Espírito Santo*. Vitória, jun. 1978.

FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da história*. Ensaios de teoria e de metodologia. São Paulo: Ed. Campus, 1997.

FERREIRA, J. *João Goulart, uma biografia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, M. L. N. *O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Apresentação. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, M. M. (Coord.). *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FICO, C. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

_____. *História do Brasil contemporâneo*. Da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *O grande irmão*. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo, o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, N. L. (Org.). Empresariado brasileiro: política econômica e sociedade. Coordenação de Antonio Paim, Rubens Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Rubens. *Empresários: Visão da Literatura Especializada o Ziguezague dos livros*. Perfil fragmentado, sempre controvertido. São Paulo: Editora de Cultura, 2009. p. 151-172.

_____. Empresariado brasileiro: política econômica e sociedade. Coordenação de Antonio Paim, Rubens Figueiredo. In: LEOPOLDI, Maria Antonieta. *O século do corporativismo? O pesadelo Liberal*. São Paulo: Editora de Cultura, 2009. p. 173-220.

GAGETE, E.; TOTINI, B. Memória empresarial, uma análise de sua evolução. In: NASSAR, P. (Org.). *Memória empresarial: história e comunicação de mãos dadas a construir o futuro das organizações*. São Paulo: ABERJE, 2004.

GONÇALVES, C. *SUPPIN: 35 anos*. Vitória: SUPPIN, 2005.

GURGEL, A. P. *A Federação das Indústrias e o Desenvolvimento*. Vitória. Contexto Jornalismo e Assessoria. Ltda., FINDES, 1998.

- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. 2006.
- _____. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* [1925]. Paris: Ed. Albin Michel, 1994.
- HEINZ, F. M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela Memória: arquitetura. Monumento, mídia*: Tradução de Sérgio Alcides. Seleção de Heloísa Buarque de Holanda. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IBGE – *SÉRIES ESTATÍSTICAS E SÉRIES HISTÓRICAS*. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- LE GOFF, J. “Memória”. In: *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. p. 423-483.
- LEOPOLDI, M. A. P. *Política e interesses na industrialização brasileira. As associações industriais, a política, a política econômica e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- LOBO, E. L. História empresarial. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- MARTINS, L. Formação empresariado industrial no Brasil. *Revista da Civilização Brasileira*, n. 13, Rio de Janeiro, maio de 1967.
- MARTINEZ, C.; PAIN, A. *Arthur Gerhardt o Construtor de Futuros*. São Paulo: Abook, 2014.
- MONIZ, B. *O governo João Goulart: As lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.
- MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Disponível em: <http://scielo.br.php?script=sci_nlink&pid=S0034-830920140002004430002&lng=en>. Acesso em: 6 nov. 2017.
- MORAES, B. A. (ORG.). *Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. Contando históricos: memórias, contos e “causos” de grandes personalidades que marcaram a história política, econômica, cultural e social do Estado do Espírito Santo e do Brasil*. Vitória: FINDES. 2013.
- MOTTA, R. P. S.; REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M. *A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOSCA, G. *Elementi, di scienza política*. 2. ed. Torino, Fratelli Bocca, 1923.
- MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- NASCIMENTO, R. C. *A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo*, 291 f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-

Graduação Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2016.

NASSAR, P. *Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 20, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, F. *A Crítica a Razão Dualista o Ornitorrinco*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, C. C. *Convergência de interesses: a relação entre a Federação das Indústrias do Espírito Santo e o poder público capixaba (1958-1971)*. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade de Vila Velha. Vila velha, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *História do Espírito Santo*. Vitória: SECULT, 2008.

OLIVEIRA, U. J. *Configuração Política – Partidário do Espírito Santo no Contexto do Regime militar*. Um estudo regional acerca das trajetórias da ARENA e MDB (1964-1985). 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

_____. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ORTIZ, R. Revisitando o tempo dos militares. In: *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; SÁ MOTTA, R. P. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 112-127.

PARETO, V. As elites e o uso da força na sociedade. In: SOUZA, A. (Org.) *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

PARKER, P. R. 1964: *O papel dos Estados Unidos no Golpe de estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PEREIRA, V. P. et al. *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64 no Espírito Santo*. Vitória: Flor & Cultura, 2005.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2, Brasília, jul./dez. 2009. p. 243-270.

PERISSINOTTO, R. M. *As elites políticas: questões de teoria e método*. Livro eletrônico. 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/.../CODATO-Adriano-Classe-social-elite-politica-e-elite-de-classe>>. Acesso em: 8 set. 2017.

_____. Política e sociedade: por uma volta à sociologia política. *Política & sociedade*, n. 5, Florianópolis, 2004. p. 203-232.

PINTO, C. J. *Partido dos Trabalhadores: 20 anos. A Institucionalização da Rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. A Formação na Cidade de Viana*. 2001. 152 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, n. 10, v. 5, Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, n. 3, v. 2, Rio de Janeiro, 1989.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, L. C. D.; SÁ, F. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integrado internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano, o tempo da ditadura*. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX, v. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 209-240.

REIS FILHO, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. (Coord.). *Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010)*. São Paulo: Fundação Mapfre, 2014.

REIS FILHO, D. A.; GASPARI, E. *Versões e Ficções: o sequestro da história*. 2. ed. ampl. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.

REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVISTA Digital *Comunicação e Estratégia*. São Paulo. <http://www.aberje.com.br/novo/acoes_artigos_mais.asp?id=402>. Acesso em: 30 set. 2017.

REVISTA Digital. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-Historiografia-da-midia/memoria-institucional-possibilidade-de-construcao-de-significados-no-ambiente-organizacional>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

REZENDE, E. *Memórias*. Brasília: Senado Federal, 1988.

RIBEIRO, F. A. *Companhia Siderúrgica de Tubarão: a história de uma empresa*. Vitória: CST, 2005.

- RIBEIRO, F. A. *A História da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo*. Vitória: FINDES, 2010.
- RIBEIRO, L. C. M.; BARROS, N. *Olhares de luta: reflexões contemporâneas sobre a CUT no Espírito Santo*. Vitória: Produz Comunicações, 2008.
- RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução de Alain Francois. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. *Cafeicultura e grande indústria: a transição do Espírito Santo (1955-1985)*. 2. ed. Vitória: FCAA, 2012.
- RODRIGUES, L. *Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa*. Cópia de entrevista concedida a Antônio Carlos de Medeiros, Vitória, 1977.
- ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (Org.) *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- RÜSSEN, J. *Razão Histórica: Teoria da histórica: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- SANTOS, E. F. Américo Buaid Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo. *Grandes Nomes*, v. 2. Vitória: [s.n.], 2011.
- _____. Américo Buaid: um empreendedor capixaba. Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo. *Grandes Nomes*, v. 2, Vitória: [s.n.], 2011.
- SANTOS, F. J. *Da campanha da legalidade ao golpe de estado de 1964: o estado do Espírito Santo durante o governo de João Goulart (1961-1964)*. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2013.
- SANTOS, M. S. *Memória Coletiva e teoria Social*. São Paulo: Ananablume, 2003.
- SARTORI, G. Da Sociologia da Política à Sociologia Política. In: LIPSET, S. M. *Política e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. p. 10-148.
- SILVA, B. (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais – Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.
- SILVA, J. C. S. *Espírito Santo: Influência do processo de industrialização na formação da estrutura do poder executivo – 1967-1983*. 1993. 445 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programação de Pós-Graduação de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.
- SINGER, P. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.
- SIQUEIRA, M. P. S. *O Desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940*. Vitória: Codesa, 1995.

SIQUEIRA, M. P. S. *Industrialização e empobrecimento urbano o caso da Grande Vitória. 1950-1980*. 2. ed. Vitória: Editora Grafitusa, 2010.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOUZA, N. R. de. *Sociologia Política*. Curitiba: IESBE, 2009.

TODOROV, T. *“Los abusos de la memoria.”* Madrid: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VALE. *Nossa História*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.

VILLA, M. A. *Ditadura à brasileira (1964-1985): a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: LeYa, 2014.

VILLASCHI FILHO, A. (Org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. Vitória: Flor & Cultura, 2011.

VILLASCHI FILHO, A.; FELIPE, E. S.; OLIVEIRA, U. J. O governo Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) e a segunda muleta. In: VILLASCHI FILHO, A. (Org.). *Elementos da econômica capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. v.1. 1. ed. Vitória: Flor & Cultura, 2011. p. 77-103.

VIZENTINI, P. F. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Bramo, 2003.

FONTES PRIMÁRIAS

ATA DA ALES. *Sessão Ordinária de 22 de abril de 1964*. Caixa. 004. Livro 06.

BATISTA, E. *Depoimento de Elieser Batista, concedido a Cassius Gustavo para o projeto Memória Viva CST*. Domingos Martins, 13 fev. 2004.

LOPES FILHO, C. D. *Depoimento ao projeto Livro da SUPPIN, concedido a Cassius Gonçalves*. Vitória. 25 de fevereiro de 2005.

SANTOS, A. C. G. *Depoimento ao Projeto “Memória Viva CST”. 2004 – Depoimento concedido a Carolina Júlia e Cassius Gonçalves*. Vitória, 4 fev. 2005.

SANTOS, A. C. G. Depoimento concedido a Cassius Gonçalves e Carolina Julia Pinto. *Projeto Memória Viva CST*, Vitória, 12 fev. 2004.

SANTOS, A. C. G. *Depoimento concedido a Carolina Júlia Pinto dos Santos*. Vitória, abr. 2017.

REFERÊNCIAS DAS REVISTAS

- A PALAVRA DO PRESIDENTE. *Indústria Capixaba*, n. 26, Vitória, jan. 1971. s.p.
- A PALAVRA DO PRESIDENTE. *Indústria Capixaba*, n. 38, ano III, Vitória, jan. 1972. p. 1.
- A PALAVRA DO PRESIDENTE. *Indústria Capixaba*, n. 58, ano IV, Vitória, set. 1973. p. 1.
- A PALAVRA DO PRESIDENTE. *Indústria Capixaba*, n. 122, Vitória, jan. 1979. p. 1.
- A PALAVRA DO PRESIDENTE. *Indústria Capixaba*, n. 126, Vitória, maio 1979. p. 1.
- A PALAVRA DO PRESIDENTE. *Indústria Capixaba*, n. 129, Vitória, ago. 1979. p. 1.
- A PALAVRA DO PRESIDENTE. *Indústria Capixaba*, n. 119, Vitória, out. 1979. p. 1.
- A PALAVRA DO PRESIDENTE. *Indústria Capixaba*, n. 155, Vitória, out. 1981. p. 3.
- ARACRUZ CELULOSE BRANQUEADA PARA O MUNDO. *Indústria Capixaba*, n. 50, ano V, Vitória, jan. 1973. s.p.
- CAPUABA: A INAUGURAÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO. *Indústria Capixaba*, n. 123, Vitória, fev. 1979. p. 5.
- CST: AS OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS DO ESPÍRITO SANTO. *Indústria Capixaba*, n. 155, Vitória, out. 1981. p. 19-24.
- DIA DA INDÚSTRIA: AS REIVINDICAÇÕES E SUGESTÕES DOS EMPRESÁRIOS AO GOVERNO DO ESTADO. *Indústria Capixaba*, n. 126, maio 1979. p. 5-13.
- GERES, SIMONSEN, REIS VELOSO E VIEIRA MARQUES, DEBATENDO UMA SOLUÇÃO. *Indústria Capixaba*, n. 111, Vitória, fev. 1978. p. 4.
- INCENTIVOS AMEAÇADOS. *Indústria Capixaba*, n. 51, ano IV, Vitória, fev. 1973. p. 15-16.
- INSTALADO O PRIMEIRO ENCONTRO REGIONAL DE TÉCNICOS EM SERVIÇO SOCIAL. *Indústria Capixaba*, Vitória, dez.1971. p. 1.
- MÉRITO INDUSTRIAL. *Indústria Capixaba*, n. 95, ano VII, Vitória, out. 1976. p. 29.
- MINISTRO CONFIRMA USINA DE TUBARÃO. *Indústria Capixaba*, n. 78, ano IV, Vitória, abr. 1975. p. 2-9.
- NOVAMENTE “FORA DO AR” O CEDIC ACUMULA PLEITOS. *Indústria Capixaba*, n. 166, Vitória, out 1982. p. 17.

PLEITOS ATENDIDOS NUNCA TANTO PLEITOS EM TÃO POUCO ESPAÇO DE TEMPO. *Indústria Capixaba*, n. 170, jan. 1983. p. 25.

PIDNER S/A ENTREGA PLATAFORMAS AO PORTO DE VITÓRIA. *Indústria Capixaba*, n. 52, ano IV, Vitória, mar. 1972. p. 12.

PRAIA MOLE – UM PORTO PARA DESENVOLVER A ECONOMIA. *Indústria Capixaba*, n. 167, Vitória, out. 1982. p. 22.

PRESIDENTE DA FINDES DETERMINA SOLENIDADES COMEMORATIVAS PARA A PASSAGEM DO 31 DE MARÇO. *Indústria Capixaba*, n. 27, Vitória, fev. 1971. p. 28.

PRESIDENTE DIZ QUE A REVOLUÇÃO CONTINUA E QUER APOIO DOS EMPRESÁRIOS. *Indústria Capixaba*, n. 137, Vitória, abr.1980. p. 21.

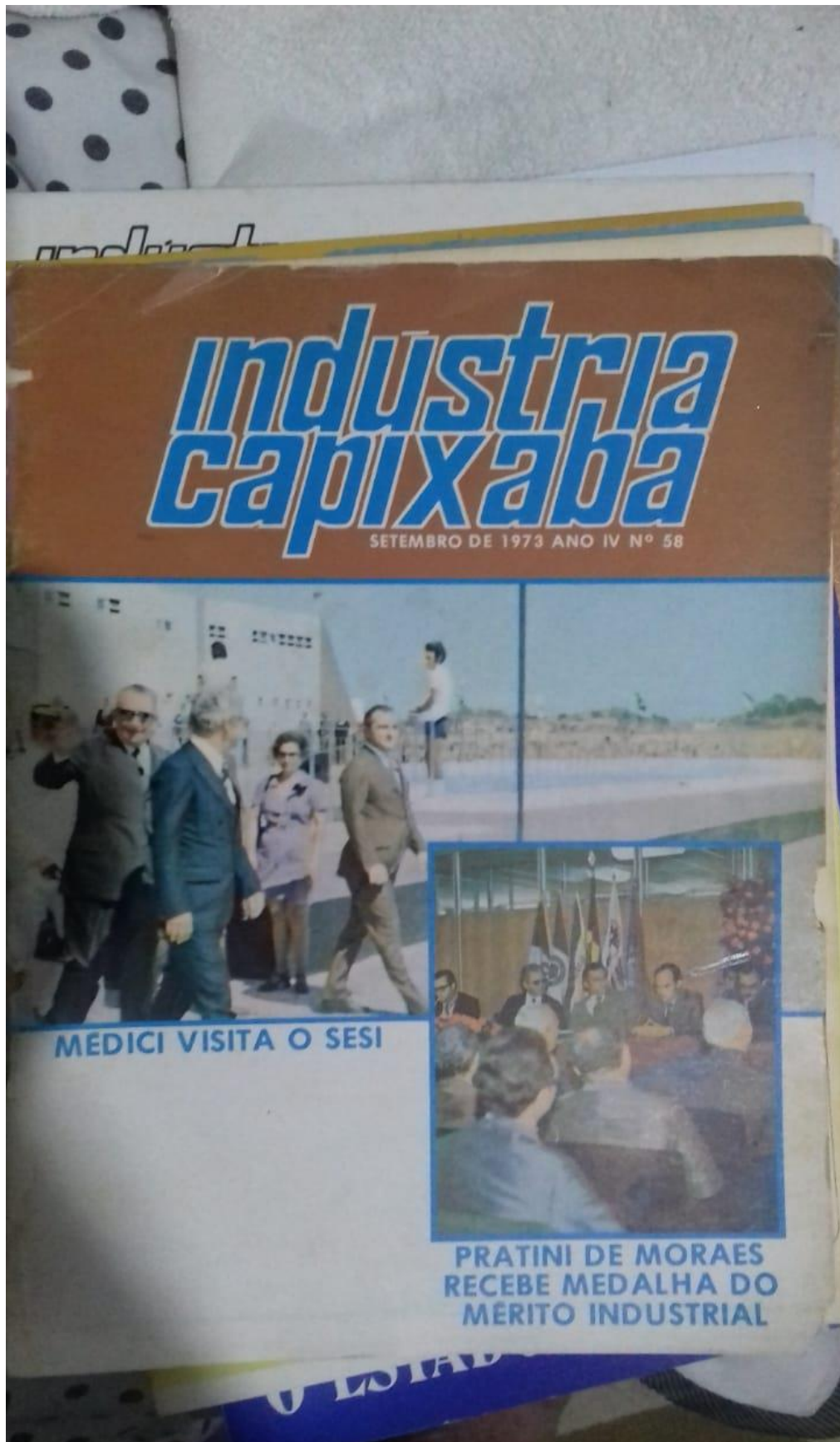
PRESIDENTE MÉDICE VISITA A SESI E O MINISTRO PRATINI DE MORAES RECEBE A MEDALHA DO MÉRITO INDUSTRIAL DA FINDES. *Indústria Capixaba*, n. 58, ano IV, Vitória, set. 1973. p. 6-10.

SISTEMA FINDES EM EXPANSÃO – SENAI CONSTRÓI CENTRO DE FORMAÇÃO E SESI INAUGURA NOVO CENTRO DE ATIVIDADES. *Indústria Capixaba*, n. 131, Vitória, out.1979. p. 5.

TUBARÃO – A SIDERURGIA CONFIRMADA PARA O ESPÍRITO SANTO. *Indústria Capixaba*, n. 121, Vitória, dez. 1978. p. 5.

ANEXOS

Anexo A. Presidente Medici visita o Sesi e o ministro Patrini de Moraes recebe a medalha do mérito industrial da Findes



Fonte: Revista Industria Capixaba (1973).

Anexo B. Severo Gomes: Usina Siderúrgica de Tubarão será construída



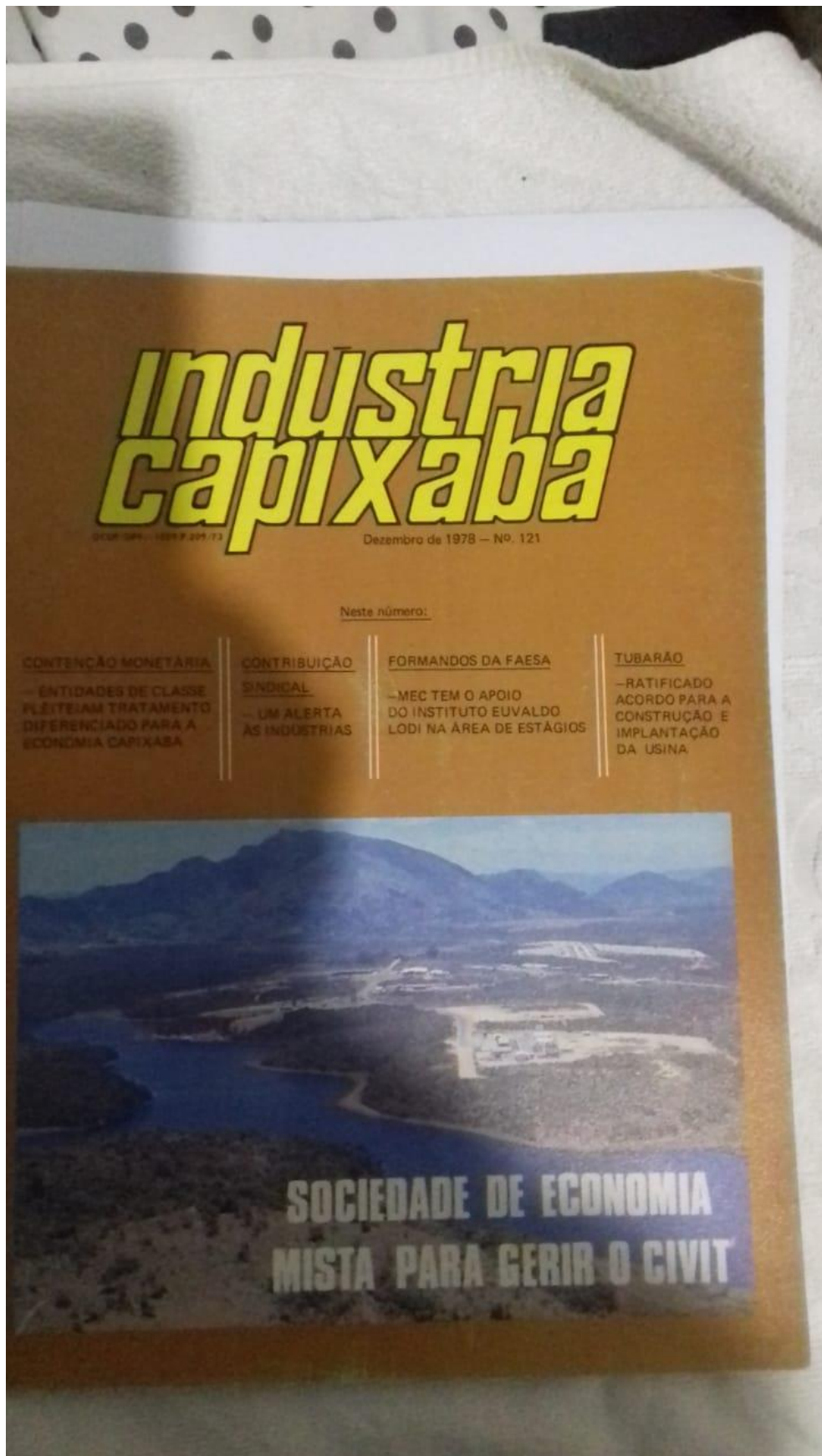
Fonte: Revista Indústria Capixaba (1978).

Anexo C. Simonsen e CNI apoiam prorrogação do DL-880



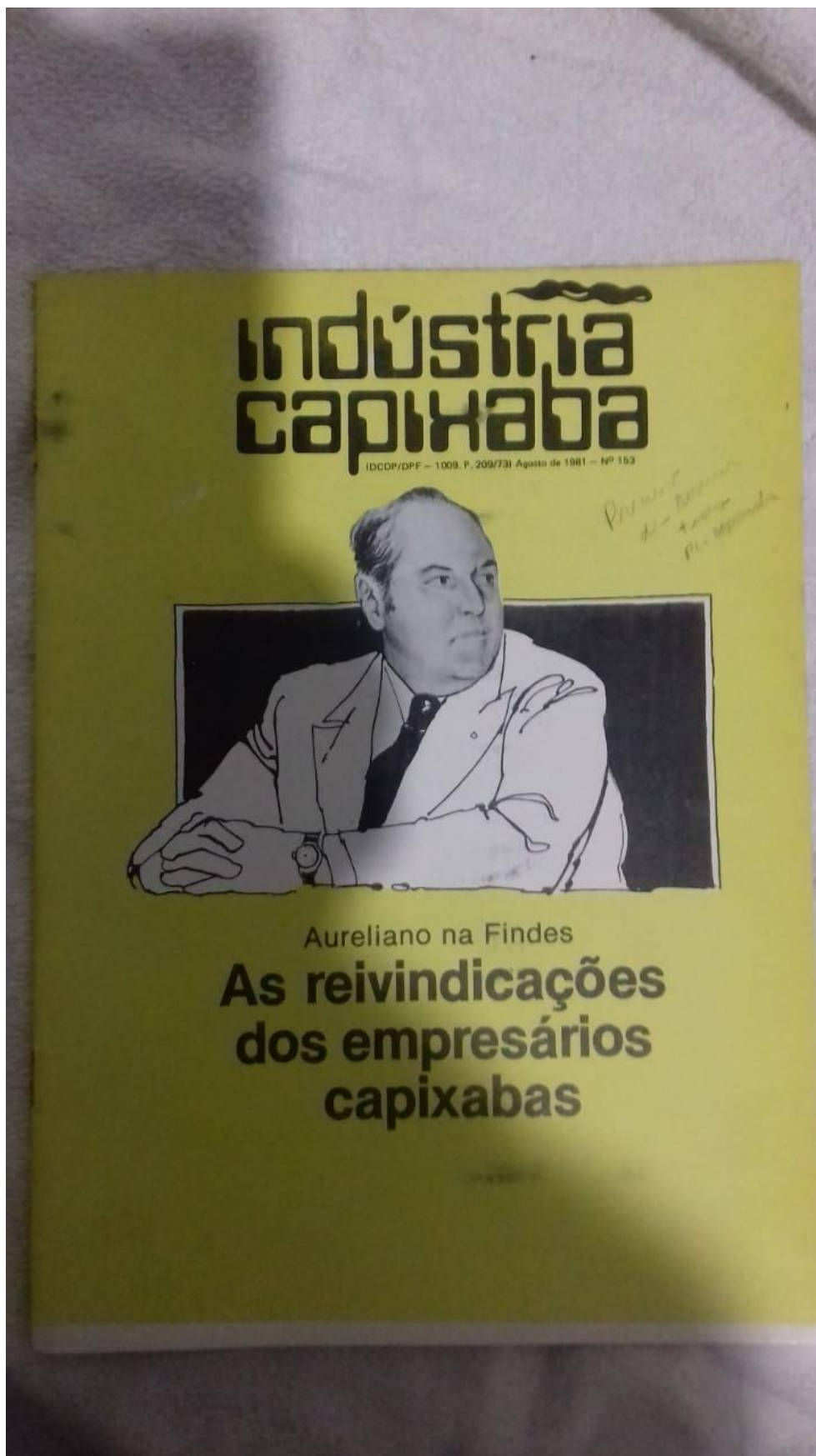
Fonte: Revista Indústria Capixaba (1973).

Anexo D. Tubarão – a siderurgia confirmada para o Espírito santo



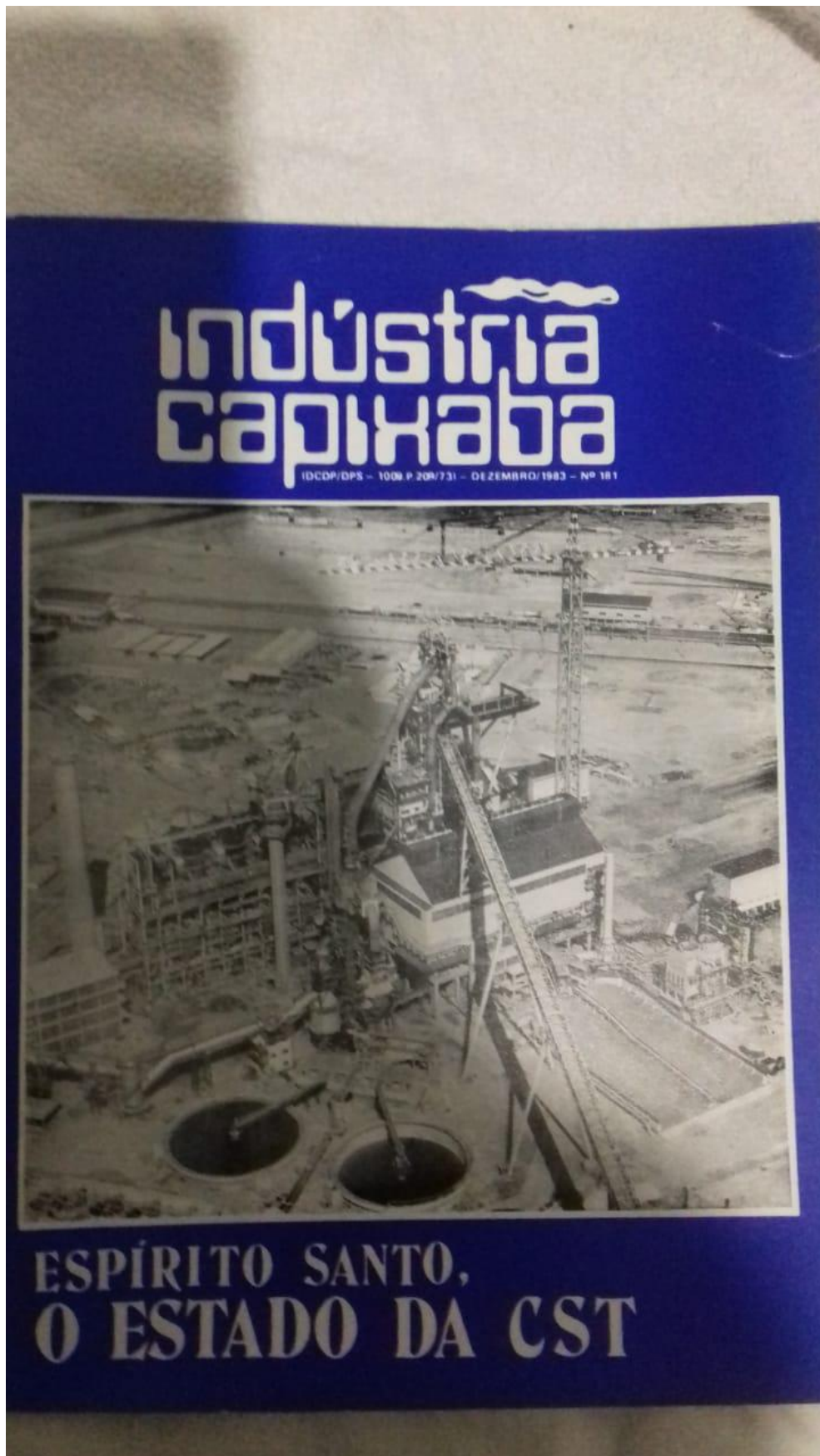
Fonte: Revista Indústria Capixaba (1978).

Anexo E. Aureliano Chaves na Findes: as reivindicações dos empresários capixabas



Fonte: Revista Indústria Capixaba (1981).

Anexo F. O Espírito Santo, o Estado da CST



Fonte: Revista Indústria Capixaba (1983).

Anexo G. Discurso de Geisel sobre a CST



O presidente Geisel descerrou a placa alusiva ao início das obras civis da CST

TUBARÃO

A SIDERÚRGICA CONFIRMADA PARA O ESPÍRITO SANTO

Os três sócios do projeto da Companhia Siderúrgica de Tubarão — Siderbrás, Kawasaki Steel Corporation e Finsider ratificaram no último dia 31 de outubro, em Vitória, o acordo sobre as condições de financiamento para a construção e implantação da usina, homologando também os contratos de fornecimento de equipamentos e serviços e o acordo inicial de compra e venda de semi-acabado de aço. A cerimônia contou com a presença do presidente Ernesto Geisel, que minutos antes descerrou a placa alusiva ao início das obras civis da siderúrgica.

A ratificação do acordo sobre as condições de financiamento contou com a participação dos ministros da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá e das Participações do Estado, da Itália, Antônio Bisaglia, os primeiros a assinarem o documento. Em seguida, pela ordem, foram chamados a assiná-lo: Henrique Brandão Cavalanti, presidente da Siderbrás; Eiro Iwamura, presidente da KSC; Alberto Capanni, presidente da Finsider; Shinya Savvade, vice-presidente KSC; e Arthur Carlos Chard Santos, presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST).

Os documentos que foram assinados classificam-se em três itens básicos: o primeiro sobre contratos de fornecimento de equipamentos, materiais, sobressalentes, treinamento de pessoal e serviços de supervisão de montagem, tendo sido firmados entre a CST e a KSC e a CST e a Italmipianti Società Italiana Impianti (ITI), subsidiária da Finsider. O segundo é relativo ao acordo preliminar de compra e venda de placas (slab), sendo firmados entre a CST, KSC, Siderbrás e Italsider S.p.A. (Itália). O último documento refere-se ao acordo sobre as condições de financiamento (Finance Arrangement), firmado entre Siderbrás, Finsider, Kawasaki, com anuência da CST, já que sua participação foi exigência do acordo geral de sócios, resultando daí a ratificação.

Os contratos de fornecimentos totalizam um montante previsto de 1.414.686 mil dólares, já que incluem também financiamentos que acompanham os fornecimentos de equipamentos, materiais, sobressalentes, treinamento de pessoal e serviços de supervisão de montagem.

Eles foram assinados separadamente com a Kawasaki e Finsider. Com a primeira, o total previsto é de 708.600 mil

dólares, constituindo-se o contrato dos seguintes documentos:

Basic Purchase Order: Consolida todo o contrato com a KSC referente ao fornecimento estabelecido, onde o valor contratual, condições comerciais e demais dados são minuciosamente detalhados e consolidados;

Individual Purchase Order: Derivado do conteúdo do contrato, divide-se em três itens: **Blast Furnace Purchase Order:** Documento assinado entre CST e "Marubeni Corporation", em cinco originais, para fornecimentos do Alto Forno, financiado através de "supplier's credit"; **Power e Blower Order:** Assinado entre a CST e a "Mitsubishi Corporation", em cinco originais, para fornecimento de Estação de Força, sopradores e sobressalentes, financiados também através de "supplier's credit"; e **The Other Purchase Order:** documento assinado entre a CST e a KSC, em cinco originais, para fornecimento dos pacotes de responsabilidade da KSC e sobressalentes, financiados também através de "supplier's credit".

Supervision Agreement: documento que rege as condições para o fornecimento de serviços de supervisão de moni-

tagem, partida de operação e testes de desempenho dos pacotes a serem fornecidos pela KSC.

Training Agreement: Rege as condições para o treinamento, no Japão, de pessoal da CST em operação e manutenção de equipamentos, semelhantes àqueles a serem fornecidos pela KSC.

Loan Agreement: Documento que consolida o conteúdo de cada tipo de empréstimo (loan) — "Supplier's credit, share-holder's loan" — que acompanham os fornecimentos de equipamentos, materiais, sobressalentes, treinamento de pessoal e serviço de supervisão de montagem.

Com a Italmipianti, o contrato tem um valor previsto de 706.086 mil dólares, constituindo-se dos seguintes documentos: **Purchase order:** Nesse documento, são consolidados minuciosamente o valor contratual, condições comerciais, condições de financiamento referentes ao fornecimento à CST pela ITI, de equipamentos, materiais e sobressalentes. **Supervision Agreement:** Assinado em cinco originais, entre a CST e a ITI, rege as condições para fornecimento de serviços de supervisão de montagem, partida de operação e testes de desempenho dos pacotes a serem fornecidos pela italiana. **Training Agreement:** Também em cinco originais, esse documento estabelece as condições para o treinamento, na Itália, de pessoal da CST em operação e manutenção de equipamentos, semelhantes àqueles que serão fornecidos pela ITI.

